



GIOVANA GONÇALVES PEREIRA

**ENTRE O PARTIR E O CHEGAR: OS TRABALHADORES RURAIS
MIGRANTES EM MATÃO/SP**

CAMPINAS

2015



**Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**

GIOVANA GONÇALVES PEREIRA

**Entre o partir e o chegar: Os trabalhadores rurais migrantes em
Matão/SP**

**Dissertação de Mestrado apresentada ao
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
para obtenção do Título de Mestra em
Demografia.**

Esse exemplar corresponde a versão final da dissertação defendida pela aluna Giovana Gonçalves Pereira, orientada pela Prof^ª Dr^ª Rosana Baeninger, e aprovada no dia 12/05/2015.

MAIO/2015

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

P413e Pereira, Giovana Gonçalves, 1991-
Entre o partir e o chegar : os trabalhadores rurais migrantes em Matão/SP /
Giovana Gonçalves Pereira. – Campinas, SP : [s.n.], 2015.

Orientador: Rosana Aparecida Baeninger.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas.

1. Trabalhadores rurais - Matão, SP. 2. Trabalhadores rurais volantes. 3.
Migração interna. I. Baeninger, Rosana Aparecida, 1963-. II. Universidade
Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Titulo em outro idioma: Between the departure and the arrive : the rural migrant workers in
Matão/SP

Palavras-chave em inglês:

Rural workers - Matao, SP

Rural workers flywheels

Internal migration

Área de concentração: Demografia

Titulação: Mestra em Demografia

Banca examinadora:

Rosana Aparecida Baeninger [Orientador]

Roberto Luiz do Carmo

Marilda Aparecida de Menezes

Data de defesa: 12-05-2015

Programa de Pós-Graduação: Demografia



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado, em sessão pública realizada em 12 de maio de 2015, considerou a candidata GIOVANA GONÇALVES PEREIRA aprovada.

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora.

Profa. Dra. Rosana Aparecida Baeninger

Prof. Dr. Roberto Luiz Do Carmo

Profa. Dra. Marilda Aparecida de Menezes

RESUMO

Esse trabalho teve como objetivo central a análise da migração “permanentemente” temporária de trabalhadores rurais migrantes da cidade de Jaicós/PI para o município de Matão/SP. O emprego de uma metodologia qualitativa, pautada na observação direta, se fez necessário em razão da fluidez entre os espaços de origem e de destino. Nesse sentido, aferimos que as idas e vindas para a colheita da laranja em Matão/SP, se apresentaram como partes estruturantes da dinâmica social de Jaicós/PI e do próprio município de Matão/SP.

Palavras-Chave: Trabalhadores Rurais; Migração Interna; Trabalhadores Rurais Volantes

ABSTRACT

This research was mainly focused on understanding “permanent” temporary migration of rural workers from the city of Jaicós/PI to the city of Matão/SP. The use of qualitative methodology, based on direct observation, was necessary because of the flow between the spaces of origin and destination. As a result of research, we verified that the comings and goings for the harvest of orange in Matão/SP are an important structural part of the social dynamics of Jaicós/PI.

Keywords : Rural Workers ; Internal Migration ; Rural Workers Flywheels

Sumário

Introdução	1
Capítulo 1: Entre o rural e o urbano: O surgimento da Cidade do Agronegócio na Região Administrativa Central	9
1.1 Considerações Iniciais	9
1.2 A Região Administrativa Central	12
1.2.1. Características Populacionais	12
1.2.2. A Rede Urbana da Região Administrativa Central	19
1.2.2.1 A Região de Governo de São Carlos	23
1.2.2.2. A Região de Governo de Araraquara	25
1.3 O Complexo Agroindustrial da Laranja e sua inserção na Região Administrativa Central	29
1.3.1 Um breve panorama sobre a Citricultura Brasileira	29
1.3.2 A Região Administrativa Central no Contexto da Reestruturação Produtiva	38
1.4. Espaços Rurais, Espaços Urbanos: O Advento da Cidade do Agronegócio no Interior Paulista.	48
Capítulo 2. “Os Piauí estão chegando”: Os trabalhadores rurais migrantes na Terra da Saudade	57
2.1. Introdução	57
2.2 Do café aos pomares: A formação da Terra da Saudade	59
2.2.1 Dados Históricos e Populacionais	59
2.2.2 A formação dos bairros-migrantes em Matão.	82
2.2.2.1 Considerações Iniciais	82
2.2.2.2 Uma breve introdução sobre o Programa Bolsa-Família	86
2.2.2.2. 1 Explorando o CadÚnico	88
2.2.2.2.2. Perfil da População do CadÚnico (Matão/SP)	91
2.2.2.4. Distribuição Espacial dos Trabalhadores Rurais Migrantes	95
2.3. As redes de relações dos trabalhadores rurais migrantes	104
Capítulo 3: Foi tudo pro “Mundo”: As Migrações temporárias de piauienses para a colheita da laranja no interior de São Paulo	111
3.1 Introdução	111
3.2. O Interior e a Cidade	120
3.2.1 Considerações Iniciais sobre a Terra do Galo	120
3.2.2. O espaço urbano e os bairros-rurais.	122
3.2.3. As Comunidades rurais jaicoenses na pesquisa de campo	130
3.3 O Assalariamento Rural na Citricultura Paulista	137
Considerações Finais	151
Referências Bibliográficas	155
Apêndice (Quadro de Entrevistados)	165

*Dedico esse trabalho aos meus avós:
Nena, Oswaldo (in memoriam), Silvino e Tatá.*

Agradecimentos

“Ela acreditava em anjos e, porque acreditava eles existiam.”

(A Hora da Estrela, Clarice Lispector)

Aos grandes mestres da minha vida que me proporcionaram, ao longo de anos, todo carinho, compreensão, incentivo e amor dentro de limites inimagináveis: Meus pais (Silvete e Osmar) e o Hugo.

Ao apoio, à dedicação, ao carinho e respeito ao meu trabalho que minha orientadora, Rosana Baeninger, sempre dispôs. Serei eternamente grata por você acreditar e dar credibilidade à minha pesquisa desde o primeiro momento. Um dos maiores presentes que a vida poderia me dar foi uma “mãe” intelectual como você.

Às instituições que acompanharam de perto o desenvolvimento da pesquisa e deram todo suporte necessário para que ela se concretizasse da melhor maneira possível: à Secretaria de Assistência Social de Matão (SABES) e toda a equipe que me acolheu sempre de braços abertos e prontidão em ajudar, particularmente à Hélio Prandi; ao Serviço Pastoral dos Migrantes de Matão e de Guariba pela disponibilidade e por todo encaminhamento que me prestaram, principalmente à Antenor Souza e às Irmãs Teresinha e Inês.

À Coorte de ingressantes da Pós-Graduação em Demografia de 2013 por todos os laços de apoio e companheirismo que me foram proporcionados no decorrer das disciplinas, bem como, nos momentos da escrita da qualificação e da dissertação.

Aos colegas e pesquisadores que integram o Projeto Observatório das Migrações em São Paulo, os quais me proporcionaram diversos aprendizados e reflexões ao compartilharem comigo suas pesquisas.

À Maria Ivonete Teixeira pelo apoio, suporte técnico e carinho que me proporcionou desde a Iniciação Científica.

À Lidiane Maciel, minha fiel companheira de campo, não existem palavras que expressem minha gratidão por toda orientação, carinho e respeito que você nutriu por nosso campo de pesquisa. E, à Silvana Queiroz agradeço pelos ensinamentos e direcionamentos.

Quando eu “crescer” quero ser igual a vocês, com toda a competência, discernimento, rigor e dedicação pelo trabalho científico.

À Natália Demétrio pelas conversas, sugestões, correções e ombro amigo no decorrer de meu mestrado.

À Gláucia Mardegan pela amizade, pelo carinho, pelas sugestões e pelos nossos almoços seguidos de sessões de desabafo e trocas de experiências.

À Bianca de Souza Corrêa, pelo companheirismo e apoio imensurável e, por ter acompanhado de perto todo o meu desenvolvimento pessoal e profissional. Muito obrigada por ter ser tornado minha “irmã” mais velha.

À Wiliam Dias pelo companheirismo, compreensão, paciência e por me ensinar à acreditar em mim mesma. Espero um dia retribuir.

Aos amigos do Café Sociológico que me permitiram suspiros de alegrias e discussões acaloradas sobre a vida e sobre a minha pesquisa: Jéssica Troiano, Caroline Mendes e Pedro Trench, espero ter a companhia de vocês sempre por perto.

À Jéssica Bellini que me acompanha desde que entrar na faculdade era um sonho ainda distante.

À Anaíza Garcia e à Pier Francesco, amigos que a Demografia me proporcionou, os quais me asseguraram todo o carinho e por permitirem que eu fizesse parte da vida de vocês.

À Alexandre D’Ávila pelo seu apoio e colocações sempre pertinentes que corroboraram para avanços e reflexões do meu trabalho, obrigada pela amizade ao longo desses anos.

Aos professores e docentes do Programa de Pós-Graduação em Demografia pelos ensinamentos prestados nesses dois anos. Especialmente, à doutora Roberta Peres pelos direcionamentos e sugestões pertinentes que, em conjunto ao professor Roberto do Carmo, permitiram avanços em minhas reflexões. Agradeço também ao professor José Marcos Pinto da Cunha pelas provocações teóricas e pelos questionamentos que possibilitaram o desenvolvimento de uma visão crítica sobre o meu próprio trabalho, e à professora Luciana Alves, responsável pela minha nova “amigável” relação de convivência com os números.

À Malvina, à Iraci e à Natália por proporcionarem uma estadia confortável e aconchegante em Jaicós/PI o que colaborou imensamente para o avanço da pesquisa de campo na cidade. Aproveito para agradecer ao bispo Dom Plínio e ao Padre Expedito da Diocese de Picos/PI por auxiliarem nas primeiras incursões ao interior.

À Dona Lucimar e a sua família, bem como, à todas as pessoas que contribuíram para essa pesquisa ao acreditarem em meu trabalho e dividirem comigo suas histórias.

À Gabriela Cabral pelas correções e pelo cuidado com a minha dissertação.

À CAPES, o CNPq e a FAPESP pelo financiamento desse trabalho.

*“Porque se chamava moço
também se chamava estrada”*
(Clube da Esquina II, Milton Nascimento)

Introdução

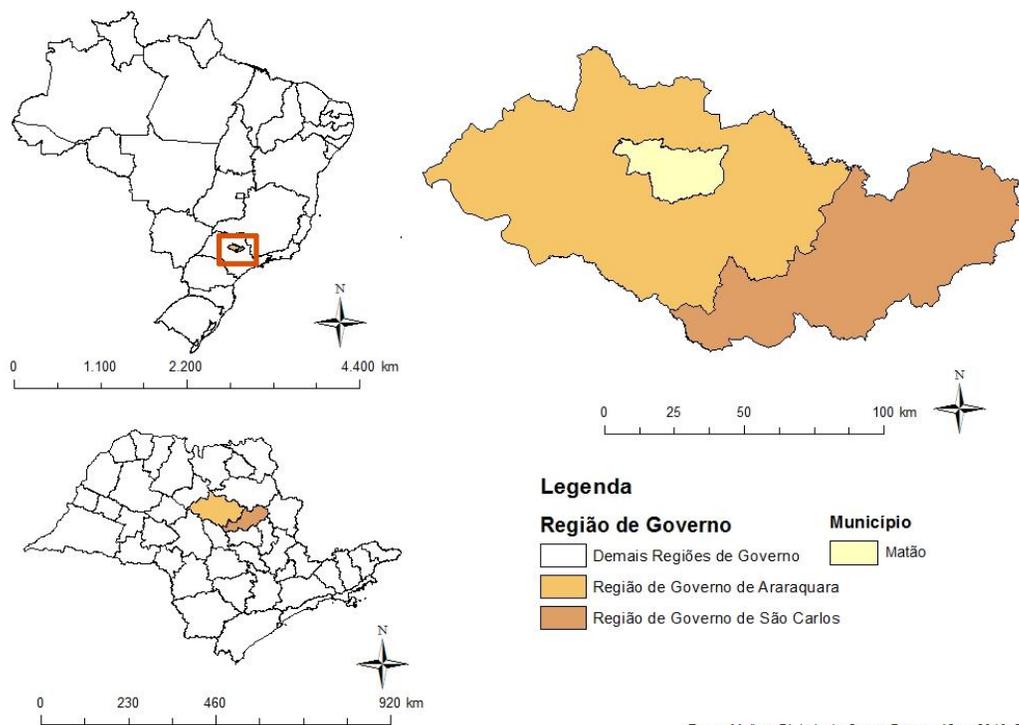
Esse trabalho se insere no âmbito das atividades desenvolvidas dentro do Projeto Temático Observatório das Migrações em São Paulo (FAPESP-CNPq/NEPO/UNICAMP) e tem como objetivo central compreender as migrações “permanentemente” temporárias (SILVA, 1999) de piauienses que se vinculam ao trabalho rural na citricultura paulista no município de Matão/SP.

O exercício de compreensão das relações que se estabelecem entre os processos migratórios e os trabalhadores rurais associados ao setor de exportação de *commodities* agrícolas, no interior paulista (SILVA, 2008a e 2008b; ALVES, 2009 e MENEZES, 2012), pressupõe a retomada de dois momentos históricos centrais: a modernização da agricultura na década de 1960, e a internacionalização e abertura econômica brasileira em meados da década de 1990. Este panorama socioeconômico permitiu o surgimento de espaços urbanos privilegiados (SASSEN, 1998 e BAENINGER, 2012) que potencializaram a circulação de mercadorias e pessoas entre os espaços locais, regionais, nacionais e internacionais.

Assim, compreender os processos migratórios recentes inseridos dentro do espaço urbano da cidade de interesse pressupõe o entendimento do contexto socioeconômico no qual este município se constituiu como polo de exportação de suco concentrado de laranja. Em outras palavras, é imprescindível que se reflita sobre sua localização dentro da rede urbana paulista, assim como, as relações que se estabelecem entre esse município e os demais integrantes de sua região.

O município estudado, em 2014, tinha 80.900 habitantes (FIBGE, 2014), e se localiza na Região de Governo de Araraquara (vide Figura 1). Sua constituição é delineada pela produção agrícola como a cana de açúcar, o café e laranja (PACHECO, 1988). A cidade se destaca pela produção e exportação de suco concentrado de laranja, máquinas e implementos agrícolas (ELIAS, 2003; PEREIRA e TROIANO, 2013). Enquanto seu desenvolvimento demográfico e econômico se intensificou a partir de meados dos anos de 1960 com a instalação da Citrosuco Paulista que, em conjunto às outras agroindústrias de suco, gerava, na década de 1990, a maior parte da renda municipal (ELIAS, 2003).

Figura 1: Localização das Regiões de Governo de Araraquara e São Carlos no Brasil dividido por UFs, no Estado de São Paulo dividido por Regiões de Governo e a localização do município de Matão na Região de Governo de Araraquara, 2010.



Fonte: Malhas Digitais do Censo Demográfico, 2010. FIBGE, 2010

Os conceitos centrais que nortearam as inquietações e as ponderações realizadas neste trabalho foram delineados pelos estudos de Elias e Pequeno (2006 e 2007) e Silva (1999; 2008a e 2008b). Ademais, nos utilizamos das reflexões de Baeninger (2012) acerca dos processos migratórios internos brasileiros.

Por entendermos o fenômeno migratório como um processo social causal (RENNER e PATARRA, 1991), visualizamos a importância de apreender a migração temporária de interesse dentro de seu contexto socioeconômico constitutivo (SINGER, 1973; BAENINGER, 1996). Baeninger (2012) destaca que a conexão estabelecida, no século 21, entre os espaços nacionais e os espaços globais através da mobilidade do capital, ocasionou a redefinição dos significados das migrações internas no contexto nacional e nas escalas regionais e locais. Segundo a autora:

A partir desses lugares inseridos na lógica de produção global se desencadeia a nova configuração migratória nacional: alta rotatividade, oscilação entre as condições da migração (retenção, perda e rotatividade migratória) e a utilização dos espaços como recurso para outros deslocamentos populacionais. (BAENINGER, 2012, p. 62)

O conceito teórico aplicado, nesse trabalho, para a modalidade migratória (BAENINGER, 2012) estudada foi desenvolvido por Silva (1999) com base em sua pesquisa sobre os cortadores de cana de açúcar na Região Administrativa de Ribeirão Preto nos anos finais da década de 1990.

Segundo a autora (Silva, 1999; 2008a e 2008c), denomina-se migração “permanentemente” temporária o movimento migratório representado pelas idas e vindas de trabalhadores rurais migrantes, oriundos do Maranhão e do Piauí, que se assalariam na colheita da laranja e no corte de cana de açúcar no interior do Estado de São Paulo. Essa mão de obra volante é representada em sua maioria, de acordo com Silva e Melo (2011), por jovens adultos, de ambos os sexos, que residem em bairros-rurais localizados nas franjas urbanas ou nas áreas rurais em pequenas propriedades das cidades de origem.

Oliveira (2012) destaca que as migrações são fundamentais para a compreensão da dimensão histórica da divisão do trabalho e, suas conjunturas de transformações sociais específicas. Desse modo, por mais que estejamos nos referindo à um movimento migratório que se direcione para áreas tradicionalmente receptoras de mão de obra migrante para o assalariamento rural (SILVA, 1999 e 2008; MACIEL, 2013; OLIVEIRA, 2012), existem as modificações substanciais no perfil migratório. Essas mudanças foram ocasionadas ao longo dos anos tanto pelas redefinições das migrações internas no país (BAENINGER, 2012) quanto como sinaliza Silva (2008a) a partir da mudança da “cartografia migratória” no trabalho rural que inseriu novos locais de origem para esses fluxos de migrantes.

Consideraremos como trabalhador rural migrante o indivíduo que, como pontua Silva (2008b), se apresenta como um(a) trabalhador(a) gestado no centro de determinadas relações sociais, resultantes, em nosso caso, na inserção destes na divisão social e territorial do trabalho (BAENINGER, 2012). Ressaltando que “a denominação abstrata de migrante esconde o conjunto de situações concretas e particulares, que definem sua identidade individual e social” (SILVA, 2008b, p. 7).

Por sua vez, o conceito de Cidade do Agronegócio apresentado pelos trabalhos de Elias e Pequeno (2006 e 2007) contemplou nossas inquietações acerca da configuração do município de Matão/SP como local de destino principal da maioria dos trabalhadores rurais migrantes entrevistados. Segundo os autores (ELIAS e PEQUENO, 2006), uma Cidade do Agronegócio se origina a partir da reestruturação do território e da organização de um novo sistema urbano que foi proporcionado pela difusão da agricultura moderna e do agronegócio globalizado no século 21.

A Cidade do Agronegócio é definida, portanto, como “a materialização das condições gerais do capital do agronegócio globalizado” (ELIAS e PEQUENO, 2007, p.4). Outra característica central destes espaços urbanos, para Elias e Pequeno (2006 e 2007) é a presença de um processo de urbanização fundamentado no crescimento econômico e na transformação da dinâmica demográfica de cidades médias e locais através das atividades agrícolas e agropecuárias.

Para tanto, como pontua Gonçalves (1998, p. 21) devemos entender a urbanização “(...) como um processo mais amplo, que diz respeito não só ao espaço urbanizado, mas também ao espaço não-urbano”. Ou seja, o processo de urbanização abarca as cidades, as relações que as constituem, suas relações com a rede urbana e no sistema urbano, e, por fim, as relações entre cidade e campo sejam estas produtivas ou não.

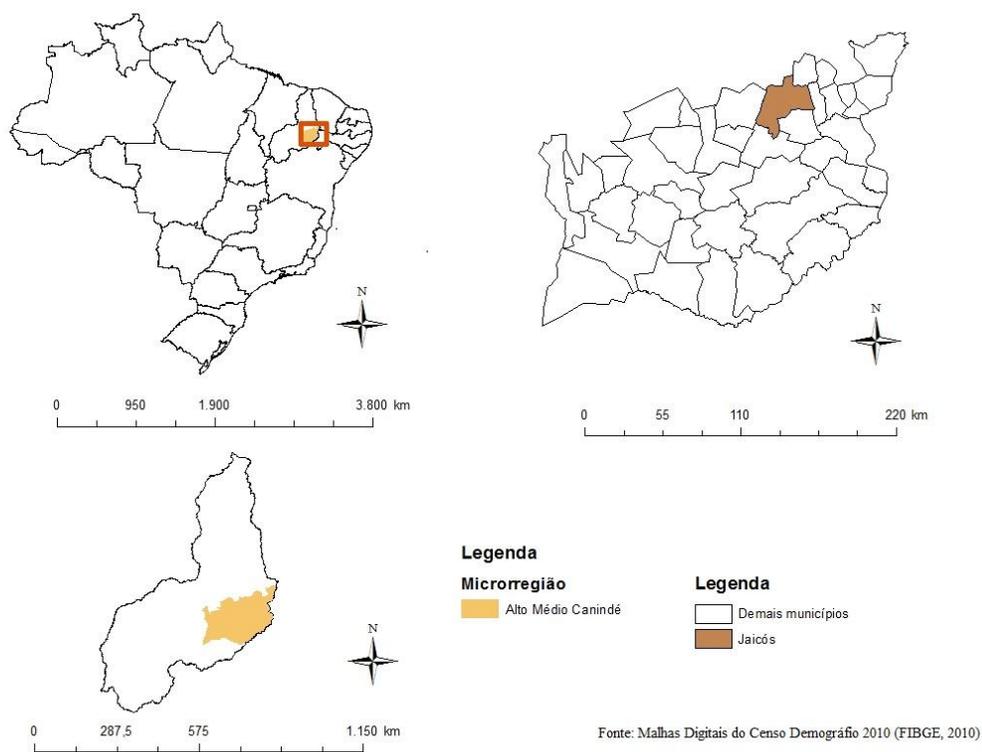
O pré-campo desenvolvido em Matão/SP¹, em 2010, que contou com o apoio do Serviço Pastoral dos Migrantes do município, em conjunto, ao banco de dados organizado a partir das informações do Cadastro Único dos Programas Sociais (CadÚnico)² cedidas pela Secretaria de Assistência e Bem-Estar Social da Prefeitura Municipal (Gestão 2011), permitiu que conseguíssemos visualizar um local de origem preponderante no fluxo migratório direcionado para a colheita da laranja na cidade paulista.

¹ Este trabalho de campo foi realizado durante a iniciação científica (FAPESP/CNPq) no âmbito do projeto temático Observatório das Migrações em São Paulo (FAPESP-CNPq/Nepo/Unicamp), coordenado pela Prof^a Dr^a Rosana Baeninger.

² O CadÚnico é um instrumento de identificação e caracterização das famílias de baixa renda, ou seja, daquelas que possuem uma renda mensal de até meio salário mínimo (R\$362) por pessoa, ou uma renda familiar que totalize mensalmente até três salários mínimos (R\$ 2.172). Este cadastro permite conhecer a realidade socioeconômica das famílias, bem como, sua estrutura familiar, características da residência e acesso a serviços públicos essenciais. Retomaremos essa discussão no Capítulo 2.

Sob este contexto surgiu, em nosso estudo, a cidade piauiense de Jaicós/PI que possuía, em 2014, 18.585 habitantes (FIBGE, 2014). Localizada no sudoeste piauiense, ela se insere dentro da microrregião do Alto Médio Canindé (vide Figura 2), e possui uma economia pautada essencialmente no setor de serviços. Em 2010³, 52,82% de sua população residente – 9.527 habitantes – residia na área rural do município, a qual possuía em 2012, segundo os levantamentos de campo, aproximadamente vinte comunidades rurais⁴.

Figura 2: Localização da Microrregião do Alto Médio Canindé no Brasil e no Estado do Piauí e a localização do município de Jaicós na Microrregião do Alto Médio Canindé em 2010.



A maior parte da população rural do município de Jaicós/PI está alocada na agricultura familiar, baseada no cultivo de feijão, mandioca, milho, caju; na produção de

³ Em 2010, a população do município era de 18.035 habitantes (Censo Demográfico, 2010)

⁴ Baliza, Chácara dos Moraes, Morro da Pinicada, Saco da Serra, Jacú, Gameleira, Sítio, Poço do Pato, Santo Antônio, Esquisito, Paú do Enxuí, Várzea Queimada, Santana (I, II e III), Lagoa do Sabino, Senota, Bela Vista, Maria Preta, Bonito, Angilical dos Magos, Morro dos três irmãos, Barreiro e Fragá.

leite e mel, e, na confecção de artesanatos (bolsas, chapéis, colares, cestos) com folhas de Carnaúba – árvore típica da região semi-árida nordestina. Pudemos perceber nas visitas à cidade nos meses de julho de 2012 e dezembro de 2013⁵ que a migração “permanentemente” temporária em Jaicós é, em muitos casos, relacionada, como aponta o trabalho de Menezes (2009), às estratégias de reprodução social. Das quais se destacam o emprego local (em cargos municipais comissionados⁶, no pequeno comércio - lojas de departamento, mercearias, bancas nas feiras -), o artesanato, e, por fim a migração em busca de trabalho assalariado.

Inferimos através da pesquisa de campo que o meio rural figura como central na organização de Jaicós/PI, em razão da maior parte da população possuir sua história de vida perpassada pela figura do pequeno produtor agrícola. A produção agrícola também viabiliza as trocas comerciais por meio das tradicionais feiras rurais das segundas-feiras – de animais e alimentos; quando “o interior vem vender”. A convivência com a estiagem, denominada como “ausência de inverno” é traduzida pela impossibilidade de plantio em decorrência da privação de chuvas na região nos meses de dezembro e janeiro, e tornou-se parte estruturante do cotidiano desta população nos cinco últimos anos.

Além disso, visualiza-se que a interligação entre Matão/SP e Jaicós/PI compõe os novos espaços das migrações internas (BAENINGER, 2012) segundo o papel de ambos na divisão social e territorial do trabalho. A cidade paulista se insere na rede urbana da Região Administrativa Central como centralizador dos vínculos dos trabalhadores rurais da citricultura, tanto em razão de abrigar a Citrosuco, um dos maiores grupos de produção de suco concentrado de laranja, quanto por se localizar de forma estratégica em um entroncamento rodoviário entre as rodovias Washington Luiz, Anhanguera e Brigadeiro Faria Lima e, simultaneamente, por ter se beneficiado desde sua formação pelo ciclo de expansão cafeeira na região. Nesse sentido, Matão se apresenta como uma área de intensa chegada para o assalariamento temporário na citricultura.

A pesquisa de campo indicou que Jaicós/PI aglutina e reordena os fluxos migratórios oriundos, majoritariamente, das zonas rurais de cidades adjacentes como Padre

⁵ As visitas à campo foram proporcionadas pela inserção dessa pesquisa no Observatório das Migrações em São Paulo.

⁶Na cidade piauiense obtivemos relatos que correlacionavam a troca de votos por empregos públicos.

Marcos/PI, Massapê do Piauí/PI e Patos/PI. Isso ocorre possivelmente pelo fato da cidade possuir agenciadores de viagens para as cidades da Região Metropolitana de São Paulo, para Matão/SP, Goianésia/GO e Brasília/DF. Assim, a migração em busca do assalariamento não se restringe somente ao mercado de trabalho rural.

Em síntese, as pesquisas de campo baseadas na observação direta, que se desenvolveram entre os anos de 2011 e 2013 nos municípios analisados, possibilitaram que entendêssemos a importância da compreensão do fenômeno migratório como processo social assentado tanto na reorganização dos municípios dentro da divisão social e espacial do trabalho, quanto na maior fluidez dos espaços de destino e origem (BAENINGER, 2011). Enquanto, Jaicós potencializa a circulação da mão de obra migrante para distintas regiões do país, a cidade de Matão centraliza o capital agrícola da citricultura em seu território.

A presença destes trabalhadores no município paulista se apresenta, então, como resultante de transformações sociais e macroeconômicas, as quais impactaram na divisão social e espacial do trabalho (CORRÊA, 2006) e, do surgimento de novos espaços migratórios aliados a reversibilidade migratória e a inserção destes locais em processos de produção globalizados (BAENINGER, 2011 e 2012).

A dissertação se divide, assim, em três capítulos: o **Capítulo 1**, intitulado “*Entre o rural e o urbano: O surgimento da Cidade do Agronegócio na Região Administrativa Central*”, almejou a reconstituição do contexto histórico e socioeconômico no qual se insere nosso campo de estudo principal: o município de Matão, bem como, a formação da rede urbana regional.

Para tanto nos apoiamos em estudos desenvolvidos anteriormente sobre a região (PACHECO, 1988; BAENINGER, 1995 e GONÇALVES, 1998), e simultaneamente ao levantamento de dados populacionais e da produção agrícola da Região Central entre as décadas de 1970 e 2010, com o intuito de oferecermos um panorama sobre a realidade sociodemográfica do espaço estudado.

Enquanto que o **Capítulo 2**, “*Os Piauí estão chegando: Os trabalhadores rurais migrantes na Terra da Saudade*” visou compreensão do espaço intra-urbano (VILLAÇA, 2012) da cidade paulista. O objetivo deste capítulo é, portanto, a reconstrução da história da

cidade de Matão a partir de estudos desenvolvidos por um historiador local (LEITE, 1991), bem como, de pesquisas documentais no acervo do Jornal A Comarca. Além disso, buscamos compreender o uso estratégico do espaço intra-urbano (VILLAÇA, 2012), sendo o lugar privilegiado por essa pesquisa: o Jardim Popular. Por fim, almejamos o entendimento da rede migratória destes trabalhadores que se estabeleceu por meio da junção de paraibanos, mineiros, paraenses e piauienses.

Finalmente, o **Capítulo 3**, denominado *“Foi tudo pro “Mundo”: As Migrações “permanentemente” temporárias de piauienses para a colheita da laranja no interior de São Paulo”* pretendeu elucidar acerca do espaço de origem desse fluxo migratório em conjunto a apreensão do assalariamento rural em São Paulo. As pesquisas de campo em Jaicós/PI foram desenvolvidas nos meses de Julho de 2012 e Dezembro de 2013, e contemplaram a análise dos bairros rurais de Nossa Senhora das Mercês e de João Melé, bem como, de cinco comunidades rurais (Baliza, Várzea Queimada, Croazal, Barreiro e Esquisito).

A escolha por esses espaços de observação se justifica pela alta expressividade de indivíduos residentes destes locais possuidores de trajetórias migratórias perpassadas pelo trabalho na colheita da laranja no município de Matão/SP. Todavia, salientamos desde já que temos consciência que a aplicação de uma metodologia qualitativa “(...) é o estudo em amplitude e em profundidade, visando à elaboração de uma explicação válida para o caso (ou casos) em estudo, reconhecendo que os resultados das observações são sempre parciais.” (MARTINS, 2004: p.295). Por fim, a discussão metodológica sobre os materiais e métodos aplicados nessa dissertação será realizada no decorrer dos capítulos.

1. Entre o rural e o urbano: O surgimento da Cidade do Agronegócio na Região Administrativa Central.

1.1. Considerações Iniciais

O primeiro capítulo dessa dissertação se propõe a recuperar a formação da rede urbana da Região Administrativa Central. Ou seja, temos o intuito de demonstrarmos as principais condições históricas e econômicas responsáveis pelo desenvolvimento de um local propício para a reprodução do capital no espaço, assim como, para o aumento da complexidade da divisão social do trabalho na região (PACHECO, 1988 e GONÇALVES, 1998).

Segundo Elias e Pequeno (2007, p.1) a formação de espaços sincronizados ao setor de exportação de *commodities*, no território brasileiro, se traduz através da “consecução e expansão do agronegócio, formando-se cidades cuja função principal claramente se associa às demandas produtivas dos setores associados à modernização da agricultura”. Desse modo, estes municípios apresentam a materialização das condições gerais de reprodução do capital do agronegócio. Santos (1988), por sua vez, pontua que os lugares atingidos, diretamente ou indiretamente, pelo processo produtivo foram perpassados por seletividades e hierarquias de utilização. Para o autor (SANTOS, 1988), a mundialização da produção permitiu que as potencialidades de cada lugar se afirmassem e, se diferenciassem em nível mundial, ao mesmo tempo em que inexistem “lugares isolados”.

Baeninger (1998) destaca que o processo de reestruturação produtiva, ocorrido no final do século 20, contribuiu nas esferas locais, regionais e internacionais, para a configuração de espaços urbanos selecionados (SASSEN, 1998). Desse modo, surgiram “(...) novos contornos às cidades, onde a compreensão dos fenômenos locais pressupõe o entendimento dos fenômenos, regionais metropolitanos e até aqueles em âmbito mundial” (BAENINGER, 1998, p. 67)

Baeninger (2012) também aponta que somente ao considerarmos o espaço é que se torna possível a reconstrução do fenômeno migratório como um processo social heterogêneo e multifacetado. O conceito de espaço migratório é, portanto, primordial, por

considerar os distintos fluxos, processos e trajetórias migratórias que se fazem presentes dentro de uma mesma região.

Assim, a compreensão do fenômeno migratório se entrelaça a um dado contexto social, econômico e demográfico (SINGER, 1973). Nesse sentido, é imprescindível o entendimento deste fenômeno através da reconstrução dos processos sociais e econômicos que o acompanham e o redimensionam. A apreensão da rede urbana possibilita, nesse caso, que se assimilem os encadeamentos dos movimentos migratórios com a dinâmica da divisão social do trabalho (CORRÊA, 2006).

Cabe destacar, inicialmente, que a rede urbana paulista, de acordo com Caiado e Santos (2003), se estruturou em subsistemas que se configuraram vis-à-vis aos processos econômicos das regiões nas quais são localizadas e possuem características diversificadas. Caiado (1995, p.46) ainda aponta que “o interior paulista apresenta um padrão de urbanização em suas grandes e medias cidades que é expressão da heterogeneidade estrutural do desenvolvimento nacional”.

Além disso, o Estado de São Paulo possui a maior e mais complexa rede urbana do país (CAIADO, 1995 e CAIADO e SANTOS, 2003). A rede urbana paulista se estruturou a partir da capital e foi impulsionada pela expansão do complexo cafeeiro, o qual potencializou uma ocupação contínua e permanente no território (CAIADO, 1995 e GONÇALVES, 1998). Para Cano (1988) a economia cafeeira capitalista, no Estado de São Paulo, viabilizou uma importante e precoce urbanização tanto no sentido capital – litoral (sentido porto de Santos) quanto no sentido interior. Sendo que neste último, as bases técnicas e econômicas do café ao exigirem uma sólida base urbana ocasionaram uma rede de cidades de médio e pequeno porte.

Gonçalves (1998: p.32), em consonância, destaca que “(...) a urbanização paulista é parte integrante do processo de transição da economia agroexportadora cafeeira para a economia industrial”, de forma que o processo de urbanização permitiu que se organizasse no território uma base social e material totalmente articulada. A base articulada propiciou, nesse sentido, as condições necessárias para a estruturação do modo de produção capitalista.

O ciclo de expansão cafeeira, conjugado ao avanço das ferrovias no Estado de São Paulo, beneficiou amplamente a Região Administrativa Central. Particularmente, pelas ligações que foram estabelecidas, no século 19, pela Companhia Estrada de Ferro Paulista (GONCALVES, 1998) e pela Companhia Estrada de Ferro Araraquarense (PACHECO, 1988). Sendo a primeira responsável pela ligação da região com a capital e com o centro urbano de Campinas, e a segunda pelo aumento da urbanização regional no período.

A configuração econômica e histórica dessa região se entrelaça com o ciclo de expansão cafeeira e, posteriormente com o processo de diversificação produtiva iniciada após 1930 (PACHECO, 1988). Contudo, de acordo com os estudos de Pacheco (1998) e Baeninger (1995), os princípios de ocupação da região remetem ao século 18 com a constituição do caminho para Cuiabá/MT pelos caminhos das expedições coloniais mineiras. Todavia, a inserção das regiões de governo de Araraquara e São Carlos ao quadro econômico paulista só ocorreria, segundo Pacheco (1988), no primeiro surto cafeeiro no século 19. Assim, mesmo não sendo a pretensão inicial desse trabalho uma reconstrução histórica detalhada sobre o complexo econômico cafeeiro regional, devemos salientar novamente a centralidade deste ciclo econômico como uma pré-condição para o desenvolvimento do sistema urbano paulista (GONÇALVES, 1998 e ELIAS, 2003).

Destacamos, ainda, que a ação conjunta do aparato financeiro e social (CANO, 1988) criado pelo complexo cafeeiro nos espaços intra-urbanos e da influência da rede ferroviária permitiu que se potencializassem as condições necessárias para o surgimento de espaços urbanos correlacionados desde sua origem aos interesses do capital agroexportador (PACHECO, 1988; GONÇALVES, 1998; ELIAS, 2003).

Passaremos, então, para a análise da Região Administrativa Central e de suas duas Regiões de Governo: Araraquara e São Carlos. Acreditamos que ambas as regiões de governo, apesar de se constituírem em momentos históricos semelhantes, possuem características socioeconômicas e históricas distintas. Essas condições propiciaram que se criassem diferentes cenários produtivos e quadros populacionais distintos na RG de Araraquara e na RG de São Carlos.

Nosso principal foco de análise será a RG de Araraquara e sua organização em torno do Complexo Agroindustrial Citrícola. Conseqüentemente, também assumimos que a

configuração de uma Cidade do Agronegócio citrícola em seu território deve-se em muitos aspectos à base de sustentação proporcionada pelo complexo cafeeiro no século 19, e aos processos de modernização agrícola, de internacionalização e abertura econômica ocorridos no século 20.

Esse capítulo se estrutura em quatro partes: a primeira destina-se a apresentação histórica e econômica da Região Central, enquanto que na segunda parte discutiremos sobre o Complexo Agroindustrial Citrícola e seus desdobramentos na rede urbana regional. Já a terceira parte discute o conceito de Cidade do Agronegócio (ELIAS e PEQUENO, 2006 e 2007) e sua aplicabilidade à cidade de Matão.

1.2. A Região Administrativa Central:

1.2.1. Características Populacionais

A Região Administrativa Central, formada atualmente por 26 municípios e subdividida nas Regiões de Governo de Araraquara e São Carlos, foi criada pela Lei nº 6.207 de 26 de outubro de 1988. Em 2010, a região contava com uma população de 952.269 habitantes, sendo que 45,22% desta se encontram distribuídas nas cidades de Araraquara e São Carlos (FIBGE, 2010).

Observamos pelas Tabelas 1 e 2, as quais contêm o volume populacional dos municípios que integram, respectivamente, as Regiões de Governo de São Carlos e Araraquara, que as cidades que despontam como mais populosas são: São Carlos (221.950 habitantes) e Porto Ferreira (51.400 habitantes) na RG de São Carlos e Araraquara (208.662 habitantes) e Matão (76.786 habitantes) na RG de Araraquara. Essas cidades encabeçaram o processo de urbanização de suas regiões de governo, principalmente, por serem beneficiadas por uma conjuntura histórica favorável ao desenvolvimento de atividades ligadas ao setor industrial no caso da RG de São Carlos e à agroindústria citrícola na RG de Araraquara.

Tabela 1: População Residente por Município na Região de Governo de São Carlos em 2010.

Região de Governo de São Carlos	
Município	População em 2010
São Carlos	221.950
Porto Ferreira	51.400
Descalvado	31.056
Ibaté	30.734
Santa Rita do Passa Quatro	26.478
Ribeirão Bonito	12.135
Dourado	8.609
Total	382.362

Fonte: Censo Demográfico de 2010, FIBGE.

Tabela 2: População Residente por Município na Região de Governo de Araraquara em 2010.

Região de Governo de Araraquara	
Município	População em 2010
Araraquara	208.662
Matão	76.786
Taquaritinga	53.988
Ibitinga	53.158
Itápolis	40.051
Américo Brasiliense	34.478
Tabatinga	14.686
Borborema	14.529
Boa Esperança do Sul	13.645
Rincão	10.414
Nova Europa	9.300
Santa Lúcia	8.248
Dobrada	7.939
Santa Ernestina	5.568
Fernando Prestes	5.534
Gavião Peixoto	4.419
Motuca	4.290
Cândido Rodrigues	2.668
Trabiju	1.544
Total	569.907

Fonte: Censo Demográfico de 2010, FIBGE.

Segundo Baeninger (1998, p.8), as diferenciações das especializações produtivas entre as Regiões de Governo de Araraquara e São Carlos se intensificaram a partir dos decênios de 1950/1960, “(...) com a ampliação da produção agrícola, da pecuária de leite e da avicultura de corte” na RG de São Carlos, em conjunto à instalação de indústrias nos pólos de São Carlos e Porto Ferreira. Enquanto que a RG de Araraquara concentrava sua economia, nesse momento, particularmente na agricultura com a introdução de cana de açúcar e, com a entrada da citricultura nos anos finais da década de 1950.

A rede urbana da Região Central apresenta outra característica marcante: 15 municípios que a compõem, possuíam, em 2010, populações abaixo de 20 mil habitantes. O predomínio de pequenas cidades na estrutura da rede urbana regional já havia sido apontado por Baeninger (1995) desde a década de 1970, e se concentram na RG de Araraquara.

Tabela 3: Taxas de Crescimento das Regiões de Governo de Araraquara e São Carlos e seus principais centros-urbanos, da Região Administrativa Central e do Estado de São Paulo no período de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Taxas de Crescimento	1970/80	1980/91	1991/00	2000/10
Região de Governo de Araraquara	2,77	2,81	1,43	1,05
<i>Araraquara</i>	2,46	2,42	0,91	1,35
<i>Matão</i>	5,68	4,76	1,21	0,68
Região de Governo de São Carlos	3,06	2,54	1,89	1,13
<i>São Carlos</i>	3,42	2,58	2,01	1,41
<i>Porto Ferreira</i>	3,83	2,94	2,11	0,81
Total da Região Administrativa Central	2,88	2,71	1,61	1,08
Estado de São Paulo	3,49	2,13	1,60	1,09

Fonte: Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. FIBGE.

Ao analisarmos as taxas de crescimento das Regiões de Governo de Araraquara e de São Carlos, no período de 1970 à 2010, percebemos que o momento de maior crescimento, inclusive nas cidades de Araraquara, Matão, São Carlos e Porto Ferreira, foi o decênio de 1970 a 1980. Nesse período a região central vivenciou, em sua totalidade, uma taxa de

crescimento de 2,88 % *a.a.* Destacaram-se, em termos de crescimento, as cidades de Matão e Porto Ferreira que obtiveram taxas de 5,68% *a.a.* e 3,83% *a.a.* O acréscimo populacional, como podemos ver pela Tabela 4, foi de 16.180 habitantes na primeira e de 8.775 habitantes na segunda.

Tabela 4: População Residente nos Anos Censitários nas Regiões de Governo de Araraquara e São Carlos e seus principais centros-urbanos, da Região Administrativa Central e do Estado de São Paulo no período de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

População Residente nos Anos Censitários	1970	1980	1991	2000	2010
Região de Governo de Araraquara	249.767	328.292	445.454	513.364	569.907
<i>Araraquara</i>	100.438	128.122	166.731	182.471	208.662
<i>Matão</i>	21.953	38.133	63.613	71.753	76.786
Região de Governo de São Carlos	159.180	215.101	283.486	341.808	382.362
<i>São Carlos</i>	85.425	119.535	158.221	192.998	221.950
<i>Porto Ferreira</i>	19.216	27.991	38.492	47.437	51.400
Total da Região Administrativa Central	408.947	543.393	728.940	855.172	952.269

Fonte: Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. FIBGE.

Na década de 1970, segundo Negri (1988), o Estado de São Paulo vivenciava, assim como o restante do país, a intensificação da modernização agrícola através da operacionalização significativa do mercado internacional por meio da expansão da exportação de sucos cítricos, de soja e seus derivados e de carne. Ao mesmo tempo em que o processo de urbanização acelerou e passou a se reproduzir em grande parte do país sob a égide do período de “milagre econômico”, e dos grandes projetos nacionais de indústrias e infra-estrutura (CANO, 2003).

Cano (1998) destaca que a herança histórica do interior, em conjunto, aos incentivos direcionados para determinadas regiões de governo, particularmente no setor produtivo estatal de petroquímica e siderurgia e na política econômica expressa na criação do Proálcool (Programa Nacional do Álcool) e no aumento dos demais segmentos da agroindústria e das exportações de manufaturas, proporcionou um rápido crescimento

industrial no interior paulista, de forma que o interior passou a figurar como a segunda concentração industrial do país.

Chamamos à atenção para o Proálcool que beneficiou a Região Administrativa Central permitindo que esta se destacasse, assim como, a Região Administrativa de Ribeirão Preto, como “locus preferencial” dos investimentos vinculados à agroindústria da cana de açúcar, especialmente por ambas as regiões apresentarem uma tradição no cultivo de cana de açúcar (ELIAS, 2003). Além disso, a Região de Governo de Araraquara se caracterizou de acordo com Baeninger (1998), como pólo econômico secundário frente às demais regiões em destaque do Estado⁷.

Já o período de 1980-1991 (Tabela 3) apresentou uma diminuição da taxa de crescimento populacional no Estado de São Paulo, que passou de 3,49 % *a.a.* para 2,13% *a.a.*. A Região Central, suas Regiões de Governo e seus respectivos municípios de destaque também apresentaram, no período, quedas de proporções semelhantes. A manutenção do crescimento regional, em um momento de inflexão produtiva e econômica, segundo Baeninger (1995), ocorreu em razão possivelmente dos altos saldos migratórios nos anos de 1980 nas regiões de governo de Araraquara (44 mil, equivalente a 37% do crescimento populacional) e de São Carlos (25.424 pessoas, o que equivaleu a 37% do crescimento absoluto do período).

O crescimento de algumas regiões no interior do Estado de São Paulo, entre 1980-1991, com a conjuntura da “crise da dívida” (CANO, 2003) foi fruto da particularidade da expansão econômica do interior paulista a partir de 1975 por causa da questão energética, das exportações e das indústrias de ponta (microeletrônica, informática, telecomunicações). Concomitantemente, Caiado (1995) aponta que a dispersão da migração pelo interior permitiu o reforço da tendência de urbanização. Os fluxos ocorreram, assim, tanto no sentido rural-urbano, quanto urbano-urbano. A dispersão dos movimentos migratórios corroborou, portanto, para o fortalecimento de algumas cidades como pólos regionais e expressassem uma íntima relação com o desempenho econômico regional.

⁷ Sendo os pólos regionais: São José dos Campos, Sorocaba, Campinas, Ribeirão Preto, Bauru e São José do Rio Preto (BAENINGER, 1998).

O período de 1991-2000 apresentou na Região Administrativa Central, por sua vez, a tendência de decréscimo nas taxas de crescimento, mas estas ainda se mantiveram positivas. Apesar de notarmos uma maior variação de volume populacional na Região de Governo de Araraquara e seus centros-urbanos no período em contraposição a Região de Governo de São Carlos, o declínio das taxas de crescimento na RG de Araraquara foi superior. Isso se deve, particularmente, ao aumento e manutenção do dinamismo econômico atingido pela RG de São Carlos na década de 1990 com consolidação da região como pólo tecnológico e industrial (MACIEL, 2013).

Segundo Maciel (2013) os processos migratórios que contemplaram a Região Administrativa Central nos anos anteriores a 1970, se aprofundaram durante as décadas de 1980 e 2000. Desse modo, nos propomos a analisar o Saldo Migratório⁸ da Região durante os anos censitários de 1991, 2000 e 2010, compreendendo que a migração é um componente primordial na dinâmica populacional da região (BAENINGER, 1995).

Tabela 5: Saldo Migratório para as Regiões de Governo de Araraquara e São Carlos e seus principais centros-urbanos, da Região Administrativa Central e do Estado de São Paulo no período de 1991, 2000 e 2010.

Localidade	1991	2000	2010
Região de Governo de Araraquara	3.982	2.370	1.947
<i>Araraquara</i>	1.004	1.076	1.567
<i>Matão</i>	1.373	-31	-98
Região de Governo de São Carlos	2.312	3.211	1.414
<i>São Carlos</i>	394	517	-3
<i>Porto Ferreira</i>	1.489	2.100	1.387
Total da Região Administrativa Central	6.294	5.581	3.361

Fonte: Informações dos Municípios Paulistas, Fundação SEADE.

Pela Tabela 5, visualizamos o comportamento do saldo migratório da Região Administrativa Central e de suas regiões de governo. Nota-se que desde 1991 a RG de

⁸ O saldo migratório líquido é obtido através da operação de entrada e saída de uma área geográfica em um território definido durante um período específico de tempo. Desse modo, ele permite a síntese das trocas ocorridas entre as regiões. Além disso, possui como vantagens: a mensuração do “estoque dos migrantes”. Contudo, os movimentos temporários, as migrações sucessivas e os movimentos de mobilidade espacial reversível anteriores ao período de referência não são passíveis de apreensão. Ademais, a migração líquida não compreende as pessoas que nasceram ou morreram entre o período da migração (DOMENACH e PICOUE, 1996).

Araraquara apresentou, em conjunto à Araraquara, um saldo migratório positivo. Enquanto que a cidade de Matão, desde 2000, passou a contar com um saldo migratório negativo o que indica potencialmente um maior número de emigração na localidade⁹.

A RG de São Carlos por sua vez, apresentou em sintonia à RG de Araraquara, valores positivos em todos os períodos analisados, contudo, a cidade de São Carlos possui um saldo negativo ainda que baixo no período de 2010.

Verifica-se que o período (1991- 2000) no qual a Tabela 3 nos aponta um crescimento superior da RG de São Carlos (1,89% *a.a.*) em contraposição à RG de Araraquara (1,49% *a.a.*) é justamente aquele no qual a região passa a apresentar um acréscimo em seu saldo migratório. As taxas de crescimento populacional no período de 2000-2010 (Tabela 3) giravam nas Regiões de Governo de São Carlos e Araraquara, assim como a média paulista, em torno de 1% *a.a.* Nesse momento, observamos também uma diminuição do saldo migratório em todas as localidades analisadas (Tabela 5), bem como, um menor aumento populacional (Tabela 4).

Conquanto os saldos negativos das cidades de São Carlos e Matão não representam necessariamente uma diminuição geral do número de imigrantes nessas localidades. Mais especificamente no caso de Matão, as maiores perdas populacionais se concentram para os espaços intrarregional, ou seja, dentro de sua RG e para as demais cidades paulistas¹⁰. Enquanto que em relação aos movimentos migratórios inter-estaduais a cidade contou em 2010 com um saldo positivo, destacando-se os Estados do Piauí, Alagoas e Paraná como veremos no Capítulo 2 mais detalhadamente.

A continuidade da queda das taxas de crescimento populacional da Região Central se deve, essencialmente, a dois processos: à manutenção do declínio da fecundidade, que em 2010 apresentou a média de 1,5 filhos por mulher em idade reprodutiva, estando, portanto abaixo do nível de reposição, além da progressiva redução do estoque de migrantes ao longo do tempo em sincronia ao cenário vivenciado pelo Estado de São Paulo (BAENINGER, 2012).

⁹ Discutiremos as migrações para Matão de forma mais atenta no Capítulo 2.

¹⁰ No quesito data-fixa, para o Censo Demográfico de 2010, no campo intrarregional as emigrações foram para as cidades de Araraquara e Dobrada. Enquanto que para o restante do Estado se destacaram os municípios de Ribeirão Preto, São Paulo, Jaboticabal e Taquaritinga.

1.2.2. A Rede Urbana da Região Administrativa Central

A rede urbana se define, segundo Corrêa (2006, p.26) como “um reflexo *da* e uma condição *para* a divisão territorial do trabalho”. Nesse sentido, o sistema urbano é a expressão da divisão social do trabalho no território, ou seja, a forma como cada cidade e sua população se inserem na organização social e territorial corresponde ao padrão de acumulação preponderante (GONÇALVES, 1998).

A Região Administrativa Central começou a ser moldada pela constituição da cidade de Araraquara, desmembrada de Piracicaba em 1832, em decorrência do avanço da ocupação das regiões que até então constituíam o “Oeste Antigo” por meio do progresso da economia canavieira e, posteriormente pelo avanço do café (PACHECO, 1988). Entretanto, de acordo com Gonçalves (1998) tanto a cana de açúcar, quanto o café aproveitaram-se de uma rede urbana pré-existente, ainda que incipiente formada pela divisão de trabalho, existente no início do século 19, entre os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás. Assim, o complexo cafeeiro tornou mais consistente a divisão de trabalho pré-existente na região, aproveitando-se também da infra-estrutura da expansão canavieira na região, ao incorporar terras com uma alta produtividade conhecidas como “manchas de terra roxa” (PACHECO, 1998)

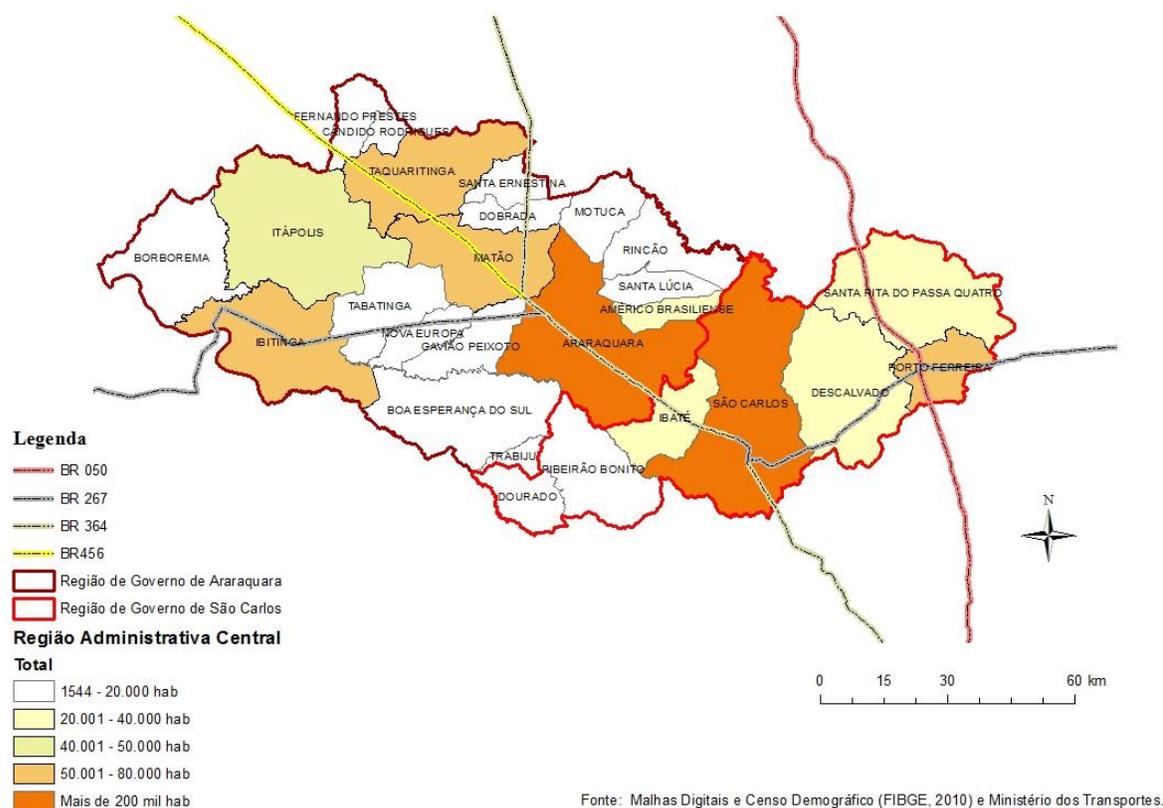
Pacheco (1988) destaca que a inserção dos municípios de Araraquara e São Carlos no rol da produção cafeeira, em conjunto, aos subsídios para imigração colocou ambos entre os maiores receptores de imigrantes de todo o Estado nos anos finais do século 19. A Câmara de Araraquara na época incentivou, inclusive, a vinda de imigrantes norte-americanos enquanto São Carlos, através da figura do Conde do Pinhal, patrocinou a vinda de 100 famílias de imigrantes alemães. Para o autor (PACHECO, 1988), a relação entre ferrovia e o café foi central para a constituição de novas áreas de expansão tanto nas zonas rurais, quanto urbanas na Região Central. Tanto que o desenvolvimento urbano de São Carlos e de Araraquara, elevadas à categoria de município em 1881 e 1889 respectivamente, ocorreu pela combinação da chegada dos trilhos e do início da imigração em massa. Esse contexto corroborou para o aumento da população, de modo que se em

1886 a Região de Araraquara e São Carlos contava com 25.663 habitantes, esta passou a possuir 118.156 habitantes em 1900 (PACHECO, 1988).

Gonçalves (1998), em mesmo tom, pondera que as ferrovias além de transportarem o café foram responsáveis pela articulação da rede urbana e, conseqüentemente garantiram sua integração, permitindo que se estabelecessem no espaço fluxos variados de mercadorias, informações e pessoas, entre: as zonas cafeeiras e seu entorno, entre elas e a Capital e, finalmente, entre a Capital e os estados vizinhos. De fato, alicerçando-se sob a expansão da rede ferroviária no século 20, o avanço do café no interior paulista rearticulou e ampliou a rede urbana na porção central e norte do Estado, principalmente pelos centros-urbanos de Campinas e Ribeirão Preto, originando uma hierarquia funcional que salvas algumas modificações permaneceu até o final da década de 1990 (GONÇALVES, 1998).

Os caminhos trilhados pela estrada de ferro na Região Administrativa Central, assim como no restante de São Paulo, impactaram diretamente na constituição das principais rodovias que cortam os seus centro-urbanos (PACHECO, 1988). Ao observarmos a Região Administrativa Central com sua malha rodoviária, bem como, a distribuição populacional nos municípios (Figura 3) visualizamos que a região é perpassada por importantes rodovias como: a Rodovia Anhanguera (BR 050/ SP-330) que passa pelos municípios de Porto Ferreira e Santa Rita do Passa Quatro da RG de São Carlos e, a Rodovia Washington Luís (SP 310/ BR 364 e 456) que corta as principais cidades da região (São Carlos, Araraquara e Matão), mas também as cidades de Ibaté, Taquaritinga e Fernando Prestes.

Figura 3: Distribuição Populacional na Região Administrativa Central por municípios em 2010 e Malha Rodoviária.



Pacheco (1998) destaca que sob o eixo primitivo da Companhia Paulista de Estrada de Ferro na região – evidenciado pelas rodovias citadas acima – se localizaram os núcleos mais dinâmicos do interior paulista. Percebemos, com efeito, que as cidades mais populosas, na região central, são justamente as mais beneficiadas por esse eixo rodoviário: São Carlos (221.950 habitantes), Araraquara (208.662 habitantes), Matão (76.786 habitantes) e Taquaritinga (53.988 habitantes).

Entretanto, a tendência de concentração populacional nessa região, segundo Baeninger (1995), pode ser explicada pelo direcionamento do complexo agroindustrial para as cidades, principalmente no caso da RG de Araraquara e, para a formação de um pólo tecnológico na RG de São Carlos (MACIEL, 2013).

A rodovia Anhanguera se constituiu como pontua Gonçalves (1998) a partir de uma “estrada aberta” na década de 1820 e trouxe novas influências a já consolidada estrutura regional engrenada pelo complexo cafeeiro. Ao reforçar o eixo da Paulista consolidou a direção de novos fluxos de desenvolvimento conectando o eixo Capital – Porto de Santos com o norte do Estado em direção à Goiás e ao centro do país. Posteriormente com a articulação da rodovia Washington Luiz contemplou-se a ligação com o oeste paulista e com a região oeste brasileira, seguindo o curso da Estrada de Ferro Araraquarense ao dar sequência à Estrada de Ferro Rio Claro.

Outras importantes rodovias da Região Central são: a rodovia Brigadeiro Faria Lima (SP 326/BR 364), que passa pelos municípios de Matão, Dobrada e Santa Ernestina ligando São Paulo ao Estado de Minas Gerais e, a rodovia Presidente Itamar Franco (BR 267 – SP 215) que possui intersecções com a Rodovia Washington Luís e Anhanguera, tendo passagem pelas cidades de São Carlos, Descalvado e Porto Ferreira, bem como, Gavião Peixoto, Nova Europa, Tabatinga e Ibitinga.

A importância das cidades de Araraquara, de Matão, de São Carlos e de Porto Ferreira dentro da rede urbana regional, pode ser entendida a partir da centralidade destes como pontos no processo de produção, circulação e consumo (CORRÊA, 2006). Cada ponto dentro de uma rede urbana é, portanto, entendido como um centro-urbano. Além disso, como pondera Corrêa (2006, p. 27):

A rede urbana é um reflexo, na realidade, dos efeitos acumulados da prática de diferentes agentes sociais, sobretudo as grandes corporações multifuncionais e multilocalizadas que, efetivamente, introduzem, tanto na cidade como no campo, atividades que geram diferenciações entre os centros urbanos. Diferenciações que, por sua vez, condicionam novas ações. Neste sentido, é necessário que se compreenda a lógica de implantação das atividades no mais ou menos complexo mosaico de centros e hinterlândias em seus diferenciados papéis e pesos.

Assim, é imprescindível a compreensão do papel de cada ciclo econômico na configuração da rede urbana regional. Em outras palavras, devemos nos perguntar quais foram os padrões de produção, circulação e consumo que se alteraram ao longo do tempo no espaço regional e como essas transformações impactaram o desenvolvimento dos centros-urbanos. Tendo isso em vista, pontuaremos no próximo item algumas características

socioeconômicas das Regiões de Governo de Araraquara e São Carlos através suas especializações produtivas.

1.2.2.1. Região de Governo de São Carlos

A Região de Governo de São Carlos, formada a partir do desmembramento dos “Campos de Araraquara” em 1857, se caracteriza por uma economia pautada em um parque industrial diversificado que contempla a produção de laticínios, cerâmica, móveis, lápis, geladeiras, entre outros produtos, e também pela produção de produtos agrícolas como: o café, a cana de açúcar e a laranja (BAENINGER, 1995 e MACIEL, 2013). Sendo seus principais centros-urbanos: as cidades de São Carlos, como pólo tecnológico, e Porto Ferreira como pólo cerâmico.

A criação de um parque de alta tecnologia na região se deve, segundo Baeninger (1995), principalmente, à criação de novas atividades de sustentação econômica após a crise do café, em meados de 1950 e 1960. Segundo Pacheco (1998), a cultura cafeeira em São Carlos transitou gradualmente a uma pequena diversificação produtiva centrada na pecuária leiteira, que substituiu os cafezais decadentes, e em seu parque industrial incipiente.

Em consonância a esse processo foram instaladas na cidade de São Carlos duas universidades, a Universidade de São Carlos (USP) em 1951 e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) em 1970, trazendo para o município e região um alto potencial tecnológico, o que viria a colaborar para a constituição do Parque de Alta Tecnologia em São Carlos, na década de 1980 (BAENINGER, 1995). Assim, a RG de São Carlos com uma economia inicialmente agrária (PACHECO, 1988), chegou aos anos de 1990 com uma economia assentada no setor industrial, ainda que conviva com uma atividade primária representativa. Há de se destacar, portanto, a produtividade de sua área rural, particularmente, nas culturas de cana de açúcar e laranja (Tabela 06).

As informações sobre a produção agrícola da região de governo podem ser visualizadas pela Tabela 06. A escolha pela análise da evolução da produção da cana de açúcar, do café e da laranja se justifica pela presença dessas culturas nos ciclos econômicos

da região (PACHECO, 1988; BAENINGER, 1995 e GONÇALVES, 1998 e MACIEL, 2013).

Tabela 06: Produção Agrícola em Toneladas da Região de Governo de São Carlos, nos anos de 1990, 2000 e 2010.

Produção (em toneladas)	1990	2000	2010
Café	2.238	2.030	2.338
Cana-de-açúcar	2.898.712	5.185.790	10.345.828
Laranja	33.555	29.306	26.168
Total	2.934.505	5.217.126	10.374.334

Fonte: Informação dos Municípios Paulistas, Fundação Seade.

No período de 1990 a 2000, houve um crescimento de aproximadamente 6% *a.a.* no cultivo da cana de açúcar na região. Enquanto que as culturas permanentes do café e da laranja registraram decréscimos de 0,97% *a.a.* e 1,34% *a.a.* respectivamente. As décadas de 2000 e 2010 apresentaram, por sua vez, uma retomada da produção do café que cresceu 1,42% *a.a.* A cana de açúcar aumentou sua produção em 7,15% *a.a.* em relação a 2000, já a produção de laranja teve um decréscimo de 1,12% *a.a.* O decréscimo e a baixa expressividade da cultura da laranja na região são explicados, segundo Baeninger (1995), pela inexistência de unidades de beneficiamento da citricultura.

Outro importante indicativo da economia regional é a alta absorção da mão de obra formal pelos setores secundário e terciário. Ao analisarmos pela Tabela 7 os empregos formais na RG de São Carlos em 2010, notamos que o setor de serviços absorveu 39,24% da mão de obra empregada no mercado de trabalho formal, enquanto o setor industrial possuía 31,14% dos empregos formais. E, por fim comércio absorveu, nesse ano, 20,11% dos empregos formais.

Tabela 7: Empregos formais na Região de Governo de São Carlos em 2010

Empregos Formais	Número Absolutos	Distribuição Relativa (%)
Serviços	42.532	39,24
Indústria	33.758	31,14
Comércio Atacadista e Varejista e do Comércio e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	21.803	20,11
Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	5.795	5,35
Construção Civil	4.507	4,16
Total	108.395	100,00

Fonte: Informação dos Municípios Paulistas, Fundação Seade.

1.2.2.2. Região de Governo de Araraquara

A Região de Governo de Araraquara têm sua dinâmica econômica perpassada pela agroexportação desde sua formação (BAENINGER, 1995 e ELIAS, 2003). No século 19, com a produção do café, e, em meados da década de 1960 com a inserção dos complexos agroindustriais citrícola e sucroalcooleiro em seu território. Vivenciamos pouco a pouco a expansão da cultura da laranja e da cana de açúcar em detrimento aos cafezais (SILVA, 1999). Destacaram-se também os segmentos econômicos voltados para a indústria têxtil, de alimentos e de implementos agrícolas (PACHECO, 1988). Os principais centros-urbanos desta região de governo, como explicitado anteriormente, são os municípios de Araraquara e Matão.

A crise do café em 1929, segundo Pacheco (1988), ocasionou reformulação do quadro produtivo regional com reorganização da agricultura, através do cultivo do algodão e da cana de açúcar o que viriam a permitir a rearticulação com o café, e a organização de agroindústrias de óleo vegetais e pelo incremento das atividades das usinas na região. Baeninger (1995) salienta que a primeira usina da região foi instalada na década de 1920.

A substituição das plantações de café pela cana de açúcar com o passar das décadas, ocasionou a consolidação do complexo agroindustrial sucroalcooleiro e posteriormente a instalação da primeira unidade de processamento de suco de laranja na região (BAENINGER, 1995; ELIAS, 2003 e MACIEL, 2013). Segundo Baeninger (1995), por

meio de uma economia de base agrícola se configurou no século 20 uma região que concentrava complexos agroindustriais produtores de açúcar, álcool e cítricos.

Desse modo, a Região de Governo de Araraquara deve ser compreendida a partir de dois momentos-chave: **a.** dinamização regional a partir do início da produção de suco concentrado de laranja na década de 1960; **b.** a intensificação do cultivo de cana de açúcar com o Proálcool na década de 1970, o que permitiu também a instalação de novos empreendimentos voltados para a produção de álcool.

Pela Tabela 09 podemos acompanhar a produção agrícola da RG de Araraquara em 1990, 2000 e 2010. Nota-se que a produção de café teve um declínio de 10% *a.a.* entre o período de 1990 e 2000, perdendo cada vez mais seu espaço na região, no período de 2000 e 2010, temos um decréscimo de 9,18% *a.a.* na produção. A produção canavieira, por sua vez, registrou um aumento de 3,78% *a.a.* entre 1990 e 2000, e de 5,16% *a.a.* entre 2000 e 2010. Já a citricultura, visualiza-se um declínio de 1,61% *a.a.* no decênio de 1990 e 2000, e uma queda mais acentuada de 2,75% *a.a.* entre os anos de 2000 e 2010.

Tabela 09: Produção Agrícola em Toneladas da Região de Governo de Araraquara, nos anos de 1990, 2000 e 2010.

Produção (em toneladas)	1990	2000	2010
Café	8.963	3.107	1.106
Cana-de-açúcar	10.021.320	14.535.008	24.055.260
Laranja	138.285	117.491	88.815
Total	10.168.568	14.655.606	24.145.181

Fonte: Informação dos Municípios Paulistas, Fundação Seade.

No que diz respeito aos empregos formais, observa-se pela Tabela 10, que em 2010 a RG de Araraquara concentrava parte majoritária dos empregos nos setores de serviços (33,68%) e na indústria (30,88%). O comércio empregava 20,87% dos trabalhadores formais. Devemos também destacar o setor de agricultura responsável por empregar 10,42% no período. Salientamos ainda que grande parte da mão de obra da região atuava em indústrias vinculadas ao complexo agroindustrial canavieiro e citrícola.

Tabela 10: Empregos Formais na Região de Governo de Araraquara em 2010

Empregos Formais	Números Absolutos	Distribuição Relativa (%)
Serviços	52.453	33,68
Indústria	48.089	30,88
Comércio Atacadista e Varejista e do Comércio e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	32.502	20,87
Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	16.227	10,42
Construção Civil	6.450	4,14
Total	155.721	100,00

Fonte: Informação dos Municípios Paulistas, Fundação Seade.

Do mais, ao compreendermos que a rede urbana se molda através dos ciclos econômicos que delinearão as transformações dos espaços rurais e urbanos e das relações sociais ao longo do tempo, devemos ter em mente a inércia provocada por esses processos. Ou seja, nas palavras de Corrêa (2006, p.27) é necessário que coloquemos “(...) em evidência as práticas que viabilizaram a articulação entre os distintos centros-urbanos e suas hinterlândias, bem como compreender a inércia que, pelo menos durante um certo tempo, cristaliza um determinado padrão espacial de funcionalidades urbanas”.

Entender, portanto, quais são as funções desempenhadas por cada cidade dentro da rede urbana regional é fundamental e imprescindível. Ainda que tais funcionalidades se reorganizem, existem certas permanências que devem ser destacadas: como a centralidade das cidades de Araraquara e São Carlos como centros-urbanos de destaque regional centralizadores da maior parte da população da região, assim como, se destacam por suas dinâmicas econômicas e especializações produtivas. Contudo, as redes de influência (CORRÊA, 2006) de cada ciclo econômico atingiram, em distintos níveis, todas as cidades da região.

Nesse sentido, os centros-urbanos que encabeçaram os processos de urbanização e de modernização através da expansão cafeeira no século 19 (CANO, 1988), desempenharam funções semelhantes, em conjunto à suas hinterlândias no século 20 com a modernização da agricultura e da internacionalização econômica (GONÇALVES, 1998 e

CORRÊA, 2006), via exportação de commodities agrícolas, particularmente da citricultura e da cana de açúcar (ELIAS, 2003).

Em geral, as cidades beneficiadas com uma localização privilegiada na malha rodoviária (Figura 3) são as mesmas que se beneficiaram anteriormente na rota de comércio, no século 18, e na expansão das ferrovias, no século 19 (PACHECO, 1988). De mesmo modo, os municípios que concentram hoje as maiores usinas e processadoras de suco ou grandes indústrias da região, são também aqueles na época cafeeira eram importantes polos de produção da mercadoria. Podemos citar os casos de São Carlos, Araraquara e Matão.

Para Gonçalves (1998, p.277) esse processo se deve pela rede urbana se apresentar como um ambiente construído pelo capital e para o capital, resguardando em si uma inércia que se ilustra como “(...) produto do desenvolvimento anterior e possibilidade e constrangimento para o desenvolvimento futuro”.

Assim, a RG de Araraquara nos apresenta centros-urbanos com desenvolvimentos econômicos e sociais vinculados aos complexos agroindustriais, particularmente por essa região se apresentar como locus preferencial da instalação da produção de café, o qual foi facilmente cultivado em razão da abundância da qualidade de terra roxa. Já a RG de São Carlos, que possuía a maior parte de sua área rural destinada à pecuária e despontou-se através de centros-urbanos relacionados à indústria e a tecnologia.

Buscaremos no próximo item delinear acerca da citricultura paulista e, simultaneamente sobre a interação entre os municípios da Região Administrativa Central. Nossa proposta de compreensão da organização do complexo agroindustrial citrícola se justifica, nesse sentido, pela percepção de que a rede urbana regional, como aponta Corrêa (2006), se apresenta como intermediação da divisão internacional do trabalho.

1.3. O Complexo Agroindustrial da Laranja e sua inserção na Região Administrativa Central

1.3.1. Um breve panorama sobre a Citricultura Brasileira

A citricultura brasileira é um dos setores econômicos mais oligopolizados do país, ou seja, se caracteriza pela concentração e centralização da produção nas mãos de poucas empresas (PAULILLO, ALMEIDA e MELLO, 2003; ELIAS, 2003). Hoje a produção se concentra na mão de dois grandes grupos empresariais: o Grupo Cutrale – em Araraquara/SP – e a Citrosuco Paulista (Grupo Fischer) – em Matão/SP. Desde a década de 1970, ambas revezam entre si pelo posto de maior produtora de suco concentrado de laranja (PAULILLO, 1999). Sendo que desde 1980 o Brasil assumiu a liderança na produção de laranja superando a produção norte-americana, a qual hoje produz menos da metade da produção brasileira, a qual na safra de 2008/09 foi da ordem de 17.422 mil toneladas (NEVES et al, 2010). Atualmente, segundo os autores (NEVES et al, 2010), a exportação do suco de laranja brasileiro se direciona para os Países Baixos e Bélgica – os quais atuam como re-exportadores para os demais países europeus –, e para os Estados Unidos.

Segundo Neves et al (2010) o plantio de laranja se iniciou na Região Central em 1950 na cidade de Araraquara, sendo a primeira fábrica de suco concentrado instalada no país em 1959¹¹. Além disso, a citricultura brasileira é, desde seu surgimento, atrelada ao mercado consumidor norte-americano tanto que sua consolidação e expansão se efetivaram graças às geadas que atingiram o Estado da Flórida, principal produtor na época, em meados das décadas de 1960, 1970 e 1980 (ELIAS, 2003 e NEVES et al, 2010).

As décadas de 1960 e 1970 se traduziram por uma efervescência do setor a partir da instalação de indústrias processadoras nas regiões de governo de Araraquara, de Barretos e de Bebedouro, ademais, a primeira grande planta industrial de suco concentrado de laranja, com o padrão tecnológico norte americano instalou-se em 1964¹², na cidade de Matão/SP

¹¹ A SUCONASA instalada em Araraquara/SP e que depois iria compor o Grupo Cutrale (Senhoras et al, 2006).

¹² A Citrosuco iniciou suas atividades no parque industrial matonense tendo como principal fundador o imigrante alemão Carl Fischer, em conjunto da Pasco Packing Company – produtora de sucos norte-

(ELIAS, 2003). A partir de 1970, ocorreu um rápido processo de concentração do setor, com o aumento do controle da maior parte da produção e do mercado por parte das grandes empresas. Conseqüentemente assistiu-se a intensificação do processo de fusão, incorporação e até mesmo eliminação das pequenas indústrias (ELIAS, 2003 e PAULILLO, ALMEIDA e MELLO, 2003).

Nesse momento, dada a crescente articulação do capital industrial e financeiro (MARTINE, 1991), foi propiciado um quadro favorável para a concentração da produção industrial cítrica (PAULILLO, ALMEIDA e MELLO, 2003). Assim, segundo Elias (2003), as grandes processadoras da época: a Citrosuco e a Cutrale – atuais líderes da extração do suco de laranja desde 1970 – se consolidaram como as maiores empresas de suco concentrado de laranja, em conjunto à Cargill e à Frutesp (Cooperativa de produtores de laranjas). Essas empresas se localizavam majoritariamente nas RG de Araraquara e de Bebedouro, estando presentes nas cidades de Araraquara (Cutrale), Matão (Citrosuco Paulista, Central Citrus e Futropic), Bebedouro (Frutesp e Cargill), Colina (Cutrale) e Itapópolis (Branco Peres Citrus).

Neves et al (2010) destacam que nos anos 1980 o país se consolidou como maior produtor mundial de laranjas, essa fase tornou-se possível em razão da união da citricultura excepcionalmente desenvolvida com o suporte de uma indústria altamente competitiva. Ocorreu um ritmo acelerado de implantação de novos pomares no interior paulista, em simultâneo à entrada de novos produtores no cenário agrícola (NEVES et al, 2010). Por conseguinte, dada a maior disponibilidade dos pomares, potencializaram-se as exportações de suco concentrado de laranja, ao mesmo tempo em que se ampliou a disponibilidade da fruta para o mercado interno, assim “as frutas cítricas, que em muitos mercados são consideradas artigo de luxo, passaram a ser consumidas por brasileiros de todas as classes sociais” (NEVES et al, 2010, p. 13).

americana – e da Eckes – importador estabelecido na Alemanha. A grande guinada da empresa ocorreu com a aquisição das primeiras fazendas e packing houses nas cidades paulistas de Limeira e Bebedouro. Em 1969, o Grupo Fischer adquiriu as ações da Pasco na empresa, e em 1992 as da Eckes assumindo o controle de forma integral. Em 1976, o grupo comprou a segunda fábrica que se localiza na cidade de Limeira (ex-Frular/Sucolanja).

As agroindústrias citrícolas foram também responsáveis por uma importante inovação no setor de transportes e armazenamento. Segundo Elias (2003), no início da década de 1980, o transporte de suco concentrado de laranja passou a ser realizado a partir do modelo *tank-farm*, que consiste no bombeamento automático do suco dos tanques de armazenamento industrial para o caminhão-tanque. Dessa forma, segundo a autora (ELIAS, 2003), além de garantir a manutenção da temperatura ideal para o suco, o sistema proporcionou uma redução dos custos do produto, visto que este era anteriormente transportado por tambores de aço, os quais não retornavam aos países importadores.

Os anos de 1990, por sua vez, se apresentaram como palco de grandes transformações, particularmente, de reestruturações institucionais que corroboraram para que o parque industrial citrícola paulista figurasse como o maior do mundo e fosse responsável pela maior parcela do suco de laranja concentrado produzido (NEVES et al, 2010). As principais mudanças ocorridas no setor, nesse período, podem ser compreendidas, segundo Paulillo et al (2008), a partir de fatores internos e internacionais mediados tanto pela economia nacional e internacional, quanto pelo aumento de problemas fitossanitários, além do avanço da terceirização das atividades e da verticalização das empresas processadoras.

Esse cenário foi ocasionado pelo processo de liberação econômica e de acirramento da concorrência derivados da globalização (SILVA 2003). Desse modo, as empresas com o intuito de manutenção da competitividade e da eficiência, bem como, ao buscarem suas inserções na nova ordem internacional, começaram a reduzir custos e diminuir a sua rigidez institucional (BARBOSA e ALVES, 2008 e 2009). Cabe ressaltar, no entanto, que as estratégias de flexibilização e diversificação desencadeiam da orientação de racionalização das organizações, iniciada em nível mundial na década de 80. Sobre esse contexto, temos que:

O que se nota é que, neste recente processo, a indústria dá preferência à administração dos contratos com os fornecedores, obtendo-se redução de custos fixos e a melhora da qualidade. Isto é demasiadamente ambíguo, já que a terceirização está relacionada com as noções de qualidade (melhor relação com o fornecedor e cliente), produtividade (melhor relação com os trabalhadores) e competitividade (junto às anteriores, melhor relação com o concorrente), ao mesmo tempo em que intensifica o choque entre capital e trabalho, por provocar a

redução do número de vagas e intensificar as etapas de trabalho (PAULILLO, 1999, p. 91).

Para Senhoras et al (2006), o entendimento da estrutura dos complexos agroindustriais se relaciona à análise da atuação dos segmentos que o compõe, ou seja, à agricultura, à agroindústria e ao mercado. A atuação das agroindústrias vincula-se, portanto, diretamente ao grau de articulação estabelecido com o setor agropecuário. No caso da citricultura, temos que o sistema de integração entre agroindústria e produtores é amplamente difundido e reflete na organização da produção rural (SENHORAS et al 2006). Sob essa conjuntura, a compra da matéria prima de produtores autônomos, que em sua maioria são pequenos e médios citricultores, por parte das empresas processadoras, foi permeada pela intervenção das indústrias na produção e controle de qualidade (ELIAS, 2003). Os contratos nos quais se assentava o fornecimento à indústria visavam, segundo Elias (2003), a garantia da total regulação sobre os pomares.

Barbosa e Alves (2009) indicam que a relação entre citricultores e a agroindústria pautou-se até meados dos anos de 1990 em um contrato de fornecimento conhecido por “contrato padrão”. Assinado em 1986, ele fundamentava os pagamentos do preço da laranja fornecida pelos produtores em relação às cotações do suco na bolsa de valores de Nova York e, de mesma forma, previa que as atividades de colheita e transporte da produção seriam efetuadas pelas indústrias. Assim, o contrato se estendia aos trabalhadores rurais que eram contratados diretamente pelas indústrias processadoras de suco de laranja.

A agricultura, ainda que tenha vivenciado um processo de terceirização mais recente e que possua particularidades, após sua integração com a lógica industrial de produção (MÜLLER, 1985 e SILVA, 1993), se caracterizou pela deteriorização das relações de trabalho (PAULILLO, 1999). Paulillo (1999) também enfatiza que o crescimento das atividades de serviços é um dos aspectos que se apresenta, no âmbito dos Complexos Agroindustriais, a partir da intensificação da integração de capitais e do rápido poder de resposta dos segmentos agrícolas e agroindustrial perante as novas formas de organização da produção.

Desse modo, a integração não simboliza somente uma relação estabelecida entre os produtores e a agroindústria mediante um contrato formal ou verbal, que institui a produção

de determinadas matérias primas na propriedade em questão, a exclusividade de comércio, e a assistência técnica por parte da firma, entre outras prerrogativas contratuais. Assim, para Paulillo (1999, p.92), “(...) as funções básicas de integração passam a demandar uma série de atividades de serviço que culminaram com a constituição do processo de terceirização nesses complexos”.

A finalização da aplicabilidade do “contrato padrão”, segundo Barbosa e Alves iniciou-se em razão de um processo por parte das associações representantes dos produtores no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) contra as indústrias processadoras. A ação almejava o fim da fixação de preços de forma arbitrária por essas últimas, alegava-se, nesse sentido, uma espécie de “arranjo” na formação de preços. De mesma forma, a ação também ia contra ao processo de *verticalização para trás*, ou seja, do aumento da produção própria de laranja por meio da concentração da produção em propriedades maiores pertencentes, não raramente, às próprias empresas, e a conseqüente redução dos pequenos produtores (PAULILLO, ALMEIDA e MELLO, 2008; BARBOSA e ALVES, 2009).

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica decidiu, de acordo com Barbosa e Alves (2009), pela extinção do contrato padrão em 1994, contudo, ao não estabelecer uma nova política de preços ou um novo contrato de fornecimento, viabilizou que a regulação ficasse relegada às relações de poderes internos a cadeia produtiva e as indústrias que “(...) por meio da utilização de diversas estratégias organizacionais, transferiram aos produtores a queda de preços no mercado internacional” (BARBOSA e ALVES, 2009, p.4).

Paulillo et al (2008) ponderam que com a extinção do contrato padrão e em decorrência das mudanças nas formas de contratação, particularmente no caso dos colhedores de laranja, as indústrias de suco ampliam sua atuação na área agrícola e criou-se um novo quadro organizacional dada à redução da interdependência entre processadoras e fornecedores de laranja. Sob este contexto, os citricultores perderam parte de seu poder de barganha e ocasionalmente contribuiu-se para a saída de milhares de produtores rurais do setor.

Conjuntamente, assistiu-se a maior adoção da estratégia de integração vertical para trás (PAULILLO, 1999), já adotada desde o final da década de 1980, a qual se constituiu

em um importante recurso organizacional na rede de poder do setor. E que se tornou possível graças aos recursos financeiros, tecnológicos e organizacionais que as processadoras possuíam, em conjunto, ao ambiente institucional favorável para a integração vertical. Visto que a estrutura fundiária concentrada da agricultura brasileira e a ausência de fiscalização institucional em torno da compra de terras são extremamente favoráveis para a aquisição de terras pelas processadoras de suco de laranja (PAULILLO, ALMEIDA e MELLO, 2008).

O rompimento do contrato padrão, segundo Barbosa e Alves (2008), ocasionou a compra da “laranja posta na porta”, em outras palavras, as indústrias deixaram de se responsabilizar pela realização da colheita da laranja. Nesse sentido, de acordo com os autores, os produtores passam a serem os responsáveis pela arrematação de trabalhadores, pela disponibilização de material para a colheita – caixas, sacos, escadas e os EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) –, pelo embarque da laranja nos caminhões e, pelo transporte da laranja até a indústria de suco concentrado. Assim, “os produtores, por sua vez, repassam as perdas sofridas aos trabalhadores rurais, elo mais fraco da cadeia produtiva, por meio da criação de novas formas de contratação de mão de obra rural” (BARBOSA e ALVES, 2009: p.4).

A crescente presença dos pomares próprios das agroindústrias de suco concentrado evidencia para Paulillo (1999: p.98) “(...) que o efeito cascata da redução dos encargos sociais de salários também atinge o contingente de trabalhadores rurais, isto é, os colhedores de laranja”. O processo de terceirização na citricultura se intensificou, segundo o autor, em 1995, com o surgimento das cooperativas de mão de obra rural, traduzidas aqui pelo retorno dos “gatos” que retomaram a intermediação da relação de trabalho rural, mas, desta vez, como pessoa jurídica na constituição destas cooperativas (BARBOSA e ALVES, 2009).

Entretanto, em 1999, o Ministério do Trabalho colocou fim as atividades das cooperativas, de forma que os produtores, segundo Barbosa e Alves (2009), passaram a trabalhar com novas formas de contratação que os isentasse de possíveis riscos e encargos com o descumprimento da legislação trabalhista. Nesse sentido, buscaram maneiras que não implicassem na redução de direitos trabalhistas e, simultaneamente, que permitissem a

realização da colheita adaptada às especificidades inerentes do processo agrícola. Essa nova figura atuante no campo do trabalho agrícola era denominada, de acordo com Barbosa e Alves (2008), como “Condomínio de Produtores Rurais”.

Em 2001, segundo os autores, com a implementação da Lei 10.156, de 09/07/2001, e alteração da Lei 8.212/91, ocorreu uma nova nomenclatura para esse tipo de contratação: Consórcio de Produtores Rurais que se definia pela “(...) união de produtores rurais, pessoas físicas, com a única finalidade de contratar empregados rurais, sendo outorgados a um dos produtores (cabeça) poderes para contratar e gerir a mão de obra a ser utilizada em suas propriedades” (BARBOSA e ALVES, 2009, p.7). Barbosa e Alves (2008 e 2009) destacam que os consórcios deixaram, então, de ser uma forma de contratação em conjunto e passaram a funcionar para atender, em muitos casos, as necessidades do grupo, transformando-se em uma unidade de negócio direcionada à intermediação da contratação de trabalhadores. Os autores concluem a partir de sua pesquisa na Região Administrativa Central e de Ribeirão Preto que “(...) os consórcios (re) introduziram a intermediação de mão de obra, ao prestarem serviço terceirizado a outros produtores” (BARBOSA e ALVES, 2008, p.25).

Em linhas gerais, a compreensão do “gato” – responsável pela contratação e arregimentação da mão de obra no campo e presente em distintos estudos que envolvem a temática migração e trabalho rural assalariado (SILVA, 1999 e 2008; BARBOSA e ALVES, 2008 e 2009; MENEZES, 2009; VETORASSI, 2010, WANDERLEY, 2011; MACIEL, 2013) – é essencial, ainda hoje, para entendermos a relação que se estabelece entre trabalhadores rurais migrantes e a empresa contratante.

Vetorassi (2010, p.50) pontua que o gato simboliza uma “(...) peça determinante na definição de quantas pessoas migram, para onde migram e em que condições migram”, nesse aspecto, a construção de uma análise acerca das redes sociais em torno do trabalhador rural migrante, deve perpassar a figura do gato como de todos os outros agentes sociais que por vezes trocam de papéis ao longo do processo migratório.

Já Silva (2008) destaca que o “gato” se apresenta como uma figura contraditória, ao se apresentar ora como representante dos interesses dos trabalhadores, ora como representante e defensor das empresas. Maciel (2013) nos mostra que o “turmeiro” ou

“gato”, é um meio fundamental para a viabilização da contratação no rural paulista, sendo o responsável pela formação das turmas de colhedores de laranja e pelo transporte desta até o local de trabalho, ao mesmo tempo em que controla parte da produtividade de seus agenciados, sendo incumbidos de conduzirem os trabalhadores aos escritórios das usinas e das fazendas para a contratação.

Outra característica importante da década de 1990 foi expansão das empresas já atuantes no setor e o surgimento de novas empresas – Royal Citrus; Citrovita (Grupo Votorantim); Cambuhy Citrus (Grupo Moreira Sales) e Sucorrigo – (PAULILLO, ALMEIDA e MELLO, 2008: 8) nas cidades de Taquaritinga/SP, Catanduva/SP, Matão/SP e Araras/SP respectivamente. Nesse momento, somente quatro grupos (Cutrale, Citrosuco, Cargill e Frutesp) possuíam a quase totalidade da potência de processamento de citros em São Paulo, sendo todos radicados ora na Região Administrativa de Barretos, como a Frutesp e Cargill em Bebedouro, a Sucocítrico Cutrale em Colina, ora na Região Administrativa Central, como a Branco Peres Citrus em Itápolis, a Sucocítrico Cutrale na cidade de Araraquara e, a Citrosuco Paulista, Central Citrus e Frutopic em Matão (ELIAS, 2003).

Em 2000, a Citrovita passou a integrar o grupo concentrador do segmento industrial de suco, representado agora por cinco empresas: Cutrale, Cargill, Citrosuco, Coimbra e Citrovita (PAULILLO, ALMEIDA e MELLO, 2008). De acordo com os autores, no ano de 2004 a Cargill vendeu suas duas unidades de processamento para as líderes de produção (Cutrale e Citrosuco), passando para um cenário no qual o oligopólio de suco de laranja voltou a ser formado por quatro grupos: Cutrale, Citrosuco, Coimbra, Citrovita. Todavia, em 2011 com a fusão da Citrovita aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE)¹³, o setor concentrou-se, então, em três indústrias processadoras: Cutrale, Citrosuco e Coimbra.

Em síntese, segundo Senhoras et al (2006), assistiu-se uma tendência de desconcentração a partir do final dos anos 1980 até o ano 2000, momento no qual esta se

¹³ Matéria veiculada na Gazeta de Bebedouro nos dias 17, 18 e 19 de dezembro de 2011 e disponibilizada online pela Associação Brasileira de Citricultores (ASSOCITRUS). Fonte: <http://www.associtrus.com.br/pdf/1d602cac525adebe460c1c07d058f674.pdf>

converteu novamente em uma concentração do mercado, dadas as aquisições e fusões de empresas. De mesmo modo, temos que agroindústria citrícola da Região Central, representada majoritariamente pela Citrosuco e pela Cutrale, combinou, ao longo dos anos, distintas estratégias que visavam à manutenção da posição de liderança na produção de suco concentrado.

As principais medidas adotadas pelas empresas foram de acordo com Paulillo (1999) e Elias (2003): **a.** adoção do sistema *tank-farm*, grande inovação dos anos de 1990, permitiu no bombeamento automático do suco dos tanques de armazenamento industrial para o caminhão-tanque, possibilitando a redução de custos e maior conservação do produto; **b.** *verticalização para trás*, ou seja, a aquisição de novas fazendas centralizando assim o processo inicial do plantio e colheita da laranja; **c.** aquisição do sistema logístico a granel; e, **d.** operações em terminais marítimos internacionais.

O Brasil além de se destacar na exportação de suco atua, simultaneamente, por ser fornecedor de fornecedores, ou seja, vende-se o suco para que novamente este ser processado, embalado e reexportado com uma diferente marca (ELIAS, 2003). Além disso, graças às pesquisas técnico-científicas tornou-se possível o aproveitamento integral da fruta, de forma que o bagaço da laranja – casca, sementes e membranas – transforma-se em distintos produtos, a saber: óleo essencial, ração animal, D'limonene (fabricação de tintas e vernizes), essências aromáticas e polpa cítrica congelada (PAULILLO, 1999 e ELIAS, 2003).

Barbosa e Alves (2009) ponderam que os aspectos tangentes ao trabalho rural, ilustrado pela etapa da colheita, realizada ainda de forma totalmente manual e considerado um setor intensivo em trabalho, não simboliza um baixo dinamismo tecnológico do setor, visto que o progresso técnico desempenhou um importante papel no desenvolvimento da agricultura atual e do complexo agroindustrial citrícola, particularmente, nas etapas de transporte, armazenamento e processamento da fruta. Desse modo, assiste-se a uma alta circulação de trabalhadores tanto na área agrícola quanto industrial, especialmente, ao considerarmos, segundo Neves et al (2010) que a cada emprego direto no campo geram-se dois indiretos ao longo da cadeia. Os autores ainda destacam que:

Nenhuma outra cultura absorve tamanha quantidade de trabalhadores temporários por hectare no Estado de São Paulo como a citricultura. Nas plantações de cana, por exemplo, a razão é de um emprego temporário para cada 41 hectares cultivados, ao passo que no caso da laranja a razão é de um emprego para cada 9 hectares. Este dado mostra a importância do setor na geração de empregos no campo, que contribuem para a movimentação da economia de muitos municípios brasileiros em maior número no Estado de São Paulo (NEVES et al, 2010, p.66).

A apreensão da formação e consolidação do Complexo Agroindustrial Citrícola na Região Administrativa Central foi primordial para estabelecermos uma compreensão sistemática do surgimento de novos espaços urbanos e novos fluxos migratórios inter-regionais direcionados para o trabalho rural na colheita da laranja, assim como, para o entendimento dos desdobramentos da divisão territorial do trabalho na região.

1.3.2. A Região Administrativa Central no Contexto de Reestruturação Produtiva

A dinamização econômica e o crescimento populacional da RG de Araraquara nos anos de 1990, expressos particularmente pelo desenvolvimento econômico das cidades de Araraquara e Matão, consagraram a região o título de Nova Califórnia (BAENINGER, 1995). Nesse momento, o país vivenciava a globalização e a internacionalização de suas empresas e de seu mercado consumidor (LAPLANE, COUTINHO e HIRATUKA, 2003). Os impactos desses processos na rede urbana da Região Central se traduzem pela reestruturação espacial que se manifestou, em linhas gerais, “(...) na recriação das diferenças entre regiões e centros urbanos, assim como, nas articulações entre ambos e entre os centros” (CORRÊA, 2006, p. 256).

Elias (2003, p. 64) analisa que “a modernização da agricultura brasileira se realizou abalizada na racionalidade do atual sistema de produção temporal, tendo seu funcionamento regulado pelas relações de produção e distribuição globalizada”. Assim, a produção agrícola brasileira, ainda segundo Elias (2003), dedicou-se cada vez mais para o atendimento da crescente demanda do mercado interno e à elaboração de produtos exportáveis, ora no estado bruto, ora sujeitos a alguma transformação industrial.

Nesta conjuntura, o surgimento desta nova fase da agricultura ancorado entre o advento do capital financeiro e a consolidação dos complexos agroindustriais, vem a

corroborar para o cenário de subordinação da agricultura à indústria (MARTINE, 1991; WANDERLEY, 2011). Configurava-se, então, uma espécie de “linha de montagem” (ELIAS, 2003) visualizada pelo intermédio do uso de insumos industriais que colaboravam para a obtenção de resultados altamente produtivos.

De acordo com Elias (2003), a modernização agrícola atingiu, ainda que de forma seletiva, todo o país. Beneficiando territórios, culturas e segmentos socioeconômicos que fossem mais “(...) suscetíveis à organização de uma atividade agrícola sustentada pelas inovações técnico-científicas e, que, assim, pudessem ter uma produção e um consumo globalizados e interligados aos demais setores econômicos” (Elias, 2003, p. 67).

As transformações gestadas no cenário da economia mundial, e, com abertura econômica na década de 1990 (SILVA, 2003) são, portanto, igualmente, fundamentais para a compreensão das modificações ocorridas nos Complexos Agroindustriais, mais especificamente na RG de Araraquara.

Silva (2003) ressalta que com a globalização fortificou-se “(...) a idéia de que a internacionalização da produção passava a ser considerada estratégia-chave, de sobrevivência interna e externa para as empresas (...)” (SILVA, 2003, p. 106), desde o início dos anos de 1990. Nesse período, de acordo com a autora (SILVA, 2003), o país passou por profundas transformações e reformas estruturais que o conduziram a uma nova inserção no mercado internacional.

Em mesma medida, Silva (2003) e Cano (2011) apontam que a abertura comercial e as privatizações de empresas públicas, em conjunto, à estabilidade de preços que ocorreu após a implantação do Plano Real, ocasionaram uma reestruturação industrial brasileira que incorporou tanto capitais nacionais quanto estrangeiros.

No que concerne às modificações ocorridas no plano patrimonial em razão da internacionalização temos que, em linhas gerais, de acordo com Sarti e Laplane (2003, p. 49), ocorreu “(...) a transferência da propriedade de empresas nacionais para investidores estrangeiros, sem a contrapartida proporcional em investimentos no exterior das empresas brasileiras”.

Desse modo, a internacionalização brasileira pode ser considerada, segundo os autores (SARTI e LAPLANE, 2003, p. 51), como “introvertida” quando comparada aos

outros países em desenvolvimento, “(...) no sentido de que não resultou em uma maior presença mundial, nem de empresas brasileiras, nem dos produtos produzidos no Brasil”.

Silva (2003, p. 110) salienta que a reestruturação patrimonial dos anos de 1990 ocasionada em parte pela mudança do papel do Estado na economia brasileira “(...) que transferiu para o setor privado seus ativos produtivos (tanto de bens como de serviços)” fundamentou-se, na mudança do perfil produtivo dos grupos industriais brasileiros com a transferência de parte destes para os setores commoditizados.

A inserção comercial das empresas de capital nacional permaneceu, assim, centrada nas *commodities* agrícolas e industriais, ao que podemos citar aqui: Grupo Votorantim, Sadia, Gerdau, Weg Motores, Odebrecht, Andrade Gutierrez, Ambev, Calçados Azaléia, Embraer, Cutrale, Citrosuco Paulista¹⁴, CVDR, Marcopolo e Sabó (SILVA, 2003).

Corrêa (2006) destaca que a globalização transformou as esferas; econômica, política, social e cultural, impactando, simultaneamente, a organização espacial, a qual tanto reflete quanto condiciona as demais esferas. Desse modo, os investimentos idealizados segundo uma perspectiva global, para o autor, criaram e reestruturaram inúmeras e complexas redes geográficas através de suas redes urbanas. Ou seja:

Trata-se, em toda parte, de uma rede urbana impactada pela globalização, na qual cada centro, por minúsculo que seja, participa, ainda que não exclusivamente, de um ou mais circuitos espaciais de produção (Santos, 1988), produzindo, distribuindo ou apenas consumindo bens, serviços e informações que, crescentemente, circulam por meio da efetivação de corporações globais (...). (CÔRREA, 2006, p. 256)

Santos (1988), em mesma medida, salienta que a nova maneira de produção atrelada à globalização ocasionou a uniformidade dos processos de produção modernos, assim como, a disseminação deste em nível mundial. Contudo, a tendência de uniformidade produtiva acompanhou a tendência da especialização produtiva regional. A citricultura paulista possui desde sua formação fortes ligações com o mercado internacional, em 1956 já existiam exportações da fruta “in natura” para países árabes e europeus. Sendo que a

¹⁴ O Grupo Votorantim, e as empresas Embraer, Cutrale e Citrosuco Paulista possuem importantes unidades na RG de Araraquara, nos municípios de Matão, Araraquara e Gavião Peixoto.

grande guinada para a agroindústria citrícola ocorreu, como vimos anteriormente, em razão das fortes geadas que assolaram a Flórida na década de 1970, a partir daí a comercialização da produção de suco de laranja concentrado centralizou-se nos mercados norte-americanos e europeus (NEVES et al, 2010), sendo muitas vezes re-exportado para outros países (ELIAS, 2003).

A relação das cidades de Matão e Araraquara com o restante do mundo pode ser visualizada, graças às informações oficiais divulgadas pelas empresas, através da transferência do escritório comercial da Citrosuco para Bruxelas na Bélgica em 2008 e, pelo início das operações marítimas nos portos da Bélgica e da Austrália em 1993 e 2004, respectivamente.¹⁵ E, mais recentemente pela junção da Cutrale ao conglomerado financeiro de bancos do Grupo Safra para a aquisição da empresa norte-americana Chiquita Brands Internacional, a maior produtora de bananas do mundo¹⁶. A inserção da região central dentro da nova divisão internacional do trabalho pode ser ilustrada também pelas funções assumidas pelos centros-urbanos das cidades que a constituem.

Nota-se, por exemplo, que a cidade de Matão/SP redefiniu seus papéis na rede urbana, a partir dos anos finais de 1990, concentrando em si importantes empresas do setor de prestação de serviços, universidades públicas e particulares, e um comércio local bem estabelecido. Dissociando-se assim de uma dependência do setor de prestação de serviços de Araraquara (ELIAS, 2003).

Sobre a rede urbana da Região Central destacamos ainda que a cidade de Itápolis se atrela, dentro da rede urbana, ao fornecimento da matéria prima para os complexos agroindustriais da cana de açúcar e da laranja. Na área rural do município, é evidente a convivência dos pomares com o plantio da cana de açúcar. Já as cidades de Tabatinga e Ibitinga se destacam por suas indústrias de brinquedos e indústria têxtil atuando na produção de bichos de pelúcia e de enxovais para bebês, respectivamente. Essas três cidades têm, de acordo com Pacheco (1988), sua formação atrelada à migração de mineiros

¹⁵ Para maiores informações acesse: “Nossa Empresa” (Informação disponível em: <http://www.citrosuco.com.br/pt/nossa-empresa.php>)

¹⁶ Maiores informações: “Cutrale e Safra adquirem Chiquita em acordo de US\$ 1,3 bilhão” em Portal Exame.com (Matéria veiculada no dia 27/10/2014 <http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/grupo-cutrale-e-safra-adquire-chiquita-em-acordo-de-us-1-3bi>)

que chegaram aos “Campos de Araraquara” no século 19, reforçando novamente a divisão social do trabalho que existia entre São Paulo e Minas Gerais nesse século.

O município de Borborema, por sua vez, possui uma forte relação com as cidades de Itápolis e Ibitinga. Sua principal diferenciação, conforme apontam experiências do pré-campo na região central, com as demais cidades de sua rede urbana é a forte presença de bairros rurais e ranchos, assim o rural tem sua funcionalidade relacionada ao lazer tanto de moradores da cidade, quanto da região.

Além disso, segundo Pacheco (1988) a cidade de Ibitinga, em conjunto à Gavião Peixoto, Matão e Araraquara, possui uma história vinculada ao plantio do café nas terras do latifúndio do Cambuhy que após ser adquirido por capitais ingleses, formando a Cambuhy Coffe and Cotton Estates, retomou a produção de café entre os anos de 1928 e 1935. Segundo o autor (PACHECO, 1988), a reestruturação da agricultura nessas cidades com a inserção das plantações de algodão e de pastagens, em conjunto à complexificação da estrutura da propriedade rural, fundamentou-se, na organização da Cambuhy em 1924, centralmente em Gavião Peixoto, que movimentou, na época, a construção de nove estações de estrada de ferro na região estudada, assim como, a criação de trezentos quilômetros de estrada de rodagem. A cidade de Gavião Peixoto centraliza seu desenvolvimento econômico a partir da laranja e da cana de açúcar, além disso, ela abriga a segunda sede da Embraer.

O município de Matão se constituiu, assim como Gavião Peixoto e Araraquara, atrelado ao cultivo do café. A cidade passou por uma importante transformação em seu território a partir do início das atividades da Citrosuco em 1964 (ELIAS, 2003). A partir de então, esta localidade se apresentou como um lócus privilegiado para o desenvolvimento de atividades vinculadas aos complexos agroindustriais da cana de açúcar e da laranja.

Já a cidade de Dobrada/SP, segundo nossos levantamentos de campo em 2012¹⁷, foi constituída a principio como povoado sendo sua história perpassada por diversas trajetórias migratórias, contando em sua formação com a imigração italiana e, com a migração interna de paraibanos, de pernambucanos e de alagoanos a partir a década de 1990. Desmembrada

¹⁷ A pesquisa de campo em Dobrada/SP, no âmbito do Projeto Temático Observatório das Migrações em São Paulo e, em parceria a Lidiane Macial, foi realizado no mês de julho de 2012 contemplou a aplicação de vinte questionários que objetivavam a captação das trajetórias migratórias de migrantes interestaduais.

de Matão em 1964 (FIBGE) é, atualmente, rodeada por “canaviais” e possui um movimento intenso de ônibus rurais, que são, em sua maioria, registrados em Dobrada/SP, Taquaritinga/SP e Ariranha/SP. Os trabalhadores rurais migrantes do município são contratados, majoritariamente, para o corte de cana-de-açúcar pelo grupo Raízen (Unidade Bonfim).

A cidade de Taquaritinga, fundada em 1868 (FIBGE), tem seu entorno preenchido pela cana de açúcar, possuindo ainda uma expressividade na produção de laranjas. Existe atualmente, de acordo com dados obtidos na pesquisa de campo em Matão/SP, uma circulação considerável de pessoas entre a Taquaritinga/SP e o município de Matão, tanto pelo setor de prestação de serviços, mas também pela Faculdade de Tecnologia de São Paulo (FATEC).

Em Araraquara a citricultura, em conjunto à cana de açúcar, permitiu um alto desenvolvimento econômico e populacional da cidade no século 20 (BAENINGER, 1995). Hoje, a cidade centraliza sua economia na indústria têxtil e no setor de serviços. Como centro regional, o município possui estreitas relações com as cidades de Américo Brasiliense, Santa Lúcia, Rincão e Matão, sendo ainda uma referência no setor de prestação de serviços para estas. Em somatória, as cidades de Santa Lúcia e Américo Brasiliense abrigam também trabalhadores alocados no corte de cana de açúcar empregados, em grande parte, na usina Santa Cruz e no grupo Raízen (Tamoio e Zanin).

O município de São Carlos, polo da tecnologia e da indústria, convive com a presença dos trabalhadores rurais da citricultura que residem nos bairros periféricos da Cidade Aracy, e são naturais, em sua maioria, do Estado de Pernambuco, do Paraná e Minas Gerais (TRUZZI, 2000; SILVA, 2006 e MACIEL, 2013). Percebemos assim que apesar da vocação de São Carlos/SP para o desenvolvimento de atividades urbanas vinculadas à indústria e ao progresso da tecnologia, uma parte expressiva de sua população tem sua trajetória vinculada ao trabalho rural dos complexos agroindustriais citrícola e sucroalcooleiros que se encontram na região central.

Porto Ferreira, fundada em 1888, pertenceu à Descalvado e a Pirassununga. Sua formação se relacionou à hidrovia que dava acesso à Mogi-Guaçú e à Ribeirão Preto

(FIBGE). A economia municipal se fundamenta atualmente no setor de prestação de serviços e na indústria de cerâmica.

O município de Ibaté, emancipado de São Carlos em 1953 (FIBGE), é cercada pelas plantações de cana de açúcar, e se desenvolveu frente à rodovia Washigton Luís. Atualmente, segundo o campo realizado em âmbito regional, Ibaté possui uma presença de mão de obra migrante relacionada ao trabalho no corte de cana de açúcar e a colheita da laranja.

A cidade de Santa Ernestina, segundo as informações oficiais da prefeitura municipal¹⁸, emancipou-se de Taquaritinga em 1964, tem sua constituição a partir da chegada da Estrada de Ferro Araraquarareense no século 19, sua área rural conviveu com o plantio da laranja na década de 1960, contudo, pouco a pouco a laranja cedeu lugar a cana de açúcar.

Nossa proposta de compreensão das funções assumidas pelos centros-urbanos é entrelaçada a análise descritiva dos vínculos empregatícios dos trabalhadores rurais da citricultura e da produção agrícola de laranja distribuído no espaço, em conjunto, à percepção dos municípios dentro da rede urbana regional. Destacamos, inicialmente, que a localização das principais cidades produtoras de laranja não é necessariamente determinante para a concentração de vínculos dos trabalhadores da fruticultura. Contudo, é evidente a configuração de um espaço regional citrícola na Região Central, como veremos a seguir.

A colheita da laranja gera em média, segundo Neves et al (2010), um emprego para 9 hectares cultivados, o que demonstra a importância deste setor para a geração de empregos no campo, e, simultaneamente sua contribuição para a movimentação da economia local e regional visto que os picos de contratação na Região Administrativa Central são justamente os meses em que tradicionalmente se iniciam a colheita da laranja, ou seja, de junho e julho (PEREIRA, 2014).

A caracterização dessa mão de obra e sua concentração no espaço paulista foram balizadas pelas informações disponíveis na base de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). A RAIS se apresenta como um registro administrativo e tem como unidade

¹⁸ Para maiores informações: http://www.santaernestina.sp.gov.br/site/nossa_cidade.html

de análise o vínculo empregatício. O qual pode ser um evento renovável ou reversível, e que se configura como estatística de fluxo (HAKKET, 1996). Nossas análises foram pautadas pelo filtro dos Vínculos Empregatícios Ativos em 31/12 do ano anterior ao analisado, com o intuito de evitar a super enumeração. Entretanto, estamos cientes das eventuais perdas de volume, por estarmos lidando com vínculos empregatícios temporários de alta rotatividade¹⁹.

A colheita da laranja costuma ocorrer entre os meses de junho e dezembro, sendo realizada integralmente de forma manual. Os colhedores são contratados, em sua maioria, pelas próprias processadoras de suco de laranja concentrado – Citrosuco (Grupo Fischer), Cutrale, Louis Dreyfus Commodities e Cambuhy Agrícola – para trabalharem em suas propriedades. Mas existem casos expressivos de contratações por empresas terceirizadas como a Terral Agricultura e Agropecuária, ou por cooperativas de produtores rurais.

O ganho médio de um colhedor na safra 2012/2013, segundo as entrevistas realizadas em campo, foi de R\$0,47 por caixa colhida, sendo variável de acordo com a qualidade da fruta e do pomar. Um pomar considerado “bom” para a colheita, segundo os trabalhadores rurais migrantes, é o que possui um valor mais baixo do que um pomar “ruim”, pois necessita de um menor esforço físico para a realização da colheita, mas permite um maior rendimento do trabalhador. Assim, um “bom pomar” é definido pelo pé de laranja baixo, carregado e que nem sempre necessita da utilização de escada. Enquanto que um pomar “ruim” é ilustrado pela maior altura do pé da laranja e pelas eventuais dificuldades no momento da colheita.

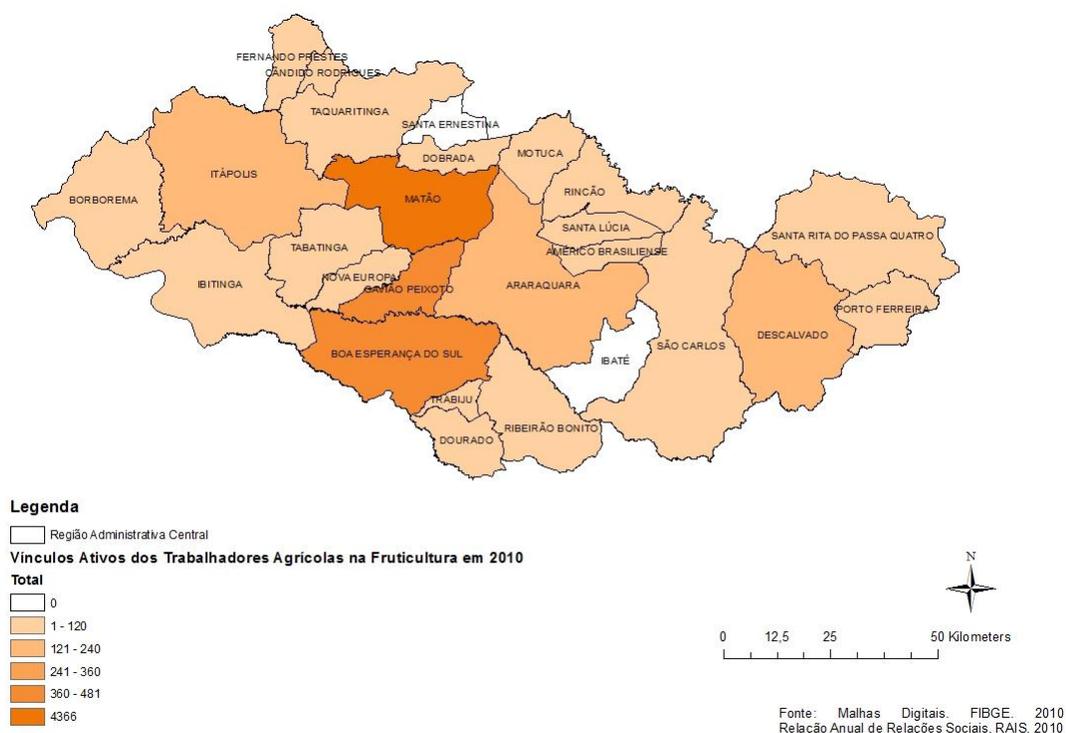
Existem categorias de trabalhadores rurais na citricultura definidas segundo a produtividade do colhedor. O “Aranha” é representado por sua baixa produtividade, sendo visto como um colhedor ruim, enquanto que o “Pai” ou “Mãe” da turma são aqueles que conseguem produzir em torno de dez *big bags*²⁰, ou seja, de 100 a 150 caixas de laranja.

¹⁹ A volatilidade dessa mão de obra está sujeita as influências da demanda de produção ocasionadas por alterações climáticas, pelos ajustes nos preços das caixas e pelas oscilações do mercado internacional de citrus (ELIAS, 2003 e NEVES et al, 2010).

²⁰ De acordo com as entrevistas exploratórias realizadas em Matão/SP, os “big bags” podem ser conhecidos como “sacolão”. Sendo uma espécie de grande bolsa na qual os trabalhadores depositam sua colheita. Cada *big bag* corresponde em média à 20 caixas de laranja.

A categoria prevista na Classificação Brasileira de Ocupações de 2002 como Trabalhadores Agrícolas na Fruticultura que abarca os trabalhadores no cultivo de árvores frutíferas, no cultivo de espécies frutíferas rasteiras e de trepadeiras frutíferas servirá como *proxy* dos trabalhadores rurais da colheita da laranja. Dito isso, as informações apresentada na Figura 4 se referem à Região Administrativa Central, percebemos que o município de Matão/SP concentrava, em 2010 ²¹, 68,35% (4.366) dos vínculos ativos desta categoria.

Figura 4: Vínculos Ativos dos Trabalhadores Agrícolas na Fruticultura em 2010, por município na Região Administrativa Central.

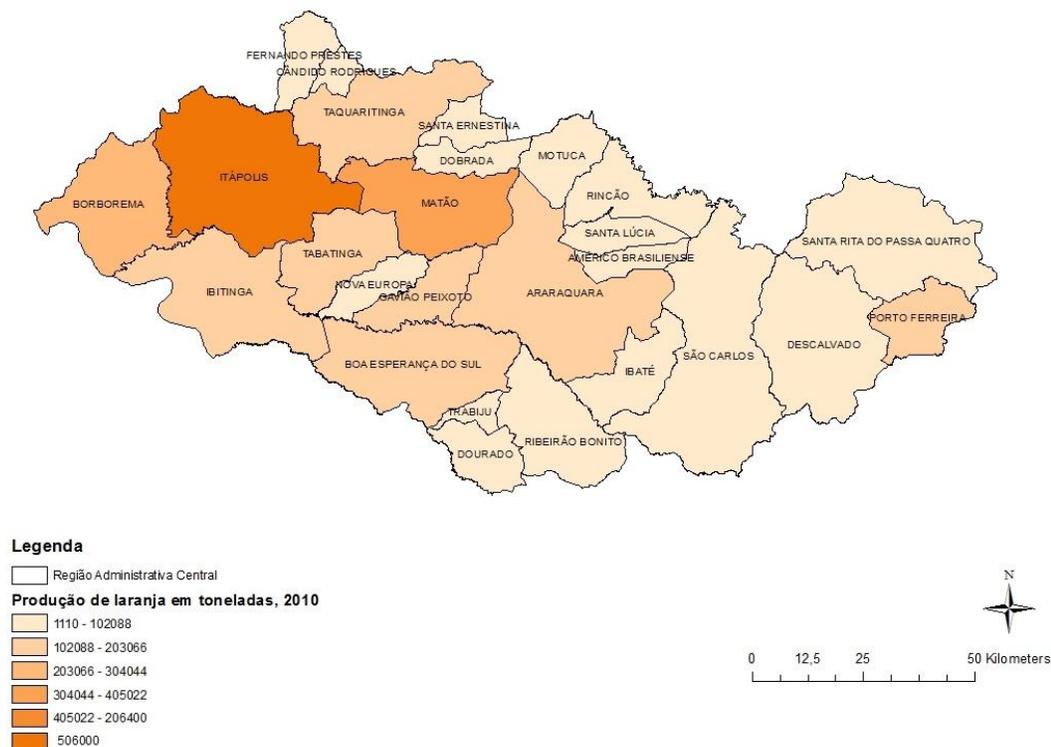


A expressividade do município matonense se justifica pela configuração da cidade como um local propício ao desenvolvimento do agronegócio citrícola, abrangendo em seu território grandes empresas citrícolas como a Citrosuco, a Louis Dreyfus Commodities e a Cambuhy Citrus. Outras localidades que se destacam são as cidades de Boa Esperança do

²¹ A escolha de 2010, como ano de referência para a análise desagregada dos dados da RAIS se dá pela compatibilidade com a malha digital do IBGE do Censo Demográfico de 2010.

Sul (481 vínculos), de Gavião Peixoto (456 vínculos), Descalvado (165 vínculos), Itápolis (152 vínculos) e Araraquara (139 vínculos) respectivamente.

Figura 5: Produção de laranja em toneladas por municípios da Região Administrativa Central em 2010.



Ao avaliarmos a produção de laranja em toneladas (Figura 5), na região, em 2010, podemos constatar que Itápolis, procedida de Matão e Borborema, e posteriormente das cidades de Araraquara, Gavião Peixoto, Boa Esperança do Sul, Tabatinga, Taquaritinga, Ibitinga e Porto Ferreira, concentram as maiores produções de laranja.

Ainda sobre a distribuição dos vínculos e da produção agrícola da citricultura na Região Administrativa Central, percebemos, por fim, que a porção do território referente à RG de Araraquara se destaca frente à RG de São Carlos. Particularmente pela presença das cidades de Matão e Araraquara que desempenham funções complementares dentro da rede

urbana por serem centros de distribuição do produto final da indústria citrícola (suco de laranja concentrado) e por centralizarem as indústrias de sustentação mecânica para o complexo agroindustrial da citricultura e da cana de açúcar.

Contudo, a cidade de Matão se caracteriza por se constituir como um lugar que teve seu crescimento demográfico e desenvolvimento socioeconômico alinhados aos desdobramentos da agroindústria citrícola em seu espaço intra-urbano. Almejamos, assim, no último tópico desse capítulo, compreender de forma mais objetiva o conceito de Cidade do Agronegócio (ELIAS e PEQUENO, 2006 e 2007) e sua aplicação para o município de Matão.

1.4 Espaços Rurais, Espaços Urbanos: O Advento da Cidade do Agronegócio no Interior Paulista.

Para Caiado e Santos (2003), a percepção dos espaços rurais e urbanos como contraditórios e dicotômicos, bem como, a assimilação da cidade por intermédio da aplicabilidade dos conceitos formais de rural e urbano (Lei do perímetro urbano), já não se apresentam como limites para a compreensão dos processos socioespaciais e econômicos que se desenvolveram no território paulista. Nesse sentido, para os autores (CAIADO e SANTOS, 2003), o entendimento da urbanização a partir da dicotomia entre campo e cidade, e da visão contrastante entre moderno e atrasado que diferenciava a área metropolitana do restante do Estado, ou seja, do interior, não permite mais a apreensão dos distintos processos de integração produtiva, que ocorreram fora da Região Metropolitana de São Paulo.

Abramovay (2000: p.2) destaca que “há um vício de raciocínio na maneira como se definem as áreas rurais no Brasil, que contribui decisivamente para que sejam assimiladas automaticamente ao atraso, à carência de serviço e à falta de cidadania”. O autor possui uma visão crítica acerca das possíveis distorções ocasionadas pela visão de “urbanização do campo”, no sentido que esta pode implicar na assimilação dos espaços rurais de locais de vivência como passagem para a emancipação rumo às cidades. O espaço rural deve,

portanto, para o autor, ser compreendido a partir da sua intersecção com o processo de desenvolvimento econômico e social, e, conseqüentemente com a sua interlocução com a cidade.

No caso do interior paulista, especialmente nas regiões condizentes à Região de Governo de Ribeirão Preto e na Região de Governo de Araraquara, a expansão da atuação dos Complexos Agroindustriais corroborou não somente para a estruturação técnica de suas respectivas atividades econômicas, mas de mesma forma transformou as relações de produção resultando em uma nova divisão social e territorial do trabalho, ocasionando mudanças na estrutura demográfica e de emprego culminando em um acelerado processo de urbanização (ELIAS, 2003).

O Estado de São Paulo concentrou a maior parte dos processos de modernização agrícola e expansão agropecuária, possuindo como principais produtos a soja, o trigo, a laranja, a cana de açúcar e carnes (CANO, 2011). Assim, e, graças à constituição de um território propício para a instalação de grandes empresas, e da viabilização de espaços para a rede de transporte, comunicação e informação, bem como, de produção e distribuição de energia elétrica e de combustível renovável, as regiões Administrativas de Ribeirão Preto, Central, de Franca e de Barretos adequaram-se tanto para a modernização agrícola quanto para a expansão do parque industrial regional (ELIAS, 2003). Essas regiões se configuraram, segundo Elias (2003), como uma das mais modernas do Brasil agrícola, sendo caracterizadas por uma urbanização entrelaçada ao contexto da globalização produtiva e do consumo agropecuário.

Sobre a agroindústria paulista, vinculada aos setores citrícola, sucroenergético, e agropecuário, Rodrigues (2006, p.70) pondera que “evidentemente, a agroindústria se configurou como carro-chefe do intenso processo de interiorização da indústria em São Paulo, na década de 1980, garantindo ao interior taxas de crescimento acima das registradas pela economia no país”.

Além disso, segundo Cano (2011), a desconcentração produtiva segue na atualidade como tendência majoritária em todos os grandes setores, seja pela consolidação da fronteira agropecuária no Nordeste, Centro Oeste e Distrito Federal, seja pelo aumento da ocupação dos cerrados da Bahia, Piauí e Maranhão pelas commodities exportáveis, ou pelo

fortalecimento da província mineral de Carajás, bem como, da expansão do petróleo nos estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Rio Grande do Norte.

Já a denominada especialização regional, de acordo com o autor (CANO, 2011) traduz, com efeito, as bases produtivas dos recursos naturais, neste aspecto, o termo *especialização* estaria mais vinculado a um sentido de aprofundamento da divisão social do trabalho em um campo distinto como a commodity.

Santos (1988) destaca que a organização do mundo, desde os anos finais de 1980, em subespaços articulados em uma lógica global de produção produziu uma realidade na qual o entendimento da especialização regional pressupõe a compreensão dos circuitos espaciais de produção, ou seja, da apreensão desde a etapa inicial de produção da mercadoria até seu consumo final.

Em nosso caso, ao reconhecermos o município de Matão como centro-urbano que se especializou na produção de commodities e de máquinas e implementos agrícolas, devemos considerar todos os processos que interligam seu circuito de produção. Ou seja, desde o plantio da laranja por parte dos citricultores e da própria indústria processadora de suco concentrado até o consumo final da fruta ‘in natura’ e da adição do suco em refrigerantes e sucos concentrados naturais no mercado nacional e internacional. Portanto, interessa-nos nessa dissertação, como dissemos anteriormente, compreendermos uma parte desse processo que envolve o emprego da mão da obra migrante para a colheita da laranja na cidade de Matão e nas propriedades rurais que ultrapassam os limites da Região Central, envolvendo também a região de Campinas.

Sincronicamente, falar sobre os espaços rural e intra-urbano do município pressupõe compreendê-los à partir de um desenvolvimento uníssono, tal qual ocorreu em sua região e nas regiões administrativas de Ribeirão Preto, de Franca e de Bebedouro. De acordo com Elias (2003), com a organização da cidade em relação ao seu campo, acentuaram-se as diferenças entre os diversos municípios pertencentes a uma mesma região. Os espaços urbanos associaram-se, nesse sentido, à uma cultura agrícola e a um segmento produtivo específico, visto que as distintas agroindústrias (cana de açúcar, soja, carne, laranja) possuem esferas de atuação e necessidades produtivas e tecnológicas diferenciadas (ELIAS e PEQUENO, 2006 e 2007).

O alicerce do sistema urbano paulista, quando concatenado ao setor agroindustrial, propiciou o advento de novas espacialidades e redes de influência (CANO, 1988), e a custa de um moderno sistema de transportes e comunicação permitiu o aumento do alcance de cada cidade de forma longínqua, podendo esta inclusive não possuir relação alguma com seus municípios próximos e limítrofes (SANTOS, 1988).

Assim, nas palavras de Elias (2003, p.279), “o perfil urbano regional passa por uma grande metamorfose, tornando-se muito mais complexo” e inviabilizou a aplicabilidade do esquema tradicional de análise urbana sob o espectro da hierarquização das cidades, segundo seu tamanho e função.

Em mesmo sentido Corrêa (2006, p.270) apontava que “as pequenas cidades, criadas em um contexto socioespacial pré-globalização, devem adaptar-se às novas demandas externamente formuladas”. A inserção dessas localidades na lógica de produção global desencadeou, segundo o autor (CORRÊA, 2006), cenários distintos que ocasionaram a criação de novos centros, possíveis alterações funcionais ou a refuncionalização de pequenos centros preexistentes.

Contudo, há de se destacar que a distribuição espacial das atividades econômicas via globalização se fundamentou tanto na lógica própria do capital internacional, quanto nas possibilidades de cada lugar dadas às heranças dos ciclos econômicos anteriores e da ação empreendedora de grupos que se articularam localmente (GONÇALVES, 1998 e CORRÊA, 2006).

A presença considerável na rede urbana da Região Central de municípios com menos de vinte mil habitantes, configura-se, nesse sentido, além de uma característica histórica (BAENINGER, 1998), mas como parte integrante da dinâmica assumida pelos centros-urbanos regionais que se interrelacionam às atividades agrícolas em distintos níveis, desde a figura do pequeno produtor rural até as esferas da agroindústria.

Em somatória, Elias e Pequeno (2007, p.4) indicam que “uma das vias de reconhecimento da sociedade e do território brasileiros atuais é o estudo da reestruturação produtiva da agropecuária”. Nos anos 2000, segundo os autores, desenvolveu-se no país um novo modelo econômico de produção agropecuária, denominado agronegócio. No qual a reestruturação do território e, consecutivamente a organização de um novo sistema urbano

foram proporcionadas pela difusão da agricultura moderna e do agronegócio globalizado (ELIAS e PEQUENO, 2006), que integrados fortemente à economia urbana, desenvolveram um leque de novas relações entre campo e cidade, corroborando ainda mais para a diminuição da clássica dicotomia entre urbano e rural (SANTOS, 1988; ELIAS e PEQUENO, 2007).

Nesta conjuntura, surgem condições propícias para a emergência das denominadas *Cidade do Agronegócio* (ELIAS e PEQUENO, 2006 e 2007), adaptação do conceito de Milton Santos “Cidade do Campo” e, produzidas em decorrência da relação da economia urbana perante as atividades agrícolas e agroindustriais circundantes e em sincronia com o mercado internacional. A Cidade do Agronegócio é, portanto:

“(…) a materialização das condições gerais de reprodução do capital do agronegócio globalizado, cujas funções principais associam-se às crescentes demandas de novos produtos e serviços especializados, o que promove o crescimento do tamanho e do número das cidades no Brasil Agrícola moderno, onde se processa a reestruturação produtiva da agropecuária” (ELIAS e PEQUENO, 2007: p.4)

A urbanização característica destas localidades para Elias e Pequeno (2006, p.57), resulta da difusão destes municípios em território nacional, de forma a colaborar para o crescimento econômico e transformar a dinâmica demográfica de cidades médias e locais.

Essa tendência, de acordo com Santos (1998), é característica da globalização em decorrência do aumento e difusão dos meios de transportes e das comunicações e não se restringe e suas intersecções somente às atividades primárias com a indústria. Do mais, o período da safra viabiliza, para Elias e Pequeno (2006), a percepção da especialização produtiva de cada Cidade do Agronegócio através do aumento do número de empregos, da produção e do fluxo de mercadorias ocasionados.

A dinamização do espaço urbano se molda segundo os interesses dos grandes holdings (ELIAS e PEQUENO, 2006) em sintonia ao capital imobiliário e, reflete a intensificação das demandas do agronegócio globalizado (ELIAS e PEQUENO, 2007). Em consonância a este cenário, Caiado e Santos (2003) enfatizam que a estruturação e ampliação do mercado imobiliário ao se articular e organizar em suas distintas etapas de reprodução do capital mercantil – parcelamento, construção, incorporação, financiamento e

vendas – amplia o processo de verticalização das cidades, com a construção e implementação de residências multifamiliares e de edifícios de escritórios.

Rodrigues (2006), ao estudar a região administrativa de São José do Rio Preto, por sua vez, destaca que a atuação da especulação imobiliária tende a deslocar os “bolsões de pobreza”, enquanto que o aumento do perímetro urbano de forma arbitrária permite a dinamização do mercado imobiliário. Este cenário propiciou de acordo com Elias (2003), a expansão das cidades, bem como, seu espraiamento sobre espaços que se distanciam cada vez mais da área central. Assim, o crescimento urbano viabilizou a formação de *espaços vazios* que permitem a especulação imobiliária e a desigual valorização do espaço urbano, em razão da crescente incapacidade do poder público em suprir as demandas existentes, e, simultaneamente, a sua aliança histórica com os setores hegemônicos, endógenos e exógenos.

Elias e Pequeno (2007) evidenciam que são nos espaços residenciais – formais ou informais, legais ou ilegais, financiados pelo poder público ou privado, tecnicamente assistidos ou de auto-construção –, que se revela a forma mais impetuosa que a expansão da urbanização tem se comportado tanto nas áreas centrais, quanto nas intermediárias, peri-urbanas e nas zonas de transição urbano-rural.

Ademais, as Cidades do Agronegócio, para Elias e Pequeno (2007, p.10) tendem a reproduzir os problemas urbanos que outrora pertenciam às regiões metropolitanas brasileiras, como:

a ausência ou insuficiência de infra-estrutura social (creches, escolas, postos de saúde) nas áreas habitadas pela população de menor renda; surgimento de áreas de ocupação em situação de risco ambiental; favelização nos espaços destinados a usos institucionais e áreas verdes; disseminação de vazios urbanos promovendo a especulação imobiliária; loteamentos periféricos clandestinos desprovidos de infra-estrutura; congestionamento nas áreas centrais por movimentação de carga e descarga, dentre outros.

A cidade de Matão vivenciou e ainda vivencia grande parte desses problemas. Na década de 1980, a prefeitura municipal, em conjunto à Citrosuco atuou na realocação de famílias de baixa renda de favelas no município para casas populares (BAENINGER, 1995), a proposta continuou na década de 2000 com o fornecimento do aluguel-social por

meio do poder público à essas famílias dando fim à última favela remanescente no município.

Todavia, visualizamos graças ao trabalho de campo que o déficit populacional ainda permanece, assim como, ainda existem moradias que não estão em condições apropriadas de habitação, principalmente as que são destinadas aos trabalhadores rurais migrantes. Outra questão pertinente é a frota municipal, que em 2010 era de 51.519 veículos incluindo-se carros, motonetas, motocicletas, camionetas, caminhonetes, na época em que a população municipal era 76.786 habitantes (FIBGE, 2010). Esse cenário ocasiona diariamente na área central da cidade, uma intensificação do fluxo de pessoas e veículos, particularmente, nos momentos de entrada e saída das empresas, gerando, quase sempre congestionamentos.

Ademais, as Cidades do Agronegócio possuem, paralelamente, segundo Elias e Pequeno (2006), uma íntima relação com os processos migratórios, vista ora no direcionamento de fluxos especializados para a produção industrial agrícola – engenheiros, técnicos, agrônomos, médicos veterinários, empresários, etc. –, ora nos fluxos relacionados à produção rural agrícola de trabalhadores rurais assalariados no campo.

Para Baeninger (2012), a convivência destes fluxos e a rotatividade da mão de obra nos processos migratórios, são características da inserção dos segmentos econômicos regionais na economia internacional, de forma que estas áreas tornam-se mais propensas para vivência da rotatividade de suas populações, graças à fluidez da mão de obra, tanto nos espaços de origem quanto de destino.

Em nosso caso, o emprego da mão de obra migrante, no que concerne ao trabalho rural na cana de açúcar e na laranja, que na década de 1990 provinha dos Estados de Minas Gerais e da Bahia (BAENINGER, 1995) e, a partir dos anos 2000 se constitui pelos fluxos migratórios dos Estados de Alagoas e do Piauí traduzindo parte da atual divisão social do trabalho que envolve o interior do Estado de São Paulo e o interior piauiense e alagoano.

Sob este contexto, os condicionantes estruturais da migração apresentados por Singer (1976) através dos fatores de expulsão associados à *mudança*, ou seja, a introdução de relações capitalistas nos locais de origem, ocasionando substancialmente as expropriações e as expulsões dos pequenos proprietários, e os fatores relacionados à

estagnação, alusivos à crescente pressão populacional sobre uma dada disponibilidade de terras cultiváveis que podem ser limitadas ora pela insuficiência física de espaço, ora pela monopolização de grande parte da mesma pelos grandes proprietários, respondem somente parte de nossas inquietações.

A resposta parcial trazida, atualmente, pelos estudos clássicos de migração se deve à percepção de que, como pondera Santos (1988, p. 64), “a relação social, por mais parcial ou mais pequena que pareça, contém parte das relações que são globais”. Temos, portanto, que compreender a migração “permanentemente” temporária (SILVA, 1999) de uma população que se emprega no trabalho rural no interior paulista conjectura o entendimento do papel do local de origem e do local de destino dentro da divisão social do trabalho em plano nacional e internacional.

Assim, a compreensão do espaço urbano em sintonia as transformações no espaço rural, tangencia, por conseguinte, a constituição das Cidades do Agronegócio alicerçadas nos grandes complexos agroindustriais gestados desde os primórdios da modernização agrícola brasileira, e tanto redimensionam quanto redirecionam os fluxos migratórios envolvidos na nova divisão social do trabalho anunciada a partir das especializações produtivas embasadas na exportação de commodities agrícolas.

O entendimento das migrações internas brasileiras perpassa, neste sentido, a compreensão destas a partir de sua inserção com a dinâmica local, regional e global (BAENINGER, 1998). Nesta conjuntura, “o principal desafio consiste em encontrar caminhos teórico-metodológicos para o aprofundamento do fenômeno das migrações nacionais e suas conexões com o global” (BAENINGER, 2012, p.82). Os próximos capítulos dessa dissertação pretendem assim trazer os locais de destino (Capítulo 2) e origem (Capítulo 3) como partes justapostas e integrantes do processo migratório.

Capítulo 2: “Os Piauí estão chegando”: Os trabalhadores rurais migrantes na Terra da Saudade.

2.1. Introdução

A cidade de Matão, conhecida pela alcunha de Terra da Saudade, tem sua economia relacionada tradicionalmente a agricultura e à agroindústria canavieira e citrícola. O objetivo central desse capítulo é a apresentação das condições históricas que foram essenciais para a configuração do município como lócus privilegiado para a atuação do agronegócio citrícola em seu espaço intra-urbano e regional (ELIAS, 2003).

Desse modo, almejou-se o resgate dos principais momentos históricos de formação do local, assim como, o entendimento de seus espaços intra-urbanos entrelaçados à migração “permanentemente” temporária direcionada para o trabalho rural na citricultura (SILVA, 2008c). Destaca-se, inicialmente, a presença de empresas locais, como a Citrosuco, a Marchesan, a Bambozzi e a Baldan como integrantes ativas do arranjo social do municipal, principalmente na organização dos bairros.

A cidade contava, segundo as Estatísticas do Cadastro Nacional de Empresas (FIBGE), em 2012 com 3.032 empresas atuantes, tendo 32.452 pessoas ocupadas, das quais 28.356 eram assalariadas. Seu parque industrial se localiza, majoritariamente, nas proximidades das Rodovias Washington Luís (SP 310) e Brigadeiro Faria Lima (SP 326), podendo ser essencialmente dividido em dois grandes grupos²² que produzem : **a.** gêneros alimentícios e **b.** máquinas e implementos agrícolas.

As fábricas vinculadas ao setor alimentício, por sua vez, se subdividem nas processadoras de suco de laranja (Louis Dreyfus Commodities e Grupo Fischer), nas distribuidoras de suco (Nutrisuco e Citrolife), nas produtoras de amplo mix composto²³ (Predilecta Alimentos) e de suplemento alimentar (Supley Laboratório de Alimentos e Suplementos, e ADS Laboratório Nutricional S/A). Já as empresas de máquinas e implementos agrícolas (Marchesan, Baldan, Antoniosi, Panegossi e Albaricci) que se

²² A cidade conta, simultaneamente, com a presença da indústria têxtil, da metalurgia dentre outros segmentos econômicos do município para composição do desenvolvimento econômico regional. Todavia, em razão de nossos objetivos de análise iremos nos restringir nossa exposição ao parque industrial voltado à agroindústria.

²³ Produção de alimentos em conserva, achocolatados e doces em geral.

apresentavam anteriormente como indústrias-satélites do agronegócio citrícola e sucroalcooleiro regional, vem cada vez mais se destacando no cenário internacional com a exportação de máquinas via crédito do BNDES²⁴. Esses estabelecimentos iniciaram suas atividades, entre as décadas de 1940 e 1970, a partir da abertura de firmas familiares de imigrantes e filhos de imigrantes europeus, principalmente, de italianos.

As décadas de 1960 e 1970 representaram períodos economicamente frutíferos para o município que foi, assim como sua região, beneficiado pela modernização da agricultura e da interiorização da indústria (MÜLLER, 1985; BAENINGER, 1995; SILVA, 1999 e ELIAS, 2003). A substituição das lavouras de café pela cana de açúcar e pela laranja ocasionou a ocupação de um novo espaço, visando uma produção cada vez mais compassada com o desenvolvimento industrial (TRUZZI, 2000 e MACIEL, 2013).

Ao mesmo tempo o espaço intra-urbano municipal foi ganhando corpo a partir da década de 1980 graças à expansão da rede urbana proporcionada por um crescimento econômico fortuito, decorrente do desenvolvimento de atividades econômicas interligadas aos complexos agroindustriais sucroalcooleiros e citrícolas (ELIAS, 2003). De acordo com Corrêa (2004), o surgimento e a consolidação das atividades agrícolas e agroindustriais no município permitiram que ele se articulasse e se integrasse na economia global a partir da confecção de uma especialização produtiva vinculada à citricultura.

Consequentemente as transformações assentadas no processo de industrialização do campo (SILVA, 1993) que culminariam nas novas relações entre o campo e a cidade (WANDERLEY, 2011) proporcionaram o surgimento de um novo quadro urbano em Matão, cujo resultado foi a convivência de uma emergente elite agrária (ELIAS, 2003) com a população de trabalhadores rurais migrantes.

A compreensão do espaço intra-urbano (VILLAÇA, 2001), como produto e palco das relações sociais premedita, por conseguinte, a capacidade de sistematização dos condicionantes que reorganizaram tanto a funcionalidade da cidade da rede urbana, a partir da década de 1960, quanto a constituição desta como pólo receptor de migrantes temporários.

²⁴ Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. A produção das máquinas agrícolas exportadas, particularmente pela Marchesan Implementos e Máquinas Agrícolas se direciona, particularmente, para a América Latina e África do Sul.

A delimitação pelo estudo da migração de piauienses se fundamenta nos resultados obtidos pelo pré-campo realizado em novembro de 2010 que contaram com o apoio do Serviço Pastoral dos Migrantes de Matão e de Guariba. Há também outros fluxos migratórios direcionados à colheita da laranja no município: como os dos alagoanos. Todavia, a presença piauiense prevalece no discurso cotidiano dos agentes institucionais e dos moradores da cidade.

Sendo assim o período da safra ocasiona, geralmente, “murmurinhos” (ELIAS e SCOTSON, 2000) pela cidade com a frase de que “os Piauí estão chegando”. O comércio local, segundo as entrevista com instituições municipais, intensifica suas vendas, tanto nos casos de estabelecimentos localizados no centro da cidade quanto nos localizados em bairros da periferia. De mesmo modo, aumenta o número de atendimentos emergenciais (doações de cestas básicas) da Secretaria de Assistência e Bem-Estar Social.

Ademais, observou-se no campo um ligeiro aumento de preços, entre os meses de maio a julho, no mercado imobiliário informal, responsável pela alocação de grande parte dessas famílias migrantes. Por fim, a inserção dessa população na economia local não se restringe somente à citricultura, foram encontrados casos nos quais o migrante já havia se empregado em empresas metalúrgicas e no corte de cana de açúcar. O assalariamento rural tal qual já demonstravam trabalhos anteriores (SILVA, 2008; MENEZES, 2009 e MACIEL, 2013) se apresenta, muitas vezes, como parte integrante do processo migratório.

2.2. Do café aos pomares: A formação da Terra da Saudade

2.2.1. Dados Históricos e Populacionais

Segundo Leite (1990), a cidade de Matão teve sua fundação, iniciada no ano de 1890, vinculada à compra de terras por fazendeiros vindos das cidades paulistas de Araraquara, São Carlos, Capivari, Tietê, Piracicaba e Porto Feliz, os quais destinaram suas propriedades ao cultivo do café. Os grupos familiares fundadores do município foram: Malzoni, Silva Coelho, Silveira Leite e Dias de Toledo. Em 1892, foi fundado o Arraial Senhor Bom Jesus através do consenso estabelecido entre os fazendeiros da cidade e de

Araraquara/SP, seqüencialmente em 1895 foi realizada a primeira missa na capela recém-construída²⁵, assim como, os primeiros casamentos e batizados. Em 1897 é promulgada a lei nº 499, de 7 de maio que cria o Distrito de Paz de Matão e delimita suas divisas. Em 1898 é aprovado pela Assembléia do Estado o projeto de lei, do Deputado Toledo Malta, que cria o Município de Matão e em 1908 a Vila de Matão recebe a nomeação de cidade (LEITE, 1990).

O desenvolvimento municipal foi impulsionado pela chegada dos trilhos da Estrada de Ferro Araraquarense em 1899, mas também pela fuga de muitas famílias de Araraquara em decorrência da epidemia da febre amarela em 1896 e pelo fatídico episódio de linchamento “dos Brito”²⁶ (PACHECO, 1988). Assim, no final do século 19 a cidade contava com 8.805 habitantes (Fundação Seade). As terras que constituíram a área municipal, segundo Pacheco (1988) e Leite (1990), faziam parte das propriedades das Fazendas Cambuhy um latifúndio que até 1910 pertenceu a Gavião Peixoto²⁷. De acordo com Pacheco (1988), o Cambuhy organizava-se a partir de núcleos coloniais o que permitiu uma maior participação de estrangeiros como proprietários.

Ainda que essa participação se apresentasse inicialmente, como aponta o autor (PACHECO, 1988), de forma restrita à pequena propriedade e as terras de baixa qualidade até o momento de formação dos núcleos coloniais. Esse cenário proporcionou uma diversificação agrícola anterior que já poderia ser verificada em 1905 com a inserção da cultura de cereais na RG de Araraquara.

Em 1911 Carlos Leôncio Magalhães adquiriu a propriedade da Cambuhy e administrou-a através da Companhia Industrial, Agrícola e Pastoril D’Oeste de São Paulo.

²⁵ Para tanto, foi adquirido dez alqueires de terra do patrimônio de José Inocêncio da Costa.

²⁶ Esse episódio marcou notadamente a cidade de Araraquara e sua população no século 19, fazendo parte ainda hoje das histórias populares. O crime decorreu de um assassinato de dois sergipanos que foram acusados da morte do Coronel Carvalho e ocasionou segundo Pacheco (1988: p.96) “uma mística de santidade acerca dos dois sergipanos mortos, e um estigma para a cidade”.

²⁷ A sesmaria do Cambuí, que tinha como limites as cidades de Araraquara, Gavião Peixoto, Nova Europa, Tabatinga, Ibitinga, Itápolis e Matão, pertencia ao Coronel Joaquim Pinto de Moraes Leme desde 1812, que por herança chega a Gavião Peixoto, sobrinho de Dona Brites Moraes Pinto Gavião, segunda proprietária das terras (CASALECHI apud LEITE, 1990).

Em 1924, Magalhães vendeu-a para a Brazilian Warrant Company Limited²⁸, a qual se associou à Sudan Syndicated Plantation. Com a venda Magalhães adquiriu propriedades no norte do Paraná, onde continuou com o cultivo de café (PACHECO, 1988 e LEITE, 1990).

Assim, a fazenda Cambuhy passou a ser denominada Companhia Agrícolas Fazendas Paulistas. Segundo Leite (1990), o conjunto agrícola foi administrado por supervisores de nacionalidade inglesa, e se subdividia em distintas seções que se localizavam, em Matão, na fazenda Boa Vista (sede) e no atual distrito industrial de Toriba. Em 1952, o Grupo Moreira Sales começou a adquirir as ações da empresa na Bolsa de Valores londrina, e em 1956 o grupo obteve o controle acionário da empresa. Assim, o empreendimento foi nacionalizado. No ano de 1958, o Grupo Moreira Sales loteou grande parte da fazenda e destinou para si a produção de laranja, de cereais (milho e arroz), de café, e seringais. Havendo também destaque para a criação de rebanhos. A denominada Fazenda dos Ingleses exerceu uma forte influencia sobre os costumes imperantes no município de Matão/SP, particularmente no funcionamento do calendário do comércio local (LEITE, 1990). Passaremos agora para ponderações acerca das características populacionais da cidade entre os anos censitários de 1940 à 2010.

No que se refere à caracterização das propriedades rurais do município (Tabela 11), em consonância ao apontado por Pacheco (1988), no Censo de 1940, notamos uma expressiva presença, em número de estabelecimentos, de imóveis de propriedade individual que pertenciam à proprietários estrangeiros, os quais em conjunto ao grupo de brasileiros naturalizados, concentravam 21,25% do total de estabelecimentos rurais da época, e uma área de 11.723 hectares. Possivelmente, como aponta Bassanezi (1995), os estabelecimentos destinados aos imigrantes são reflexos do projeto de colonização agrícola que iniciado no século 19 e mantido até o século 20, atraiu imigrantes portugueses, alemães, italianos, entre outros. Todavia, em termos de hectares as propriedades que estavam na mão de brasileiros eram superiores.

28 A Companhia inglesa de capital aberto fundada em 1910 na Inglaterra contava com membros majoritários da França, Inglaterra, Brasil e Alemanha, para maiores informações: GRAHAM, Richard (1972). *Britain and the Onset of Modernization in Brazil 1850–1914*. Cambridge University Press.

Tabela 11: Propriedade do Imóvel, por número de estabelecimentos e área em hectares, no município de Matão em 1940.

Propriedade do Imóvel	Estabelecimentos	Área(ha)
Imóveis de Propriedade Individual	284	28.452
De Brasileiro Nato	120	16.729
De Brasileiro Naturalizado	20	2.286
De Estrangeiro	144	9.437
Imóveis em Propriedade de Condomínio	109	13.718
Imóveis em Propriedade de Pessoa Jurídica	69	51.102
Imóveis de Propriedade do Governo	7	20
Imóveis de Propriedade não Declarada	15	312
Total	768	122.056

Fonte: Censos Econômicos de 1940 – Agrícola e Agropecuário, FIBGE (1950).

Ao analisarmos pela tabela 12 as nacionalidades da população presente no município, temos que os estrangeiros representavam 9,69% da população total, enquanto os brasileiros naturalizados 0,40%. Os brasileiros naturalizados, se dividiam em 40 homens e 20 mulheres da Itália, 7 homens e 3 mulheres da Espanha, 6 homens de Portugal, 2 homens e 2 mulheres do Japão. Enquanto que na categoria de estrangeiros predominavam a nacionalidade italiana, portuguesa e japonesa, à saber: 657 homens e 597 mulheres italianos, 182 homens e 154 mulheres portugueses, 162 homens e 167 mulheres espanhóis, 52 homens e 50 mulheres japoneses (FIBGE, 1950). A presença massiva de italianos no município se traduz pela imigração direcionada, particularmente, à expansão do quadro industrial – ainda que incipiente –, mas também pelo emprego da mão de obra italiana na colheita do café na região (BASSANEZI, 1995).

Tabela 12: Nacionalidades da população de fato por sexo, em Matão no ano de 1940.

Nacionalidade	Homens	Mulheres	Total
Brasileiros natos	10.417	10.195	20.612
Brasileiros naturalizados	59	25	84
Estrangeiros	1.142	1.058	2.200
De nacionalidade não declarada	7	4	11
Total	11.625	11.282	22.907

Fonte: Tabela 62 – População de fato por sexo e idade, Características Individuais, Censo Demográfico de 1940 (FIBGE, 1950).

Nesse período, segundo Diniz (2012), a cidade passava por um processo de urbanização centralizado em melhorias na infra-estrutura urbana como o calçamento da cidade, a remodelação da rede de esgoto, o aumento e reforma do abastecimento de água, e, investimentos na iluminação elétrica e no serviço de telefonia. O autor ainda destaca que as melhorias locais foram financiadas pela própria economia local que se pautava essencialmente na cafeicultura. O município de Matão, nesse momento, abarcava dois distritos: Dobrada que se emanciparia em 1964, e São Lourenço do Turvo que permanece como distrito municipal até hoje.

Verificamos pela Tabela 13 que 82,60% da população presente localizavam-se na área rural municipal, enquanto 17,4% estavam distribuídos nas áreas urbanas e suburbanas de Matão, de acordo com Leite (1990), essas áreas eram regulamentadas pela Lei Nº 7 de 27 de Dezembro de 1917. A definição adotada pelo Censo Demográfico de 1940 se baseou na compreensão das áreas urbana e suburbana como as áreas correspondentes à cidade (Sede Municipal) e as Vilas (sedes distritais), e as áreas rurais como correspondentes à área situada fora desses limites.

Tabela 13: População de fato por Situação de Domicílio em Matão no ano de 1940.

Situação de Domicílio	Número Absoluto	Distribuição Relativa (%)
Urbana	3.812	17,40
Rural	18.095	82,60
Total	21.907	100,00

Fonte: Tabela 63 – População de fato por Situação de Domicílio e Distritos em 1940, FIBGE (1950)

A Tabela 14, por sua vez, nos traz a informação das principais atividades desempenhadas pela população no ano de 1940. A população empregada se dividia nas categorias de atividades relacionadas à agricultura, pecuária e avicultura, na qual se destaca a mão de obra masculina, bem como, às atividades domésticas e escolares, representadas majoritariamente pela mão de obra feminina.

Tabela 14: Atividades Principais no Município de Matão em 1940.

Atividade Principal	Distribuição Relativa (%)	Número Absoluto
Agricultura, pecuária e avicultura	47,71	7.662
Indústrias Extrativas	0,15	24
Indústrias de Transformação	2,27	364
Comércio de Mercadorias	1,66	267
Comércio de Imóveis e Valores Imobiliários, Seguros e Capitalização	0,13	21
Transportes e Comunicação	1,69	271
Administração Pública, Justiça e Ensino Público	0,60	97
Defesa Nacional, Segurança Pública	0,07	11
Profissões Liberais, Culto, Ensino Particular, Administração Privada	0,23	37
Serviços, Atividades Sociais	1,86	298
Atividades Domésticas e Atividades Escolares	37,74	6.061
Condições Inativas, Atividades não compreendidas nos demais ramos, condições ou atividades mal definidas ou não declaradas	5,90	947
Total	100	16.060

Fonte: Tabela 62 – População de fato por sexo e idade, Características Individuais, Censo Demográfico de 1940 (FIBGE, 1950).

Diniz (2012) pontua que em razão da importância da agricultura e da pecuária, iniciou-se nos anos de 1940, um processo de industrialização focado no atendimento do setor agrário, tanto de transformação, com o início das atividades da Fábrica de Óleos Cambuhy, quanto para o suporte à atividade agrícola, nas quais se destacavam as Oficinas Bambozzi e as Oficinas Baldan na produção de máquinas e implementos agrícolas. Esse setor empregava em 1940 (Tabela 14), 2,27% da mão de obra, ou seja, 364 pessoas. Já o comércio local, segundo o autor (DINIZ, 2012), contava na época com 220 estabelecimentos e três casas bancárias – Casa Bancaria Irmãos Malzoni & Cia, a Caixa Econômica anexada à Coletoria Estadual e a agência do Banco do Brasil –.

O ano censitário de 1950 apresentou como principais características um crescimento de 1,21% *a.a.* da população urbana em detrimento ao declínio de 1,06% *a.a.* da população rural do município (Tabela 15). Além disso, houve uma diminuição da presença de estrangeiros no município que passou para menos de mil em 1940, ao mesmo tempo em que visualizamos um ligeiro aumento dos brasileiros naturalizados que chegaram em 346 em 1950 (Tabela 16).

Tabela 15: População presente em Matão, por situação de domicílio, em 1950.

Situação de Domicílio	Número Absoluto	Distribuição Relativa (%)
Urbana	4.300	20,92
Rural	16.251	79,08
Total	20.551	100,00

Fonte: Tabela 45 - População presente por situação de domicílio segundo Municípios e Distritos. Censo Demográfico de 1950, FIBGE.

Tabela 16: População presente em Matão, por sexo e nacionalidade, em 1950.

Nacionalidade	Homens	Mulheres	Total
Brasileiros natos	9.995	9.422	19.417
Brasileiros naturalizados	198	148	346
Estrangeiros	417	411	828
De nacionalidade não declarada	0	0	0
Total	10.610	9.981	20.551*

Fonte: Tabela 39 - População Presente por sexo e Nacionalidade segundo as Zonas Fisiográficas e os Municípios. Censo Demográfico de 1950, FIBGE.

Na década de 1950, segundo Patarra (2003), se iniciou uma etapa mais dinâmica da economia brasileira, na qual após a superação da acumulação cafeeira, permitiu-se a industrialização brasileira, bem como, o assentamento das bases materiais do capitalismo nacional. Esse momento se caracterizou pelo início da passagem de uma sociedade cafeeira para uma sociedade urbano-industrial no interior paulista (SILVA, 1999). No período do avanço do café na região, particularmente entre os anos de 1940 e 1950, os espaços rurais e urbanos ocupavam funções distintas, de forma que a área rural era densamente povoada,

enquanto que as cidades possuíam uma função complementar em relação às fazendas e sítios, nas palavras de Silva (1999: p. 221).

Pode-se dizer que, na civilização cafeeira, a configuração espacial era baseada nesta *complementaridade* entre *cidade-campo* no seio de uma divisão social do trabalho, determinada pela produção dos meios de subsistência da maioria dos trabalhadores e demais residentes do campo.

Esse cenário se fez presente também na cidade de Matão que, no Censo Demográfico de 1950, apresentou 40,45% (Tabela 17) da população ocupada na categoria de agricultura, pecuária e avicultura, particularmente na cultura de café e na pecuária (LEITE, 1990). Permanecendo ainda a expressividade da categoria de atividades domésticas e escolares que, inclusive, aumentou sua representatividade, assim como, as atividades relacionadas à indústria de transformação e o comércio de mercadorias (vide Tabela 17).

O aumento da representatividade na categoria de “atividades domésticas e atividades escolares” é explicada pelo início das atividades de um ginásio estadual em meados da década de 1940 (DINIZ, 2012). Enquanto que o crescimento da representatividade das indústrias de transformação se justifica pelo surgimento em 1946 da Oficina Brasil (atual Marchesan), coordenada por dois irmãos italianos, que produzia equipamentos de tração animal, carroças e charretes. Além disso, em 1949 iniciavam-se as atividades de uma empresa que em 1960 se tornaria metalúrgica Albaricci, responsável pela produção pioneira de facões para o corte de cana de açúcar com aço inox²⁹.

Com a modernização agrícola iniciada na década de 1960, o município começa a intensificar novos contornos em seu parque industrial e em seu espaço urbano. As heranças do cultivo e produção do café ilustraram, assim como em outros lugares do interior paulista (GONÇALVES, 1988; CANO, 1988), as condições fundamentais para a constituição de uma economia que seria alicerçada posteriormente no segmento industrial, em nosso caso mais voltado para as agroindústrias da cana de açúcar e da laranja.

²⁹ Informações obtidas a partir de pesquisa documental no acervo do Jornal A Comarca e de entrevistas.

Tabela 17: Atividades Principais no Município de Matão, 1950

Atividade Principal	Distribuição Relativa (%)	Número Absoluto
Agricultura, pecuária e avicultura	40,45	5.970
Indústrias Extrativas	0,15	22
Indústrias de Transformação	4,59	678
Comércio de Mercadorias	1,42	210
Comércio de Imóveis	0,18	27
Prestação de Serviços	3,45	509
Transportes, Comunicação e Armazenamento	1,37	202
Administração Pública, Legislativo e Justiça	0,33	49
Defesa Nacional e Segurança Pública	0,11	16
Profissões Liberais	0,12	18
Atividades Sociais	0,81	120
Atividades Domésticas e Atividades Escolares	42,40	6.258
Condições Inativas, Atividades não compreendidas nos demais ramos, condições ou atividades mal definidas ou não declaradas	4,61	681
Total	100,00	14.760

Fonte: Censo Demográfico de 1950, FIBGE.

O Censo Demográfico de 1960, vide Tabela 18, já apontava prenúncios da modificação do perfil municipal: a população urbana cresceu 6,70% *a.a.* em relação à 1950, enquanto a população rural permaneceu em decréscimo em torno de 1,5% *a.a.* Esse período representou, para Silva (1999) o início de um quadro de desruralização e urbanização crescente em todo o território paulista. O processo de urbanização do município se assentou na constituição do complexo agroindustrial citrícola e sucroalcooleiro voltado para a vida na cidade, assim, assistimos pouco a pouco ao despovoamento do mundo rural encoberto pela produção de culturas permanentes e temporárias com alta capacidade de exportação (MARTINE, 1991; BAENINGER, 1995 e SILVA, 1999).

Tabela 18: População residente, por situação de domicílio, em Matão, em 1960.

Situação de Domicílio	Número Absoluto	Distribuição Relativa (%)
Urbana	8.229	36,98
Rural	14.022	63,02
Total	22.251	100,00

Fonte: Censo Demográfico de 1960 (FIBGE).

De fato, ao avaliarmos a população de dez anos ou mais e sua ocupação habitual, ou seja, a atividade econômica exercida durante a maior parte do ano anterior, percebemos que os economicamente ativos (Tabela 19) considerados pelo censo como aqueles que eram dependentes dos ramos de atividades a eles associados (FIBGE, 1960), se concentravam majoritariamente nas atividades agropecuárias e extrativistas, à qual englobava a categoria de agricultura, agropecuária e avicultura.

Tabela 19: Atividades desempenhadas pelos economicamente ativos, em 1960, no município de Matão.

Atividades	Distribuição Relativa (%)	Economicamente Ativos
Agropecuárias e Extrativistas	56,83	4.517
Industriais	10,38	825
Outras	22,38	1.779
Condições Inativas	10,41	827
Total	100,00	7.948

Fonte: Tabela 33: Setores de Atividade de Dependência por Condição de Atividade segundo as zonas fisiográficas e os municípios, Censo Demográfico de 1960 (FIBGE, 1960).

Contudo, parte significativa já se empregava nas atividades relacionadas à indústria (10,38%), e às outras atividades (22,38%) – comércio de mercadorias, prestação de serviços, transportes, entre outros –. Nesse momento, a cidade contava com três importantes casas de comércio: a Casa Guarani, as Casas Pernambucanas, e a Casa Bononi sendo especializadas no comércio de tecidos e na venda de eletrodomésticos. Além disso,

existiam dois cinemas o Cine Yara (Irmãos Gabriel) e o Polytheama³⁰ – inaugurado em 1910, era patrimônio estadual e municipal –, ambos tiveram suas atividades encerradas em meados de 1980. Já no caso dos economicamente inativos, de acordo com o Censo Demográfico, descritos como os componentes dos grupos familiares e classificados de acordo com a atividade habitual do chefe do domicílio, observou-se tendência semelhante.

Tabela 20: Atividades desempenhadas pelos economicamente inativos, em 1960, no município de Matão.

Atividades	Distribuição	
	Relativa (%)	Economicamente Inativos
Agropecuárias e Extrativistas	69,21	9.819
Industriais	10,38	1.472
Outras	20,41	2.896
Condições Inativas	-	-
Total	100,00	14.187

Fonte: Tabela 33: Setores de Atividade de Dependência por Condição de Atividade segundo as zonas fisiográficas e os municípios, Censo Demográfico de 1960 (FIBGE, 1960).

Os avanços da urbanização e a diversificação produtiva do município de Matão ocorreram a partir da instalação da Citrosuco no município em meados de 1960 (ELIAS, 2003). A empresa iniciou suas atividades no parque industrial de Matão/SP em 1964, tendo como principal fundador o imigrante alemão Carl Fischer, em conjunto da Pasco Packing Company – produtora de sucos norte-americana – e da Eckes – importador estabelecido na Alemanha. Como já pontuamos no capítulo anterior, a grande guinada da empresa ocorreu com a aquisição das primeiras fazendas e packing houses nas cidades paulistas de Limeira e Bebedouro. Em 1969, o Grupo Fischer adquiriu as ações da Pasco na empresa, e em 1992 as da Eckes assumindo o controle de forma integral. Em 1976, o grupo Citrosuco comprou a segunda fábrica que se localiza na cidade de Limeira (ex-Frular/Sucolanja). Em 2011, a empresa teve aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) sua

³⁰ Informações recuperadas a partir de pesquisa no acervo local do Jornal A Comarca da década de 1960.

fusão com a Citrovita (Grupo Votorantim) e se tornou a maior produtora e exportadora de suco de laranja do mundo, superando a líder Cutrale.

Como aponta Elias (2003), a cidade de Matão, mesmo não contando nos anos de 1960 com uma produção significativa de laranja, se inseria no centro de uma região citrícola que era composta por Limeira, Bebedouro e São José do Rio Preto. A autora destaca que:

Com a instalação da Citrosuco, iniciou-se novo período de crescimento econômico e urbano, que desde então se dá em uníssono entre essa agroindústria e a produção de cana, ambas representando o motor principal da vida urbana de Matão. (ELIAS, 2003, p. 308)

O surgimento dos Complexos Agroindustriais na cidade resultou na transformação, em longo prazo, desta localidade em uma Cidade do Agronegócio (ELIAS e PEQUENO, 2006) preenchida por bairros de periferias (SILVA, 1999). Nesse sentido, compreender a constituição desse espaço urbano e de seu espaço intra-urbano ocupado pela mão de obra migrante se fundamenta, segundo Silva (1999, p. 222) na constatação de que ao serem destituídas as bases de sustentação econômica da civilização cafeeira, ocorreu um aprofundamento da divisão social do trabalho e também da divisão territorial do trabalho, e, de forma simultânea, pois “(...) a mudança da maneira de produzir foi seguida do êxodo rural (...)”.

Tartaglia e Oliveira (1988) destacam que a integração da agricultura, da indústria e do espaço urbano fundamentadas nas relações entre a agricultura e a chamada indústria da agricultura permitiu a diversificação da produção agrícola, tanto como alternativa ao café, mas também de outros ramos mais tradicionais como a cana de açúcar, o algodão, óleos vegetais, para o processamento de suco de laranja, de frutas, de doces, vinhos, conservas de carne, leite, ao mesmo tempo em que estimulam outros segmentos econômicos como os de embalagens.

No Censo Demográfico de 1970, vide Tabela 21, Matão apresentou um pequeno declínio populacional de 0,12% *a.a.* no volume total, mas com um acréscimo de 5,14% *a.a.* na população urbana e um decréscimo de 5,3% *a.a.* na população rural. Mantendo-se um considerável êxodo rural e, as eventuais perdas populacionais, mas também as melhorias sanitárias e nas condições de saúde do município, observaríamos entre 1970, 1980 e 1990

um crescimento ímpar ocasionado, em grande medida, pelo dinamismo econômico municipal, na atração de migrantes rurais e urbanos (ELIAS, 2003).

Tabela 21: População residente, por situação de domicílio, em Matão, em 1970.

Situação de Domicílio	Número Absoluto	Distribuição Relativa (%)
Urbana	14.284	65,07
Rural	7.669	34,93
Total	21.953	100,00

Fonte: Censo Demográfico de 1970.

Silva (1999, p. 222) nos chama a atenção, contudo, para não entendermos esse processo somente como despovoamento do rural e povoamento do urbano, mas sim como uma “(...) reestruturação econômica, espacial cultural e social”. Segundo a autora produziu-se uma nova leitura do espaço, que no campo foi o desaparecimento da paisagem e do espaço de convivência da civilização cafeeira, através ora do desaparecimento das antigas sedes de fazendas, ora na transformação destas em alojamentos para os trabalhadores migrantes rurais, cenário também observado nas antigas casas de sitiantes e colônias de trabalhadores.

Esse quadro de transformações estendeu-se desde os anos de 1960 até anos mais recentes, particularmente com a aquisição de pequenas usinas por grandes grupos corporativos (NETO, 2009). Entretanto, existem sinais de resistência e manutenção de pequenos núcleos de produtores alternativos na região que convivem frente aos avanços da cana de açúcar e da citricultura (PEREIRA, TROIANO e MACIEL, 2014).

Verificamos pela Tabela 22, que no ano censitário de 1980, a cidade apresentou um crescimento urbano de 8,87% *a.a.* e um decréscimo de 4,7% *a.a.* do crescimento rural em relação à 1970. Mesmo com o período de inflexão econômica que atingiu o país e parte do Estado, a década de 1980, segundo Baeninger (1995), apresentou-se como período de crescimento econômico e populacional significativo para o município de Matão. A dinâmica econômica regional foi favorecida, de acordo com a autora (BAENINGER, 1995), pelo “boom” da laranja e das políticas de incentivo ao álcool (Proálcool) em 1970,

mas também pela consolidação dos Complexos Agroindustriais que passam a ser predominantes no contexto regional, particularmente entre as décadas de 1970, 1980 e 1990, vindo a compor as bases do agronegócio paulista nas RG de Araraquara e de São Carlos (MACIEL, 2013).

Tabela 22: População Residente, por Situação de Domicílio, em Matão, em 1980.

Situação de Domicílio	Número Absoluto	Distribuição Relativa (%)
Urbana	33.431	87,67
Rural	4.702	12,33
Total	38.133	100,00

Fonte: Censo Demográfico de 1980.

O quadro industrial matonense, na década de 1980, contava com 70 estabelecimentos, nos quais se destacavam os gêneros de produção de suco de laranja, o metalúrgico e o de confecções (ELIAS, 2003). A Tabela 23 nos indica o número de estabelecimentos e a quantidade de vínculos gerada por cada setor no ano de 1985. Notamos uma alta concentração de estabelecimentos nos setores de comércio e de serviços, sendo que a maior geração de empregos formais decorria dos setores da indústria e de serviços. A indústria gerava, na época, a média de 150 vínculos para cada estabelecimento.

Tabela 23: Estabelecimentos e Vínculos por Grandes Setores no município de Matão em 1985.

Grande Setor	Estabelecimento	Vínculos Empregatícios
Indústria	70	11.082
Construção Civil	9	67
Comércio	174	1.126
Serviços	165	5.390
Agropecuária	27	842
Total	445	18.507

Fonte: Relação Anual de Informação Social (RAIS, 1985).

Nesse período, segundo os levantamentos empíricos de Elias (2003, p. 313) predominavam nas metalúrgicas o emprego da mão de obra masculina, as mulheres nas confecções e uma divisão equilibrada nas agroindústrias, “(...) entre essas, apenas a Citrosuco, a maior e mais importante, oferecia sozinha cerca de 70% dos 5 mil empregos no setor de produtos alimentícios”.

O Censo Demográfico de 1991 (Tabela 24) apontou um crescimento de 5,54% *a.a.* da população urbana, em detrimento da manutenção de declínio da população rural em torno de 4% *a.a.*. O município nos anos de 1990 contava com um setor terciário, particularmente no que concerne ao comércio local, deficitário o que ocasionava o deslocamento de parte da população, especialmente, com a renda mais elevada, para cidades pólos da região como Araraquara, São Carlos e Ribeirão Preto.

Esse quadro gerava segundo Elias (2003, p.317) uma redução da importância da cidade de Matão perante a rede urbana na oferta de certos produtos ou serviços, o que aumentava a vantagem relativa de outras cidades “(...) que por ser mais freqüentadas, crescem na hierarquia urbana e distanciam-se ainda mais das demais quanto ao nível de comércio e serviços.”

Tabela 24: População Residente, por Situação de Domicílio, em Matão em 1991.

Situação de Domicílio	Número Absoluto	Distribuição Relativa (%)
Urbana	60.530	95,15
Rural	3.083	4,85
Total	63.613	100,00

Fonte: Censo Demográfico de 1991 (FIBGE).

A Tabela 25 nos traz as informações acerca dos números dos estabelecimentos e vínculos por grandes setores no município. Em 1990 nota-se que houve, de fato, um aumento significativo no número de estabelecimentos relacionados ao comércio que passaram de 174 em 1985 para 293 em 1990. Entretanto, a cidade nessa época se organizou e desenvolveu associada a um tipo de demanda específica que se correlacionava as atividades agrícolas e agroindustriais que compunham sua economia. Assim, no comércio

de Matão, se destacavam aqueles que ofertavam insumos e implementos agrícolas e agropecuários, possuindo um alcance que ultrapassavam os limites municipais (ELIAS, 2003).

Tabela 25: Estabelecimentos e Vínculos por Grandes Setores no município de Matão em 1990.

Grande Setor	Estabelecimentos	Vínculos Empregatícios
Indústria	111	8.159
Construção Civil	16	67
Comércio	293	13.78
Serviços	209	6.821
Agropecuária	33	1.991
Não Classificado	137	684
Total	799	19.100

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS, 1990).

Outro setor que apresentou um crescimento relevante no número de estabelecimentos foi a indústria que contava em 1990 com 111, em contraposição à 70 em 1985. Elias (2003) aponta que nessa década a cidade contava, segundo o Sindicato dos Metalúrgicos, com 42 indústrias metalúrgicas, das quais se destacavam as empresas: Marchesan S.A. Implementos Agrícolas, Baldan S.A. Implementos Agrícolas, Bambozzi, Cemibra S.A, Cadioli Implementos Agrícolas, Jumil e Albaricci Ferramentas Agrícolas, que correspondiam, em conjunto à 70% da mão de obra contratada em todas as metalúrgicas.

A autora (ELIAS, 2003) também salienta que, com exceção da Cemibra – atual Mauser – , uma empresa que atuava na confecção de tambores de suco de laranja, ácidos e produtos químicos e fruto de uma parceria entre a Citrosuco e a Cutrale, todas as outras indústrias metalúrgicas citadas foram fundadas por famílias de imigrantes italianos que se estabeleceram no município para a colheita do café no século 19.

O Censo Demográfico de 2000, vide Tabela 26, apontou a manutenção da tendência de concentração da população na área urbana municipal já observada desde o censo de 1990. O crescimento da população urbana foi de 1,49% *a.a.*, enquanto a população rural continuou decrescendo em torno de 2% *a.a.*

Tabela 26: População Residente, por Situação de Domicílio, em Matão, em 2000.

Situação de Domicílio	Número Absoluto	Distribuição Relativa (%)
Urbana	69.168	96,40
Rural	2.585	3,60
Total	71.753	100,00

Fonte: Censo Demográfico de 2000 (FIBGE, 2000)

No que concerne aos estabelecimentos e os vínculos (Tabela 27), em 2002, a cidade contava com 1488 estabelecimentos e 21126 vínculos ativos, dos quais se destacam os gerados pela indústria e pela agropecuária que representavam, em conjunto, 65% do total.

O aumento dos estabelecimentos comerciais, que passaram de 293 para 631, acompanhou a diversificação do ramo de prestação de serviços de Matão contribuindo para a consolidação do setor de serviços municipal que se traduziu pelo fortalecimento do papel da cidade na hierarquia da rede urbana regional, principalmente, na circulação de mercadorias e pessoas, no tocante aos municípios menores que circundam a cidade como: Dobrada, Taquaritinga e Santa Ernestina.

Tabela 27: Estabelecimentos e Vínculos por Grandes Setores no município de Matão em 2002.

Grande Setor	Estabelecimentos	Vínculos Empregatícios
Indústria	181	6.710
Construção Civil	41	377
Comércio	631	2.634
Serviços	422	4.377
Agropecuária	213	7.028
Não Classificado	0	0
Total	1.488	21.126

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS, 2002).

Assim, na década de 2000, a cidade matonense contava com cinco agências bancárias representantes das redes HSBC, Santander, Banco Real, Banco do Brasil, Nossa Caixa e Bradesco; um hospital que atendia a cidade e a região, distintas lojas de varejo, e

um parque industrial, ainda, fortemente alicerçado nas indústrias vinculadas aos complexos agroindustriais e à exportação de commodities e máquinas agrícolas.

Sendo que o valor médio (U\$ 561.148.390) de exportações da cidade representava, entre os anos de 2003-2009, 28% das exportações da Região Administrativa Central e 1,21% das exportações paulistas que foram da ordem de U\$ 1.942.443.044 e U\$46.566.337.511, respectivamente (SEADE).

O Censo Demográfico de 2010 (Tabela 28) apontou para um crescimento urbano de 0,86% *a.a.*, enquanto a população rural aumentou o valor de seu declínio para 5,88% *a. a.*. O crescimento do volume populacional foi de 0,68% *a.a.*, em relação ao período censitário anterior. Com uma taxa de fecundidade abaixo do nível de reposição e um aumento considerável da expectativa de vida no município³¹, em consonância, à transição demografia brasileira³², o componente migratório tornou-se uma importante dimensão do crescimento urbano³³.

Tabela 28: População Residente, por Situação de Domicílio, em Matão, em 2010.

Situação de Domicílio	Número Absoluto	Distribuição Relativa (%)
Urbana	75.377	98,17
Rural	1.409	1,83
Total	76.786	100,00

Fonte: Censo Demográfico de 2010 (FIBGE, 2010).

Assim, ao analisarmos as trocas migratórias do município, através da Tabela 29, podemos notar que em 1995/2000 as principais perdas do município foram para municípios de sua região de governo, bem como, interestaduais. Tendência que permanece em

³¹ Segundo os levantamentos do Atlas do Desenvolvimento Humano realizado em 2013 no Brasil (IPEA, PNUD, Fundação João Pinheiro), a cidade de Matão, passou de uma taxa de fecundidade de 2,5 filhos por mulher em 1991 para 1,5 filhos por mulher em 2010. Já no que se refere à expectativa de vida, em 1991 os matonenses vivem em média 69,8 anos e em 2010, 75,8 anos.

³² Sobre esse tema, há uma vasta bibliografia, como os trabalhos de Patarra (1973), Camargo e Martine (1984) e Carmo e D'Antona (2011) que se referem à transição demográfica latino-americana e brasileira.

³³ Sobre essa reflexão, ver: Patarra et al (1991).

2005/2010, apesar de uma leve diminuição tanto no volume de imigrantes quanto no volume de emigrantes.

Tabela 29: Volume de emigração, imigração e trocas migratórias intrarregional (entre a RG de Araraquara), intraestadual, interestadual e Índice de Eficácia Migratória (IEM) de Matão, em 1995 e 2005.

Migração	1995/2000			2005/2010			IEM	
	Imigrantes	Emigrantes	Trocas (I-E)	Imigrantes	Emigrantes	Trocas (I-E)	1995/2000	2005/2010
<i>Intrarregional</i>	1050	1822	-772	542	1616	-1074	-0,27	-0,50
<i>Intraestadual</i>	1670	3542	-1872	955	2635	-1680	-0,36	-0,47
<i>Interestadual</i>	819	1112	-293	1352	1099	253	-0,15	0,10
Total	3539	6476	-2937	2849	5350	-2501	-0,29	-0,31

* Nota: Considerou-se apenas o quesito data-fixa.

**Nota: Não foram considerados os que não sabiam ou ignoravam a origem.

***Nota: Os pequenos volumes podem apresentar distorções, contudo, são importantes para a visualização de tendências

Fonte: Censos Demográficos de 2000 e 2010 (FIBGE). Tabulações Especiais do Observatório das Migrações em São Paulo (FAPESP-CNPq/NEPO-UNICAMP)

O índice de eficácia migratória (BAENINGER, 2011) permite a mensuração do grau de retenção de uma área. Segundo Baeninger (2011 e 2012), o IEM varia entre -1 e +1, quanto mais próximo de um maior a retenção da localidade. Se o IEM é -1, o classificamos como área de evasão. Já se +1, como área de imigração. Entretanto, quanto mais o indicador se situar próximo a zero, maior a rotatividade dessa localidade.

Com isso em vista, temos que a cidade de Matão se apresentou com área de evasão com uma alta rotatividade nos dois períodos analisados para os níveis interregionais e intraestaduais de 1995/2000 e 2005/2010 e interestadual 1995/2000, com exceção para o nível interestadual em 2005/2010 (Tabela 29), no qual a área se caracterizou como uma área de alta rotatividade, particularmente em razão dos imigrantes da região do nordeste (Tabela 30).

Tabela 30: Volume de Emigração e Imigração Inter-Estadual e Índice de Eficácia Migratória em Matão, 2005/2010.

Unidade Federativa (Exceto SP)	Imigrantes	Emigrantes	Trocas	IEM
Região Nordeste	885	44	841	0,91
Maranhão	35	0	35	1,00
Piauí	553	9	544	0,97
Ceará	0	0	0	..
Rio Grande do Norte	14	0	14	1,00
Paraíba	0	12	-12	-1,00
Pernambuco	46	3	43	0,88
Alagoas	228	0	228	1,00
Sergipe	0	0	0	..
Bahia	9	20	-11	-0,38
Região Sudeste	14	118	-104	-0,79
Minas Gerais	14	118	-104	-0,79
Espírito Santo	0	0	0	..
Rio de Janeiro	0	0	0	..
Região Sul	366	756	-390	-0,35
Paraná	151	266	-115	-0,28
Santa Catarina	0	128	-128	-1,00
Rio Grande do Sul	41	0	41	1,00
Região Centro-Oeste	87	181	-94	-0,35
Mato Grosso do Sul	29	90	-61	-0,51
Mato Grosso	0	9	-9	-1,00
Goiás	58	82	-24	-0,17
Distrito Federal	0	0	0	..
Total	1352	1099	253	0,10
* Nota: Considerou-se apenas o quesito data-fixa.				
**Nota: Não foram considerados os que não sabiam ou ignoravam a origem.				
***Nota: Os pequenos volumes podem apresentar distorções, contudo, são importantes para a visualização de tendências				

Fonte: Censo Demográfico 2010. Tabulações Especiais do Observatório das Migrações em São Paulo (FAPESP/CNPq-NEPO/UNICAMP)

A Tabela 30 nos traz as especificações dos locais de origem e destino dos emigrantes e imigrantes da cidade de Matão, nossa principal preocupação aqui será a visualização de tendência de comportamentos migratórios, visto que a expansão da amostra pode apresentar distorções.

Nota-se que no caso da região sudeste, especialmente, em relação ao estado de Minas Gerais, a cidade paulista tendeu a se apresentar como uma área de evasão e

rotatividade, particularmente, pela migração de alguns profissionais especializados para Belo Horizonte. Já em relação à Região Sul, Matão se apresentou como área de evasão e rotatividade, principalmente para os estados do Paraná e de Santa Catarina, possivelmente pelas idas e vindas de estudantes, mas também pela circulação de indivíduos que ainda possuem familiares e propriedades rurais no norte do Paraná.

Para a região Centro-Oeste, o município se apresentou como uma localidade de alta rotatividade, mais especificamente, em relação ao Mato Grosso do Sul. Por fim, a Região Nordeste foi a que apresentou um saldo positivo mais próximo a +1, ou seja, Matão se apresentou, em 2010, como uma localidade de alta circulação que também reteve população nordestina, ao que destacamos os estados do Piauí, Alagoas e Pernambuco.

Segundo Silva (2008a), a inserção do Piauí e do Maranhão como locais de origem, no que se refere ao assalariamento rural no interior paulista, reflete o redesenho da cartografia migratória no final da década de 1990. A modificação das origens, segundo a autora (SILVA e MELO, 2011), foi ocasionada em decorrência da intensificação do ritmo de trabalho no campo, o que colaborou para um aumento da seletividade migratória dos trabalhos rurais da cana e da laranja. Além disso, como já apontamos anteriormente, Elias e Pequeno (2006) apontam que a migração direcionada ao mercado de trabalho agroindustrial, em espaços urbanos privilegiados como o do município de Matão, se traduz ora pela figura dos trabalhadores agrícolas não-rurais, ou seja, da migração especializada e com altos níveis de escolaridade, ora pelos trabalhadores rurais que se fixam suas residências de forma permanente (MACIEL, 2013) ou temporária (PEREIRA, 2013) nos espaços urbanos.

O estabelecimento temporário de trabalhadores rurais migrantes resulta, muitas vezes, em processos de subenumeração ou superenumeração dessa população. Martine (1980) já nos chamava à atenção para a migração captada pelos levantamentos censitários que considera somente uma parte do movimento migratório e não todas as suas etapas. Para o autor, portanto, a migração captada pelo censo pode representar o “resíduo momentâneo” ou, somente, os sobreviventes de um processo contínuo.

A inexatidão do volume de migrantes alocados na colheita se justifica também pelo aumento da circulação e de idas e vindas, característicos do século 21 (BAENINGER,

2012). Nesse sentido, o deslocamento desses trabalhadores, ainda que de espaços rurais e de bairros rurais-urbanos para um espaço urbano altamente tecnológico inserido na lógica de produção globalizada, pode ser entendido à luz das percepções de Baeninger (2012) sobre a rotatividade migratória e seu vínculo com a expansão do capitalismo através da circulação de mercadorias, pessoas e capital, contexto que constitui um excedente populacional rotativo. Portanto:

A rotatividade da mão-de-obra nos processos migratórios – via migrações – contribuirá para atender as demandas e custo da força de trabalho nos locais de chegada e de partida. Quanto mais as regiões vão inserindo seus segmentos na economia internacional, mais propensas se tornam essas áreas para experimentarem a rotatividade de suas populações, com a fluidez da mão-de-obra nos setores dessa produção (BAENINGER, 2012, p. 82).

A introdução dos espaços rurais brasileiros em circuitos internacionais de produção e circulação de mercadorias (Santos, 1988) sejam estas commoditizadas, no caso de Matão, ou artesanais, no caso do interior de Jaicós/PI, demandou que compreendamos os processos migratórios dentro do contexto da divisão social e territorial do trabalho.

Desse modo, a compreensão da migração “permanentemente” temporária (SILVA, 1999) em Matão pressupõe, não somente um entendimento da força de trabalho excedente como fruto da não-inserção ou da inserção parcial do local de origem no sistema capitalista (SINGER, 1976), mas também do papel deste dentro do capitalismo moderno. As modificações dos espaços intra-urbanos (VILLAÇA, 2001), nessa conjuntura, são de mesmo modo, primordiais. O espaço urbano da cidade de Matão modificou-se ao longo do início da década de 2010, particularmente, seu centro comercial que foi pouco a pouco sendo remodelado.

Visualizamos no trabalho de campo que antigos casarões, os quais anteriormente abrigavam consultórios ou famílias tradicionais no município foram demolidos para darem lugar à construção de galerias comerciais, fato que explica, parcialmente, o aumento do número de estabelecimentos comerciais que passou de 631 para 837 estabelecimentos, empregando, em 2010, 17% dos vínculos ativos (Tabela 31). O parque industrial também cresceu, com um aumento de 66 estabelecimentos em 2010, em relação à 2002. A expansão do quadro produtivo não refletiu, contudo, em uma diversificação produtiva visto que a

economia local ainda se fundamenta na exportação de commodities e de máquinas agrícolas, bem como, na produção de gêneros alimentícios.

Tabela 31: Estabelecimentos e Vínculos por Grandes Setores no município de Matão em 2010.

Grande Setor	Estabelecimentos	Vínculos Empregatícios
Indústria	247	10.066
Construção Civil	66	583
Comércio	837	4.435
Serviços	570	5.592
Agropecuária	114	5.883
Não Classificado	0	0
Total	1.834	26.559

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS, 2010).

O valor médio das exportações do município nos anos de 2010-2014 foi da ordem de U\$ 932.190.545, e representou a média de 35% das exportações da Região Central e 1,45% das exportações paulistas, que totalizaram os valores médios de U\$ 2.652.933.775 e U\$ 64.071.133.818, respectivamente (Fundação Seade).

A vocação do município para as atividades econômicas agroindustriais fez com que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia se instalasse, em meados de 2010, em Matão, com o curso de Tecnologia em Bicombustíveis e de Especialização em Açúcar e Álcool. Posteriormente em 2012 iniciaram-se as atividades do curso de Tecnologia em Alimentos. Hoje, o IFSP-Campus Avançado de Matão é o maior campus do IFSP em São Paulo.

Com esse panorama, buscaremos no próximo tópico explicar sobre como o espaço intra-urbano, entendido aqui como um conjunto de formas urbanas, ou seja, os bairros, as direções de crescimento urbano, a mancha urbana, as verticalizações, materializadas a partir da centralidade da localização e do deslocamento da força de trabalho humano dentro do espaço urbano e regional (VILLAÇA, 2012). Para Villaça (2012), compreender, portanto, a estrutura urbana implica em entender qual é o arranjo territorial que os bairros assumem, assim como, suas inter-relações espaciais.

2.2.2 A formação dos bairros-migrantes em Matão³⁴.

2.2.2.1 Considerações Iniciais

A divisão espacial das cidades paulistas que tiveram seus espaços intra-urbanos redesenhados pela atuação das usinas e das indústrias processadoras de suco de laranja se manifesta, conforme aponta Silva (1999), através do “lugar dos bóias-frias” e do “lugar dos moradores da cidade”. Em Matão, a população de trabalhadores rurais migrantes se distribui pela maior parte dos bairros da cidade, concentrando-se na zona alta, especialmente, nos bairros do Jardim do Bosque e do Jardim Popular.

Esses bairros são localizados próximos às vias de acesso à Rodovia Brigadeiro Faria Lima. O estabelecimento desses indivíduos nesses espaços se justificaria tanto pela vantagem de localização, que beneficia a circulação desses trabalhadores entre o município e as áreas rurais de seu entorno, caracterizando-os como trabalhadores rurais-urbanos (MELLO, 1976 e MACIEL, 2013). De mesmo modo, a concentração nesses espaços viabiliza a constituição e a fortificação das redes migratórias (SILVA, 2006 e VETORASSI, 2010).

Esse tópico versará, essencialmente, sobre o Banco de Dados do Programa Federal Bolsa Família, o Cadastro Único, este nos permitiu um primeiro contato com a população migrante da localidade estudada, assim como, a análise de suas características. Ademais, discutiremos acerca da pesquisa de campo, via observação direta, realizada em Matão entre novembro de 2010 até julho de 2014.

Nossos principais objetivos aqui se traduzem pela tentativa de apreensão do fenômeno migratório como parte integrante da estrutura social e espacial da cidade, para tanto, recuperamos o contexto de formação dos bairros populares municipais, visto que “há certos processos sociais nos quais espaço e sociedade estão de tal forma imbricados que é impossível entender as relações sociais sem a visão espacial” (VILLAÇA, 2001, p. 15). Nesse sentido, é indispensável a compreensão da localização das residências, temporárias ou não, dos trabalhadores rurais migrantes nas cidades para a percepção da conjuntura na

³⁴ As reflexões aqui presentes se referem também às consultas realizadas no acervo do Jornal A Comarca localizado na Biblioteca Pública Municipal.

qual se inseria o espaço intra-urbano no momento em que surgem os bairros considerados como “lugares dos bóias-frias” (SILVA, 1999).

A presença de trabalhadores rurais migrantes alocados na colheita da laranja no espaço intra-urbano em Matão remete ao segundo quinquênio da década de 1980, quando no quadro da expansão urbana do município proporcionada por seu crescimento econômico, ocorre o surgimento da atualmente extinta empresa pública Progresso de Matão (Promat). Em 1984 a Promat, vinculada à prefeitura municipal e em parceria ao Governo Estadual, atuou na construção de cerca de 1.100 casas populares em distintos bairros.

O plano habitacional da cidade se dividiu em parcerias, com o poder público estadual, mas também com a Caixa Econômica Federal e com a Citrosuco Paulista. O público alvo inicial eram as famílias de baixa renda que recebessem até três salários mínimos da época e fossem residentes ao menos há três anos no município. A construção da casa era financiada pela prefeitura e após a entrega da moradia, esta deveria paga pelos beneficiados em até quinze anos após a entrega da moradia (A COMARCA, 1985).

Em 1987, através da parceria com a Caixa Econômica Federal, via convênio estabelecido no município, as famílias com renda de até sete salários mínimos da época poderiam contar com o financiamento do banco, desde que já fossem proprietárias de terrenos para a construção ou que estivessem em vias de adquiri-los. O prazo para a construção da moradia era de no máximo seis meses. No mesmo ano, se estabeleceu uma parceria entre a prefeitura, a Caixa Econômica, e a Citrosuco Paulista. Nessa etapa, o foco eram os trabalhadores rurais da empresa que compunham 60% dos beneficiários do plano e receberam terrenos referentes ao Parque Aliança (A COMARCA, 1987).

Além disso, década de 1980 se apresentou para a cidade através da expansão de sua malha urbana de forma desordenada. As migrações rurais-urbanas e interestaduais ocasionaram uma excedente populacional, que ao se empregar na zona rural ou nas indústrias locais, se fixou no município em habitações precárias. Para o prefeito municipal, Jayme Gimenez (Gestão 1983 a 1988), em entrevista ao jornal A Comarca em 17 de Outubro de 1987:

O que acontece hoje em Matão é que as pessoas que se dirigem para cá a procura de emprego são logo colocadas e não querem retornar as suas cidades. Mais do que isso: trazem suas famílias para ficar junto delas, o que é racional, mas não encontram casas para morar. Diante deste quadro eles encontram uma solução paliativa, qual seja o levantamento de barracos nas favelas (A COMARCA, 1987, p.3).

A principal favela da cidade era conhecida como “favela do Lixão” e se localizava às margens da Avenida Narciso Baldan, abrangendo cerca de 85 barracos. A partir do “Projeto de Desfavelamento Municipal”, iniciado nos finais dos anos de 1980, 25 famílias receberam terrenos no bairro do Jardim Paraíso, localizado nas proximidades da Rodovia Brigadeiro Faria Lima para que pudessem construir suas casas (A COMARCA, 1987).

Figura 06: Localização dos bairros citados e beneficiados pelos planos de habitações populares, em relação ao centro da cidade de Matão/SP.



Fonte:Banco de Imagens do Google Earth™ (2015).

Assim, com os planos de habitação da década de 1980 tomaram forma os bairros: Jardim Itália, Jardim Paraíso, Parque Aliança e Jardim Morumbi (Figura 6). Muitos dos quais abrigariam em décadas mais recentes parte da população de colhedores de laranja migrantes que residem no período da safra em Matão.

Nos anos de 1990, assistiu-se à uma continuidade dos planos de habitações, com a manutenção do Programa Lote Urbanizado, no qual as famílias de baixa renda beneficiadas se comprometiam a construir suas moradias no período de um ano após o recebimento do lote. As áreas doadas pela prefeitura se referiam aos bairros São Judas Tadeu (Vila Cardim) que contava com 161 lotes e o Senhor Bom Jesus (Santa Rosa), terreno permutado com a Citrosouco, com 469 lotes (A COMARCA, 1995).

Nesse contexto também foi loteada e doada uma área referente ao atual Jardim Popular, que abrigou parte das famílias realocadas da favela “Do Lixão” (LEITE, 1990). A favela, em conjunto à Favela do Jardim Balista, entretanto, permanecendo ainda com alguns moradores remanescentes. Essa população foi realocada em outros bairros, em meados dos anos 2000, através do programa de aluguel social, no qual o poder público custeava o aluguel dessas famílias em casas populares³⁵.

Visualizamos nas visitas a campo que com o lançamento do Programa Federal Minha Casa, Minha Vida, a década de 2010 simbolizou a manutenção do espraiamento da cidade para as margens da Rodovia Brigadeiro Faria Lima e suas ligações com a cidade de Motuca. O bairro Portal Terra da Saudade que abriga cerca de 700 famílias beneficiadas, das quais 103 eram ex-faveladas, e se localiza entre os limites do bairro Jardim Popular.

A tendência de concentração da população de trabalhadores rurais migrantes nas zonas mais periféricas da cidade justifica-se pela compreensão de que como pondera Villaça (2001) a segregação é um processo fundamental à dominação social, econômica e política através do espaço. O estabelecimento da população migrante em bairros que se constituíram na conjuntura do prolongamento do espaço intra-urbano, ou seja, fora das áreas mais tradicionais, se fundamenta na diferenciação entre os antigos moradores da cidade descendentes, segundo Elias e Pequeno (2006), de uma elite agrária e agroindustrial.

³⁵ Informações obtidas através de entrevistas com funcionários da Secretaria de Assistência e Bem-Estar Social.

Dito isso, delinaremos a seguir sobre a aplicabilidade do CadÚnico como uma das bases de dados utilizadas nessa pesquisa, bem como, acerca da pesquisa de campo que se centralizou no Jardim Popular e na Feira do Bosque no Jardim do Bosque, espaço de convivência privilegiado da população estudada.

2.2.2.2. Uma breve introdução sobre o Programa Bolsa-Família

A partir da década de 1990, as políticas de combate a pobreza começaram a figurar na agenda política brasileira, objetivando tanto a erradicação da pobreza quanto a redução das desigualdades sociais e regionais (QUEIROZ et al, 2010). Currelero (2012) destaca que, nesse contexto, os programas de transferência de renda começaram a ganhar força culminando em um modelo de desenvolvimento centralizado em ações voltadas à promoção da segurança alimentar e, de combate à fome e a pobreza.

O Programa Bolsa-Família (PBF), segundo a autora (CURRALERO, 2012), inicialmente era integrante do Programa Fome Zero que possuía como intuito o combate a insegurança alimentar condicionada à pobreza e, conseqüentemente às altas taxas dos preços de alimentos e à ausência de renda. A criação do Bolsa-Família unificou, de acordo com Silva (2009), diversos programas de transferência de renda do Governo Federal vinculados à educação e à saúde. Nesse contexto, Queiroz et al (2010) pontuam que foram unificados programas remanescentes como o Auxílio Gás (2001), Bolsa Escola (2001), Bolsa Alimentação (2001) e Cartão Alimentação (2003) que foram reconduzidos ao Programa Bolsa-Família.

O Bolsa-Família focaliza seu atendimento às famílias que possuem renda mensal per capita de até R\$ 140,00, sendo imprescindível o cadastro da unidade familiar na base de dados do Cadastro Único para Programas Sociais (CURRALERO, 2012).

Assim sendo, Queiroz et al (2010) apontam que o público alvo do benefício são, portanto, as famílias que se encontram em situação de extrema pobreza e de pobreza. As faixas de renda monetária utilizadas como padrões variaram ao longo dos anos em razão de ajustes baseados no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Atualmente para uma família ser enquadrada no limite de extrema pobreza, ela deve apresentar uma renda

mensal per capita de até R\$ 77, enquanto que o limite de pobreza é da ordem de R\$ 154 per capita.

Existem quatro tipos de benefícios: **a.** benefício básico de R\$77, concedido as famílias com renda mensal de até R\$77 por pessoa, mesmo sem apresentarem crianças, adolescentes ou jovens; **b.** benefício variável de R\$ 35, direcionado às famílias que possuam renda mensal de até R\$ 154 por pessoa, com a condição de que tivesse crianças e/ou adolescentes de até 15 anos, gestantes e/ou nutrisses; **c.** benefício variável para jovens de R\$ 42, pago para as famílias que tenham adolescentes de 16 ou 17 anos que freqüentem escola; **d.** benefício para superação da extrema pobreza direcionado às famílias que mesmo após o recebimento de outros benefícios permanecem em condição de extrema pobreza e tem seu valor calculado caso a caso³⁶.

As famílias que são beneficiadas pelo Programa estão sujeitas ao cumprimento de condicionalidades na área da saúde e da educação. No caso da saúde, as famílias devem assumir o compromisso de acompanhar o cartão de vacinação, o crescimento e o desenvolvimento das crianças até sete anos de idade. Já as mulheres de 14 a 44 anos devem ser acompanhadas e, sendo gestantes ou lactantes, as mesmas devem realizar o pré-natal e o acompanhamento de seu quadro de saúde e do bebê.

Na área da educação, as famílias se comprometem a obter uma freqüência escolar mensal de no mínimo 85% da carga horária de todos os componentes da unidade familiar dos 5 aos 15 anos de idade. Enquanto, os estudantes de 16 e 17 anos devem apresentar uma freqüência escolar mensal mínima de 75%.

Segundo Ferreira (2007, p.716), “a meta do Bolsa Família é aliviar a pobreza, embora mantendo o compromisso de facilitar o acesso aos serviços de educação e saúde”.As condicionalidades permitiriam, então, a interrupção do ciclo familiar da pobreza, particularmente por visar a garantia de condições mínimas de acesso igualitário aos serviços básicos. Queiroz et al. (2010), destacam que apesar das críticas³⁷ as políticas de

³⁶ Para maiores informações, consulte o site do Ministério de Desenvolvimento Social (<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/beneficios>)

³⁷ De acordo com Silva (2009), as principais e mais comuns críticas aos programas de transferência de renda se centralizam na aplicação de uma ideologia abstrata do trabalho e, a vinculação do programa à um presidente ou ao seu partido político, possibilitando que o programa seja considerado eleitoreiro.

combate à pobreza mediante a concessão de renda possibilitaram, em conjunto, à estabilização econômica, ao aumento real do salário mínimo e ao declínio dos juros a partir de 2004, uma redução da pobreza no Brasil. Ademais, temos que além das condicionalidades, existem programas complementares que articulados com outras políticas públicas permitem o desenvolvimento de capacidades das famílias beneficiárias (CURRALERO, 2012).

O cadastro das famílias beneficiadas no Cadastro Único dos Programas Sociais (CadÚnico) é obrigatório para a seleção de beneficiários dos programas sociais federais, como o Bolsa-Família. A partir de um sistema informatizado o governo federal consegue, em conjunto as prefeituras municipais, consolidar os dados coletados no CadÚnico. Esse banco de dados permite o conhecimento da realidade socioeconômica das família ao trazer as informações de todos os componentes do núcleo familiar, das características do domicílio, e, informações sobre o acesso aos serviços públicos básicos. A base de dados do CadÚnico apresentou-se como um instrumento de pesquisa imprescindível, tanto para o apontamento de possíveis desdobramentos da pesquisa de campo, quanto para a construção de hipóteses norteadoras do presente estudo. As informações captadas a partir dessa base permitiram a caracterização de algumas famílias envolvidas diretamente no processo migratório de interesse. Tornando também possível a construção de inferências preliminares sobre a distribuição espacial e condições socioeconômicas dessa população.

2.2.2.2.1 Explorando o CadÚnico

Criado em 2001 o Cadastro Único dos Programas Sociais (CadÚnico), segundo Currallero (2012), se apresenta como um instrumento de identificação dos beneficiários de baixa renda dos programas do governo federal. Com a criação e aplicação do Programa Bolsa-Família no território brasileiro, o CadÚnico se tornou a principal base de dados para a identificação e seleção das famílias beneficiadas pelo programa. A gestão deste cadastro ocorre, de acordo com a autora (CURRALERO, 2012), de forma descentralizada por meio da atuação dos municípios sob a coordenação do órgão gestor no nível federal, no caso a Secretária Nacional de Renda de Cidadania (SENARC) do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

A regulamentação do Cadastro Único prevê que todas as famílias com renda mensal per capita de até meio salário mínimo sejam incluídas neste cadastro (CURRALERO, 2012). Todavia, as famílias que possuem renda per capita superior a meio salário mínimo podem ser cadastradas desde que estas tenham sua inserção vinculada à inclusão ou permanência em programas sociais elaborados pelo poder público nas esferas local, estadual ou federal.

A base de dados em questão se define como uma estatística de estoque, visto que permite a desagregação das informações por distribuição territorial, composição por sexo e faixa etária, e, por características socioeconômicas (HARKKET, 1996) das famílias e indivíduos beneficiados. A unidade de numeração do CadÚnico é a unidade familiar, traduzida pelo *código do domicílio*, o qual vincula o número de identificação social³⁸ (NIS) de cada integrante da família³⁹. Nesta pesquisa, a coleta dos dados referentes ao CadÚnico na Secretaria de Assistência e Bem-Estar Social (SABES) da Prefeitura Municipal de Matão/SP ocorreu no ano de 2011. Contamos com a amostragem de 619 pessoas cadastradas que totalizam 177 unidades familiares⁴⁰.

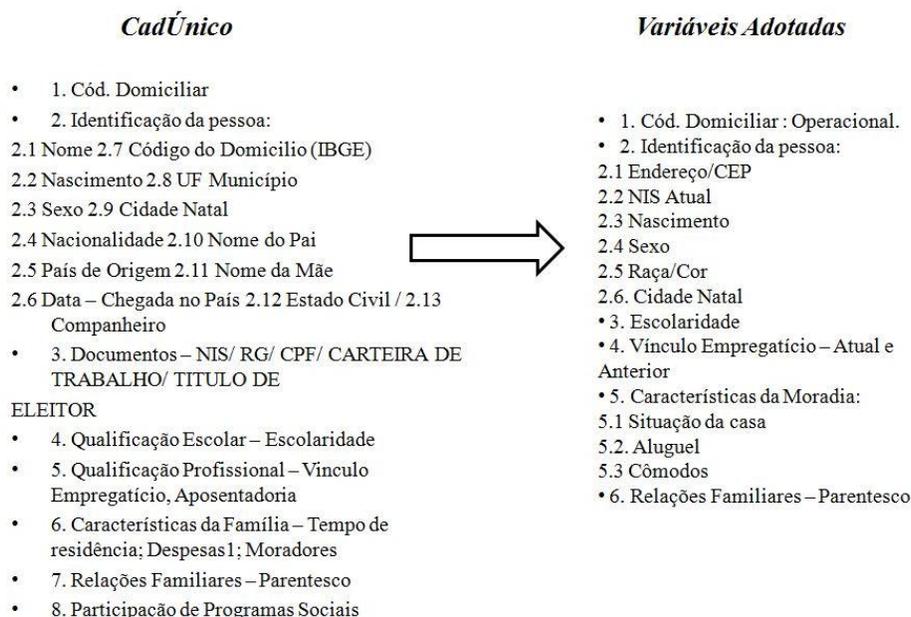
A seleção das famílias para a composição do banco de dados do estudo teve como base o local de nascimento dos beneficiários, foram privilegiadas as famílias que possuíam pelo menos um membro natural das cidades de Jaicós/PI, Picos/PI ou Igaci/AL. A escolha destes municípios como o critério de distinção perante as demais famílias cadastradas ocorreu em razão de indicações institucionais captadas no pré-campo realizado na cidade de Matão/SP no segundo semestre de 2010. Com o intuito de sistematização do banco de dados, de maneira a contemplar os objetivos iniciais da pesquisa – ou seja, a caracterização da população migrante da cidade que se assalaria, majoritariamente, na colheita da laranja –, foram utilizadas algumas variáveis-chaves (Figura 7).

³⁸O NIS se apresenta, no CadÚnico, como número de identificação de cada integrante da família beneficiada.

³⁹ A concepção de família apresentada é “a unidade nuclear composta por uma ou mais pessoas, eventualmente ampliada por outras que contribuam para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas pela mesma, todas moradoras em um mesmo domicílio” (Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Cadastro Único para Programas Sociais – Versão 07, 2013).

⁴⁰Em 2012, a Prefeitura de Matão contava com 1.466 famílias cadastradas.

Figura 7: Apresentação das Variáveis do sistema do Cadastro Único e das Variáveis Adotadas, 2011.



Fonte: Tabulações Especiais, Observatório das Migrações em São Paulo. 2011. Observatório das Migrações em São Paulo (FAPESP-CNPq/NEPO-Unicamp)

O acesso as informações da população cadastrada se deu por intermédio de um acordo institucional firmado entre a Secretaria Municipal de Assistência e Bem-Estar Social e, o Projeto Temático “Observatório das Migrações em São Paulo” em fevereiro de 2011. Com o devido sigilo, impossibilitou-se a identificação das famílias cadastradas.

Currallero (2012: p.98) já nos apontava que o Cadastro Único é um importante instrumento de identificação e caracterização da população mais pobre que possibilita “(...) identificar quem são, onde estão e quais são as características dessas famílias”. Pretendemos demonstrar aqui as potencialidades deste banco de dados administrativo como meio facilitador do primeiro contato qualitativo, particularmente, na construção de um quadro de análise da população de interesse.

O Código de Domicílio permitiu a operacionalização das informações de cada unidade familiar na base do CadÚnico, possibilitando o diálogo com o banco de dados construído. Cada código se relacionou, por sua vez, a um endereço residencial. Fato que corroborou para o estudo de tendência da concentração da população migrante em determinados espaços intra-urbanos.

As informações referentes aos membros da unidade familiar – sexo, data de nascimento, escolaridade, cor, cidade natal e vínculo empregatício (atual e anterior) – permitiram a descrição do perfil socioeconômico. As características de moradia – situação da casa (alugada, própria, cedida, invadida), número de cômodos e valor do aluguel – permitem inferências acerca das condições residenciais. E, finalmente a visualização das relações de parentesco dos membros das unidades familiares permitiu que explorássemos um pouco mais as modalidades migratórias envolvidas nesse processo.

Em síntese, podemos afirmar que o banco de dados construído a partir das informações do CadÚnico viabilizou um melhor direcionamento da pesquisa de campo nos locais de origem e destino. Assim como, a caracterização dos indivíduos envolvidos neste processo migratório sobre a qual delinearemos a seguir.

2.2.2.2 Perfil da população do CadÚnico (Matão/SP)

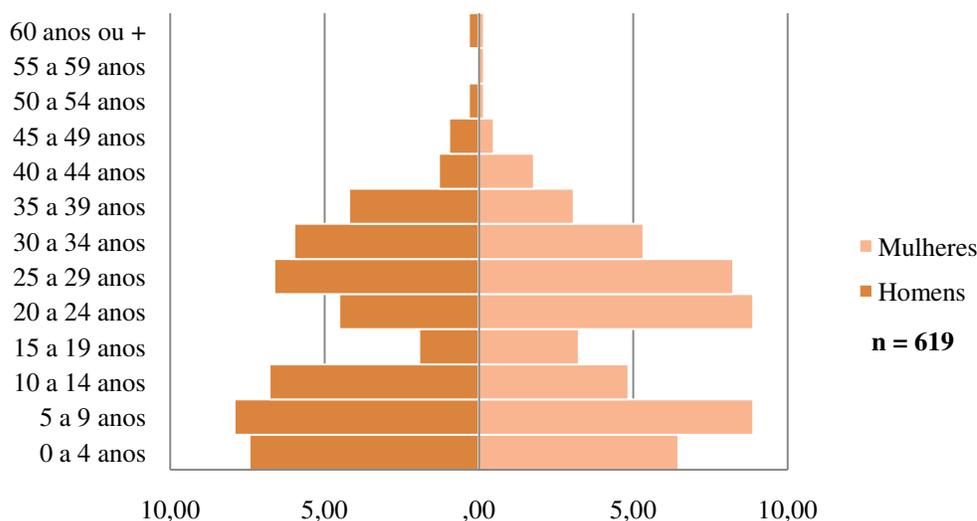
A amostra contou com 619 pessoas, das quais 51,70% (320) são mulheres e 48,3% (299) homens. Destes mais da metade é declarada como parda, procedida da cor branca (vide Tabela 31). Ao analisarmos a pirâmide etária (Figura 08) dessa população, observamos que os beneficiários selecionados compõem uma estrutura etária jovem concentrada, no caso da população feminina, entre os grupos etários de 0 a 9 anos e 24 a 29 anos. Em relação à população masculina, concentra-se nas faixas etárias de 0 a 14 anos e de 25 a 34 anos. Nesse âmbito, podemos inferir que a política de transferência de renda direcionada à população de estudo centraliza-se potencialmente à população parda e focalizada às jovens famílias.

Tabela 31: Cor/Raça da População Seleccionada, 2011

Cor/Raça	Número Absoluto	Distribuição Relativa (%)
Branca	137	22,13%
Pardos	389	62,84%
Pretos	70	11,31%
Não declarado	5	0,81%
Sem informação	18	2,91%
Total	619	100,00%

Fonte: Tabulações Especiais.CadÚnico, Secretaria de Assistência e Bem-Estar Social, 2011. Observatório das Migrações em São Paulo (FAPESP-CNPq/NEPO-Unicamp)

Figura 08: Estrutura Etária da População seleccionada, Matão/SP, 2011



Fonte: Tabulações Especiais.CadÚnico, Secretaria de Assistência e Bem-Estar Social, 2011. Observatório das Migrações em São Paulo (FAPESP-CNPq/NEPO-Unicamp)

No campo profissional, como se constata na Tabela 32, as categorias de profissões declaradas à época concentravam-se, particularmente, na ocupação de Trabalhador Agrícola Polivalente (45,71%). Sendo equivalente, segundo a Classificação de Categorias Ocupacionais do Ministério do Trabalho (CBO 2002), aos Trabalhadores de Apoio a Agricultura, mais especificamente ao grupo de trabalhadores volantes.

A população selecionada era empregada pelas empresas do município, como: Grupo Fischer, Marchesan, Cambuhy Citrus, e Usina Colombo. Enquanto que 44,32% não

exerciam atividade remunerada. Os demais se distribuíam de forma pouco expressiva em categorias referentes ao mercado de trabalho urbano.

Tabela 32:Profissão da População Seleccionada de 15 anos ou mais.

Profissão	Números Absolutos	Distribuição Relativa (%)
Não exerce atividade remunerada	160	44,32
Trabalhador Agrícola Polivalente	165	45,71
Empregado do Comércio	2	0,55
Lixeiro	2	0,55
Tratorista da Empresa	1	0,28
Faxineiro (a)	3	0,83
Aposentado	2	0,55
Motorista de Caminhão	1	0,28
Assalariado sem Registro	3	0,83
Servente de Obras	2	0,55
Auxiliar de Almoxarifado	1	0,28
Assalariado com Registro	2	0,55
Ajudante de Motorista	1	0,28
Outra	1	0,28
Sem informação	15	4,16
Total	361	100,00

Fonte: Tabulações Especiais.CadÚnico, Secretaria de Assistência e Bem-Estar Social, 2011. Observatório das Migrações em São Paulo (FAPESP-CNPq/NEPO-Unicamp)

A escolaridade dos responsáveis pela família (Tabela 33), ou seja, os beneficiários nominais do Programa Bolsa-Família se apresentaram majoritariamente com o ensino fundamental incompleto (75,14%) – 1º ano ao 9º ano –, sendo procedidos pelos analfabetos (11,30%). No caso, os beneficiários nominais eram 25 homens e 125 mulheres, a predominância de mulheres se refere à orientação de se emitir o benefício no nome das mães de família⁴¹.

⁴¹ Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Cadastro Único para Programas Sociais – Versão 07, 2013.

Tabela 33:Escolaridade do Responsável pela família.

Escolaridade	Número Absoluto	Distribuição Relativa (%)
Analfabeto	20	11,30
Ensino Fundamental Incompleto	133	75,14
Ensino Fundamental Completo	7	3,95
Ensino Médio Incompleto	7	3,95
Ensino Médio Completo	5	2,82
Sem informação	5	2,82
Total	177	100,00

Fonte: Tabulações Especiais.CadÚnico, Secretaria de Assistência e Bem-Estar Social, 2011. Observatório das Migrações em São Paulo (FAPESP-CNPq/NEPO-Unicamp)

Tabela 34: Vínculos de Parentesco declarados pelo Beneficiário Nominal, 2011

Vínculo	Número Absoluto	Distribuição Relativa (%)
Responsável pela família	177	28,59
Esposo (a)	55	8,89
Companheiro (a)	86	13,89
Filho (a)	289	46,69
Pai ou Mãe	1	0,16
Irmão (ã)	3	0,48
Primo (a)	2	0,32
Genro/Nora	1	0,16
Neto (a)	1	0,16
Enteado	3	0,48
Outro	1	0,16
Total	619	100,00

Fonte: Tabulações Especiais.CadÚnico, Secretaria de Assistência e Bem-Estar Social, 2011. Observatório das Migrações em São Paulo (FAPESP-CNPq/NEPO-Unicamp)

De maneira geral, podemos visualizar a partir da Tabela 34 a existência dos vínculos entre os componentes da unidade familiar em relação ao beneficiário nominal.

Inicialmente, percebemos que a maior parte dos vínculos centraliza-se na relação entre responsável pela família e filho (a), contudo, ainda devemos ressaltar a presença significativa de companheiros e esposos. Destacaram-se as uniões consensuais que representam 13,89%, enquanto as uniões civis representam 8,89%. Já as unidades familiares que contêm outros parentes são pouco expressivas. Devemos, entretanto, ponderar que como cada unidade familiar se relaciona a um código de domicílio podem ocorrer casos de famílias conviventes.

2.2.2.2.4 Distribuição Espacial dos Trabalhadores Rurais Migrantes

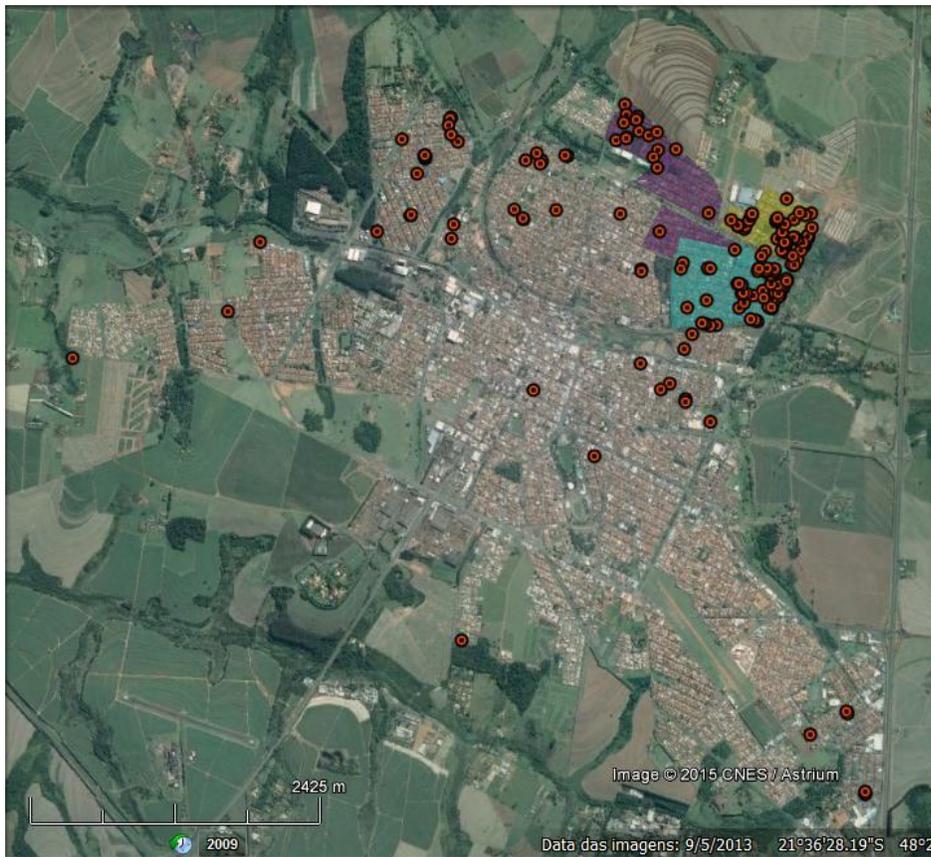
Sobre o local de moradia, observamos pela Figura 9, onde cada ponto indica a localização aproximada da residência do beneficiário, que os bairros Jardim do Bosque (32%), Jardim Popular (29%) e Vila Cardim⁴² (10,5%) são os principais focos de concentração dessa população⁴³, sinalizados, respectivamente, pelos polígonos azul, amarelo e roxo. Podemos constatar, contudo, que a população nascida nas cidades nordestinas selecionadas se distribui em diversos pontos no município.

Como vimos anteriormente, a ocupação destes bairros por essa população se relaciona a formação histórica do espaço intra-urbano. O Jardim Popular, no qual centralizamos grande parte de nossa pesquisa de campo, foi fundado em 1988, a partir da concessão e da venda de terras a preços módicos. Nesse momento, o bairro recebeu inúmeras famílias migrantes do Paraná, da Paraíba e de Minas Gerais.

⁴² Considerando a Vila Cardin IV e o bairro São Judas Tadeu.

⁴³ Os outros bairros apresentam as seguintes porcentagens: IV Centenário (4%), Jardim Paraíso (3,4%); Park Aliança (2,6%); Jardim Primavera (2,35); Jardim Itália (2,1%); Jardim Brasil (1,9%); Bairro Alto (1,3%); Jardim Bela Vista (1,3%); Jardim Bom Jesus (1,3%); Jardim São José (1,3%); Vila Guarani (1,1%); Vila Maria (1%); Jardim Balista (0,8%); Santa Cruz (0,6%); Vila Jandira (0,6%); Azul Ville (0,5%).

Figura 9:Localização aproximada das residências dos beneficiários pertencentes ao grupo selecionado.



Fonte:Banco de Imagens do Google Earth TM (2015) e Tabulações Especiais.CadÚnico, Secretaria de Assistência e Bem-Estar Social (2011). Observatório das Migrações em São Paulo (FAPESP-CNPq/NEPO- Unicamp)

Atualmente, o bairro conta com uma boa infra-estrutura, todas as suas ruas são asfaltadas, possuem energia elétrica e abastecimento de água. Entretanto, no início da ocupação, o bairro contava apenas com a delimitação de lotes e abastecimento de água e energia. O capeamento das vias ocorreu somente alguns anos depois. Nosso campo centralizou-se, por indicação dos próprios moradores do bairro, nas ruas João Augusto de Arruda, Dolvalino Agostini e Ilda Tavares da Costa, bem como, na Avenida Mato Grosso do Sul (Figura 10).

O local conhecido popularmente como “Rodoviária dos Piauí” é uma agência de viagens localizada no Jardim do Bosque. Sendo resultado de uma parceria iniciada em meados de 2000, entre José⁴⁴ – dono do imóvel e comerciante – e a agência Chiq-Tour.

José, 52 anos, é natural de Planaltina/PR e chegou à cidade de Matão em 1986. Mas, reside no Estado de São Paulo desde o início da década de 1980, quando migrou aos 15 anos em companhia de sua família para trabalharem em uma fazenda de café em Barretos/SP. Na época, eles foram ‘recrutados’ por um caminhoneiro que lhes prometeu “ganhos, banheiro dentro de casa e alimentos”. Moraram, contudo, somente um ano naquela cidade em razão da separação de seus pais. Assim, em 1981, passou a residir com sua mãe na Fazenda Princesa, localizada em Dobrada/SP.

Neste local, ele trabalhava com a conferência de adubos, sendo em suas palavras uma “espécie de encarregado” coordenando o trabalho de cerca de quarenta pernambucanos. Após conhecer sua atual esposa e se casarem, eles se mudaram para o Jardim Santa Cruz em Matão/SP, residiram somente dois meses no local, mudando-se para o Jardim Popular graças à obtenção de um terreno via doação da Prefeitura Municipal.

Segundo José, a agência Chiq-tour, em conjunto a outros dois agenciadores independentes, realiza semanalmente o transporte de pessoas entre os Estados do Piauí, de Minas Gerais, do Distrito Federal e de São Paulo. As viagens entre o Piauí e o interior do Estado de São Paulo costumam durar três dias e custam em torno de R\$ 230 por pessoa, sendo possível que as crianças pequenas não paguem passagem.

Os ônibus são, usualmente, fretados de uma empresa de Picos/PI e contam com uma equipe fixa composta de dois motoristas e um fiscal que é responsável pela coordenação da viagem e pelo embarque de passageiros. Em geral, as viagens interestaduais são realizadas



Rodoviária dos Piauí, 2012. Pereira, G.G. Banco de Imagens do Observatório das Migrações em São Paulo.

⁴⁴ Todos os nomes dos entrevistados foram trocados. Encontra-se no apêndice desse trabalho uma tabela com os nomes fictícios, local de realização da entrevista, mês e ano, e a UF de origem dos entrevistados.

por meio de comboios, ou seja, pela vinda em grupos de dois ou três ônibus em conjunto. O principal objetivo dessa prática é se precaver contra abordagens criminosas que ocorrem, principalmente, no momento de retorno pós-safra⁴⁵.

Em relação às características da residência da população de estudo, com as informações do CadÚnico de Matão/SP, podemos observar pela Tabela 35 uma ampla presença das residências alugadas que representam aproximadamente 86% do valor total, em contraposição a 5% de residências próprias. O aluguel destas casas se estabelece a partir de um contrato “verbal” entre o dono da propriedade e o inquilino, podendo ser acordado um valor “por cabeça”, por “família” ou “por cômodo”.

O que se confirma com a análise dos valores pagos pelos aluguéis que foram sistematizados na Tabela 36. Constata-se que aproximadamente 75% dos valores declarados variam de R\$ 100 a 300 reais, enquanto 11% correspondem a menos de R\$ 100 mensais. Tais valores estão aquém da realidade do mercado imobiliário formal da cidade, que gira em torno de R\$ 500. Esse dado corrobora, então, para a constatação de que a residência temporária dessa população em Matão/SP se dá pelo intermédio de contratos de aluguel informais.

Tabela 35: Situação de Domicílio da População Registrada no CadÚnico de Matão/SP, em 2011.

Situação de Domicílio	Número Absoluto	Distribuição Relativa (%)
Própria	9	5,08
Alugada	152	85,88
Cedida	7	3,95
Ocupada	1	0,56
Financiada	1	0,56
Sem informação	7	3,95
Total	177	100,00

Fonte: Tabulações Especiais.CadÚnico, Secretaria de Assistência e Bem-Estar Social, 2011 Observatório das Migrações em São Paulo (FAPESP-CNPq/NEPO-Unicamp)

⁴⁵ Para maiores informações sobre o trajeto em ônibus fretados inter-estaduais, ver Vitorassi (2010).

Tabela 36: Valor Declarado de Aluguel pela População Registrada no CadÚnico de Matão/SP, 2011.

Valor do Aluguel	Número Absoluto	Distribuição Relativa (%)
Menor que 100 reais	19	10,73
De R\$100 a R\$300	132	74,58
Maior que R\$300	1	0,56
Não se aplica ⁴⁶	18	10,17
Sem informação	7	3,95
Total	177	100,00

Fonte: Tabulações Especiais.CadÚnico, Secretaria de Assistência e Bem-Estar Social, 2011. Observatório das Migrações em São Paulo (FAPESP-CNPq/NEPO-Unicamp)

Os locais alugados por essa população são tanto propriedades de integrantes da população paulista, quanto de mineiros, paraibanos, piauienses e paranaenses. Neste aspecto, temos o relato de Luiz⁴⁷, residente do Jardim Popular, 65 anos, natural de Água Branca/PB e, ex-colhedor de laranja. Este nos contou que se casou na Paraíba, e migrou para a cidade de Matão/SP entre 1985 e 1986, por intermédio da indicação de seu “tio de consideração”⁴⁸ que era proprietário de uma tapeçaria no município

Por muitos anos Luiz e sua mulher trabalharam na colheita da laranja, contudo, atualmente eles vivem de suas aposentadorias e da renda que provém do aluguel dos “fundos” da casa para piauienses. O aluguel, nesse caso, é por “cômodos” e abriga no ano-safra 12 homens, sendo cobrado o valor por “cabeça”. A casa alugada possui, segundo o mesmo, fogão, geladeira, cama, colchão e dentre outros eletrodomésticos. A residência de João possui traços de autoconstrução, ao que este ilustrou em sua fala como uma casa que foi “construída de água de laranja”.

Lúcio⁴⁹, irmão de Luiz, em consonância a fala deste, nos relatou que veio para Matão/SP aos 12 anos, em 1990, acompanhando seus quatro irmãos e o pai. Seu Paraíba, pai de Luiz e Lúcio, já havia residido em Matão anteriormente e possuía um cunhado tapeceiro no município. A família antes de residir no Jardim Popular, morou por muitos

⁴⁶ Ao que se incluem as categorias: Própria, Alugada, Cedida, Ocupada e Financiada.

⁴⁷ Pesquisa de Campo realizada em 11 de Maio de 2012, em Matão/SP

⁴⁸ Irmão da mulher de seu pai.

⁴⁹ Entrevista realizada em 2 de Junho de 2012, em Matão/SP.

anos no Jardim Paraíso. Ao chegar no Jardim Popular, Paraíba abriu o primeiro bar do bairro que tempo depois se tornaria a “Mercearia do Paraíba” em 1990. Lúcio trabalhava, na época da entrevista, como tapeceiro em um imóvel ao lado da Mercearia que é “tocada” por seu filho mais velho.

Outro dono de “casas alugadas” pelos piauienses é João, visto por muitos trabalhadores rurais migrantes como “quem começou essa história do Matão”, podemos assim, associá-lo aos pioneiros.

João tem cerca de 60 anos de idade, e reside em Matão desde meados de 1980, contou-nos que conhece o dono da Chiq-Tour desde sua estadia na “grande São Paulo”. João trabalhou vinte anos na empresa Mauser (Metalúrgica), mas atuou na colheita de laranja por um tempo e também na construção civil fazendo “bicos”. Sua primeira migração para o Estado de São Paulo ocorreu em 1979, através do convite de “primas” as quais não conhecia pessoalmente, para São Caetano, retornando um tempo depois para Jaicós/PI para se casar. Mas, com a separação esse veio para a cidade de Matão/SP, junto aos seus filhos, que ficaram sob sua guarda.

Entre os finais dos anos de 1980, João ganhou do poder público um terreno no Jardim Popular, local que reside atualmente. Seu terreno possui, além de sua casa, alguns cômodos para aluguel. Outro fato interessante a ser salientado é que algumas cartas do Piauí são endereçadas para a residência de João, apesar de que segundo o mesmo nem sempre os remetentes residirem lá, assim como, não raramente ele não os conhece. Desse modo, João, como foi um migrante pioneiro, se comporta como uma referência e ligação atemporal no local de origem, no caso Jaicós/PI.

Através dessa exposição percebemos que a existência de uma presença migrante anterior à observada de piauienses, esses migrantes (Luiz, Lúcio, José e João) se constituem como partes ativas do processo migratório estudado. Ora pelo aluguel de casas, ora pelo transporte, ora pela representação destes como “pontos de referência”. A criação de estabelecimentos comerciais familiares, como no caso de Lúcio e José, o primeiro no



Bar e Mercearia do Paraíba, 2012. PEREIRA, G. G. Banco de Imagens do Observatório das Migrações em São Paulo.

Jardim Popular e o segundo no Jardim do Bosque evidenciam as diferentes trajetórias sociais ali presentes (SILVA, 2006). Temos, portanto, que os migrantes já estabelecidos na cidade atuam, em geral, como eixos norteadores, pois são eles os donos da maioria das casas alugadas e os responsáveis pela circulação dos trabalhadores migrantes entre os espaços de origem e destino.

As trajetórias migratórias são distintas, enquanto José, paraense, migrou com a família para o Estado de São Paulo e trabalhou em fazendas da região, João tem sua trajetória vinculada à Região Metropolitana de São Paulo e a rearranjos familiares. Lúcio e Luiz, mesmo sendo irmãos migraram em momentos diferentes para Matão, o primeiro acompanhando o pai em 1990 e, o segundo, já casado, migrou entre 1985-1986, contudo, a indicação foi do “tio”.

É interessante salientarmos a centralidade dos bares na configuração dos espaços migratórios associados ao assalariamento rural. Como apontaram os estudos de Mello (1976) e Silva (1999), o bar representa um espaço mais masculinizado ao mesmo tempo em que assume o papel de local de agenciamento, mas também de partidas e chegadas constantes entre os locais de destino e origem. Esse cenário foi também observado nas pesquisas de campo, desenvolvidas no âmbito do Observatório das Migrações em São Paulo, na cidade de Dobrada em Julho de 2012.

Outro espaço importante é a Feira do Bosque (Figura 11) que ocorre semanalmente nas manhãs de domingo sendo realizada há mais de uma década na Avenida São Paulo, uma das principais avenidas da cidade.

A feira reúne comerciantes e pequenos produtores rurais que residem na cidade ou em seu entorno. Ela se estendia tradicionalmente pela Avenida São Paulo, mas vem se expandido para a Avenida Mastropietro, uma grande via que subdivide o Bairro Jardim do Bosque com o Jardim Popular e com a Vila Cardim, com a presença de barracas de espetinhos, pastéis e também a barraca de produtos “do norte”. As mercadorias comercializadas são, em geral, artigos de hortifruti, galinha caipira, pequenos artigos eletrônicos e roupas, e barracas de pastéis e espetinhos. Existe uma subdivisão na feira, as primeiras barracas que ficam no sentido Avenida São Paulo – Jardim do Bosque são as de pequenos produtores rurais assentados e de comerciantes de hortifruti, ao meio da feira

começam a se concentrar as barracas que comercializam roupas e artigos eletroeletrônicos, já o final da feira reúne algumas barracas de pastéis.

Figura 11: Coletânea de fotos da Feira do Bosque em 2013 no município de Matão.



Fonte: Pereira, G.G e Maciel, L.M. Banco de Imagens do Observatório das Migrações, 2013.

Foi notada a existência de feirantes que eram migrantes dos Estados da Bahia de Minas Gerais e da Paraíba, esses últimos atuavam na venda de produtos vindos de uma Casa do Norte de Dobrada/SP. As mercadorias comercializadas, ou seja, os biscoitos, as tradicionais bolachas, os temperos, o camarão, o feijão branco, a carne seca e a tradicional Pinga Pitú, na feira e na Casa do Norte vêm do bairro do Brás em São Paulo.

Conjuntamente percebemos, nas narrativas levantadas, a presença de trajetórias que se relacionaram em algum momento ao trabalho rural no corte de cana de açúcar ou na colheita da laranja. O estabelecimento desses indivíduos como migrantes permanentes se

correlaciona à inexistência de laços familiares mais significativos na origem, como podemos ver pelo caso de Lúcia, casada, feirante que possuía na época da conversa cerca de 50 anos⁵⁰.

Na época da entrevista, Lúcia era proprietária há dez anos da Casa do Norte em Dobrada/SP e feirante em Matão há quatro meses. Nascida na Paraíba, ela veio, acompanhando sua irmã, para o interior de São Paulo por volta dos anos de 1980. Ela trabalhou junto com seu marido no corte de cana e na colheita da laranja por muitos anos, e hoje “ganha a vida” como feirante e comerciante. Enquanto seu marido tornou-se cabeleireiro em Dobrada/SP. Segundo Lúcia seu retorno para Paraíba ocorreu somente para buscar sua mãe para que essa passasse a residir em Dobrada com sua família.

O “buscar” a mãe se refere como pontua Silva (2006), em seu trabalho sobre as redes sociais do bairro Cidade Aracy em São Carlos, à viagem para o local de origem, ou seja, ao retorno associado às necessidades das reorganizações das relações familiares.

A circulação de piauienses nesses espaços é evidente. Com o diferencial que, em contraposição do bar, a feira se configura como um espaço de vivência familiar fazendo parte da rotina semanal dessa população. Não foram raros os casos em que nossas entrevistas e levantamento de informações foram realizados em períodos posteriores à Feira do Bosque por solicitação dos próprios entrevistados.

2.3 As redes de relações dos trabalhadores rurais migrantes.

Compreendendo a rede social como parte essencial do processo migratório (SINGER, 1973), ou seja, pela percepção de que “(...) indivíduos não migram sozinhos, mas inseridos num conjunto de relações sociais específicas” (SILVA, 2006, p.32), elucidaremos nesse tópico acerca da atuação dos circuitos de informação que compõe a rede de trabalhadores rurais migrantes piauienses. Segundo Vetorassi (2010) e Silva (2008b), as redes permitem um maior círculo de informações e podem atingir esferas familiares ou regionais.

⁵⁰ Entrevista realizada em Matão no dia 10 de Julho de 2012.

A assimilação, como aponta o estudo de Silva (2006, p.33), de que as redes de relações sociais que se constituem no bairro, em nosso caso no Jardim Popular, só podem ser traçadas quando levamos em conta a ligação desses indivíduos com suas respectivas origens “(...), pois o sentimento de pertença a um grupo social os faria integrar o bairro de determinada forma”. Nesse sentido, é necessário associar a compreensão de alguns “nós” da rede migratória à apreensão dos espaços de origem e destino como fluídos (BAENINGER, 2012) não somente pelos processos macroestruturais, mas também em níveis microestruturais que se traduzem pela rede de relações daqueles que migram e como eles se organizam dentro do espaço intra-urbano.

A rede de relações dos trabalhadores rurais migrantes se estende não somente aos familiares consanguíneos, mas também aos agenciadores da viagem do Piauí até Matão. Nossa exposição será balizada, inicialmente, pelo processo de obtenção de moradia; a obtenção de uma moradia, nas primeiras viagens para Matão costuma ser intermediada por parentes, conhecidos e até mesmo pelo agenciador da viagem para São Paulo. Magda⁵¹, 34 anos, ex-colhedora de laranja, mãe de três filhos, nos contou que já residiu no Jardim do Bosque, no Jardim Popular e no IV Centenário. Ao ser questionada sobre sua primeira viagem para a cidade paulista, esta nos contou que:

Um homem o Manuel, o homem que deixava a gente por lá. No primeiro ano foi o Manel que procurou casa pra gente sabe? O homem que leva a gente. Ai o primeiro ano que eu fui, sabe como é que foi? Menina eu chorava pra ele. Nós ficamos debaixo de uma área assim fechada, sabe? Criança dormindo no chão 'quinem' mendigo. Eu digo 'Minha gente não vai vir mais aqui não'. Ai a pessoa pega e fica lá. E dormir num frio que chegava a congelar e tudo nós lá deitado no chão. Ai ficava assim nessa arinha mesmo pro povo não fica no meio da rua sabe? Ai a pessoa levantava cedo ia procurar uma casinha, mas pra achar num é fácil não. É, mas hoje as coisas tá mais fácil, você já deixa logo uma casa alugada, quem tá pensando em voltar né? Ai já deixa a casa mais arrumada [Entrevista de 11/12/2013, em Jaicós-PI].

Manuel é outro agenciador de viagens assim como atua o dono da Chiq-Tour. Sua agência, a Aki-Tour, contudo, não tem uma localização “fixa” para o desembarque de passageiros no destino. Os valores cobrados por essa agência costumam ser menores que os

⁵¹ Entrevista realizada em parceria com Lidiane Maciel no bairro João Melé (Jaicós/PI).

praticados pela agência Chiq-Tour. A agência de Manuel se localiza no bairro-rural do João Melé em Jaicós/PI, sendo uma das poucas construções muradas naquela localidade.



Agência Aki-Tur, 2013. PEREIRA, G. G. MACIEL, L.M. Banco de Imagens do Observatório das Migrações em São Paulo.

A fala de Magda traz consigo um importante marcador: o retorno. É possível perceber a existência de dois momentos, no primeiro cuja mobilização se efetivou a partir da rede de relações estabelecida em período anterior à partida de Jaicós/PI com o responsável pelo transporte dessas pessoas entre o Piauí e o Estado de São Paulo. Enquanto em um segundo momento foi contatado a rede de contatos entre migrantes, donos das casas e/ou parentes com o objetivo de “segurar a casa” no destino. Esse cenário também aparece na fala de Antenor, residente do Jardim Paraíso, baiano e coordenador do Serviço da Pastoral do Migrante em Matão:

Tem alguém que já fica na cidade e vai segurando: “Ai eu moro aqui”, porque eles são muito acolhedores. De repente, eu moro em dois cômodos, mas tá chegando um conhecido, um parente, sei lá, um indivíduo ...ai parte no meio, divide lá. Então eles são muito acolhedor, um ao outro né? Mas, acontece de muitos deles deixar o aluguel pago [...]É, eles deixam pago o aluguel e vão embora, aqueles que tem melhores condições, né? E depois já vem e tem o lugar deles. Mas, uns “quidem” nós tivemos ano passado: Chegou um grupo de pessoas e tiveram que volta porque não teve lugar pra eles fica [Entrevista de 07/05/2011 em Matão/SP].

O *retorno*, assim, se apresenta como um elemento de organização dos deslocamentos (SAYAD, 2000), pois com o potencial retorno à Matão, os trabalhadores se reorganizam de forma a garantir sua estadia na cidade, seja por meio de pagamentos adiantados, seja pela presença de um familiar ou conhecido na casa alugada no período entre-safra. A intermediação dos retornados na obtenção de moradia permite, nesse caso, a criação de novas redes a partir de novas mobilidades (VETTORASSI, 2010).

A experiência de Maria, 27, colhedora de laranja na safra de 2013, e residente do bairro Jardim de Nossa Senhora das Mercês, em Jaicós/PI, se diferencia da de Magda. Em sua primeira viagem para Matão/SP, em 2009, Maria ficou na casa de seu irmão, residente do Jardim do Bosque, por nove meses. Naquele ano, ela trabalhou na colheita da laranja,

mas por ter se “assustado” com o ritmo de trabalho, retornou somente em 2013 em razão da vontade de seu marido de ir trabalhar em Matão. Em 2013, ela, em conjunto ao seu marido, ficou novamente na casa de seu irmão:

*Nós fomos pra casa do meu irmão, ele mora lá. Ai no dia que nós chegamos, nós dormimos lá. Ai depois, eu fui saindo pras ruas mais ele preocupado: ‘Tem casa pra aluga? Tem casa pra aluga?’ [risos]. De rua em rua. Até que se ‘batemo’ nessa casa. Nesse **quartinho, casa não**. Um quarto. Ai, a moça disse que era 250, mas só que lá do lado já tinha três peão, sabe? Três homens. Ai, ela pergunto se nós queria mesmo assim, aluga pra um casal porque nos já tinha três peão tudo. Ai, era um banheiro pra nós tudinho. Ai, nós: ‘Não mulher, nós ‘qué’, nada a vê não um quarto ta bom’. [Entrevista em 10/12/2013, em Jaicós/PI; grifos nossos]*

O trecho em negrito da fala de Maria sinaliza a existência dos pequenos cômodos que servem como moradia dessas pessoas no período da safra. Esse cenário foi encontrado nas visitas que realizamos na cidade de Matão em diversos momentos da pesquisa. A Tabela 37 nos mostra, sincronicamente que, em 2011, 46,16% das declarações sobre o número de cômodos do domicílio se referiam a existência de um ou dois cômodos. Enquanto que 45% são referentes às residências de três a quatro cômodos.

Tabela 37: Número de Cômodos declarados pela População Registrada do CadÚnico de Matão/SP, em 2011.

Número de Cômodos	Número Absoluto	Distribuição Relativa (%)
Um	18	10,17
Dois	64	36,16
Três	51	28,81
Quatro	28	15,82
Cinco	6	3,39
Seis	2	1,13
Sem informação	8	4,52
Total	177	100,00

Fonte: Tabulações Especiais. CadÚnico, Secretaria de Assistência e Bem-Estar Social, 2011. Observatório das Migrações em São Paulo (FAPESP-CNPq/NEPO-Unicamp)

Em nossa pesquisa acompanhamos mais de perto entre os meses de abril à dezembro de 2013 a família de Dona Luiza, casada, mãe de três filhos, natural de Jaicós/PI,

que tinha na época 50 anos de idade. Conheci-a através de sua filha mais velha Ana, 32 anos e colhedora de laranja. Luiza é a mais velha de sete irmãos e nos relata que veio pela primeira vez para Matão em 2005, acompanhando seu marido. Ela trabalhou duas safras pela Cambuhy e duas “pelo Fischer” (Citrosuco), e já havia residido no Jardim do Bosque e na Vila Cardim. Atualmente, ela mora no Jardim Popular.

Figura 12: Família de jaicoenses em 2013, Matão/SP⁵².



Fonte: PEREIRA, G.G e MACIEL, L.M. Banco de Imagens do Observatório das Migrações (2013).

⁵² Ambas as fotografias foram tiradas com a autorização verbal dos indivíduos nelas presentes. Destacamos que a divulgação desse material se restringiria somente aos fins científicos e acadêmicos.

Sua casa ficava nos fundos de outra residência e possuía uma entrada independente. A moradia era dividida em três cômodos e um banheiro, havia também uma área na qual Luiza utilizava para lavar a roupa no sábado, e que sua família usava para os almoços de domingo e outras festividades, como o Chá de Panelas de sua neta, filha de Ana.

Em uma de nossas conversas, Luiza contou-nos que a cobrança do aluguel para os trabalhadores rurais migrante pode incluir o rateio de água e luz, como era seu caso. Além disso, ela relatou-nos que para garantir uma casa aqui, é necessário “proferir a casa”, ou seja, declarar o interesse para o dono da moradia antes de vir para cá, seja por meio de parentes ou conhecidos.

Em somatória, as informações que obtivemos de Luiza nos trazem elementos importantes que dizem respeito à ordenação dos que vão e os que ficam e quais são os papéis assumidos para manutenção das casas no interior de Jaicós/PI:

Quando ela não vai [a filha que está no Piauí], ela fica só em casa (...) ela faz a limpeza lá em casa, que eu mandei a minha irmã entregar a chave porque a minha irmã [que cuidava anteriormente da casa] tava limpando também a casa da minha filha e é meio longe. Em um lugar chamado Antonino, não sei se vocês passou de lá. [Entrevista realizada em 13/07/2012, em Matão/SP]

Ou seja, cabe aos que não migram a manutenção e conservação das casas e das propriedades dos que migraram. O que se mostrou ser uma tarefa notoriamente feminina. Retornando à questão dos circuitos de informação que integram essa rede social, temos que ele é, inclusive, percebido pelos agentes institucionais que também são envolvidos pela rede. Como podemos perceber pela fala Coordenadora do Programa Bolsa-Família (Gestão 2009-2012) quando esta me explicava sobre a constante transferência de benefícios para a cidade paulista:

(...) eles já vem do Piauí pra nosso município, Matão, orientados a nos procurar com a transferência do cadastro, então há sim entre as próprias famílias migrantes há envolvimento, o endereço correto, quem é a pessoa, qual é assim, os procedimentos que ela deve tomar pra que continue no recebimento do Programa Bolsa Família. Entre eles há sim essa preocupação, quanto aos procedimentos corretos que a família deve tomar e aonde realmente, quem é a pessoa que ela deve procurar [Entrevista realizada em 29/04/2010].

Afere-se assim que a rede de relações desses indivíduos perpassa os universos público e privado. Em outras palavras, a rede comporta a reorganização de papéis entre os que vão e os que ficam, pois sendo o retorno já previsto desde o momento da partida a manutenção do lar no local de origem é imprescindível. Mas também auxilia na circulação dessas pessoas dentro do espaço intra-urbano da cidade, seja essa rede de apoio familiar ou não.

A rede social, em nosso caso, permite que o migrante circule no espaço de destino de forma a se familiarizar com seu entorno, desse modo, era comum ouvirmos que “estar no Matão é estar em Jaicós”. Assim, o próximo capítulo destina-se ao estudo da relação entre a cidade de Matão e Jaicós, com o objetivo de compreendermos os condicionantes para a migração para o município paulista, assim como, a percepção dos próprios migrantes acerca desse local.

Capítulo 3: Foi tudo pro “Mundo”: As Migrações “permanentemente” temporárias de piauienses para a colheita da laranja no interior de São Paulo.

3.1 Introdução

O último capítulo desse trabalho centraliza-se na discussão da pesquisa de campo desenvolvida no município de Jaicós/PI⁵³ nos meses de julho de 2012 e dezembro de 2013⁵⁴. A escolha por tais períodos se justificou por nosso intuito de apreendermos a dinâmica que se estabelecia na cidade tanto no momento em que grande parte de sua população, especialmente a rural, estava ausente, ou seja, em julho, quanto pela captação da efervescência desse local na ocasião do retorno dos trabalhadores rurais para suas casas, o que ocorria, em geral, no mês de dezembro. Nossos questionamentos iniciais se fundamentavam na busca pela compreensão de como se iniciou a migração “permanentemente” temporária (SILVA, 1999 e 2008^a; SILVA e MELO, 2011) para Matão/SP e quais eram os principais motivadores daquela população para o assalariamento rural em São Paulo.

O retorno desses migrantes “permanentemente” temporários para Jaicós/PI, preferencialmente, no mês de dezembro é condicionado não somente pelo final da safra da laranja, mas também pelo início da estação de plantio do caju, do feijão, do milho e da mandioca, que costuma ser procedido por um período de chuvas entre dezembro e janeiro, o qual os moradores denominam como “*inverno*”. A ocorrência do *inverno* é fundamental para a manutenção econômica desse município que se localiza no semi-árido nordestino.

Em Jaicós foi possível observar a coexistência entre as zonas rurais e urbanas, de forma a criar um rural-urbano que se integra fortemente a vida social e econômica do município. O campo, portanto, ainda é central na organização da cidade, seja através das

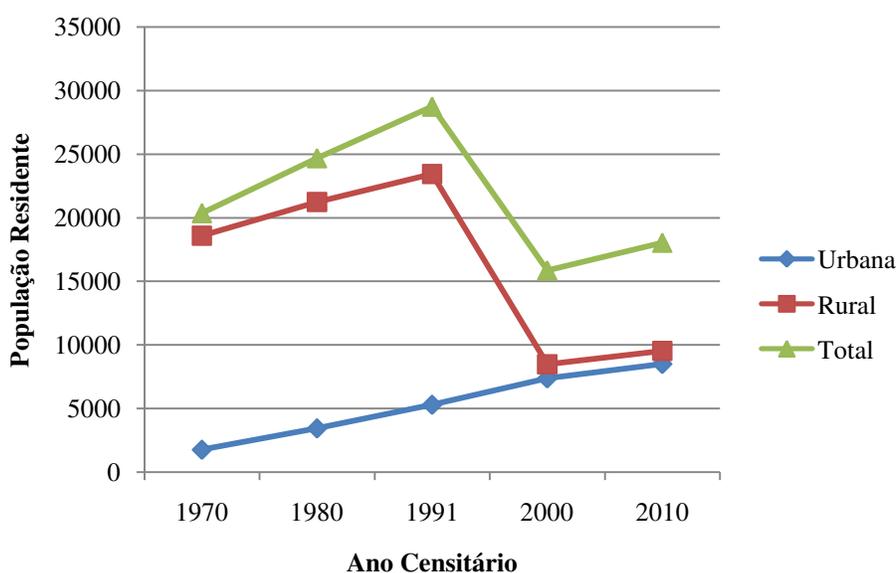
⁵³ Apesar de concentrarmos nossos esforços na compreensão de Jaicós/PI, nossa pesquisa de campo envolveu também visitas à capital piauiense e ao município de Picos/PI.

⁵⁴ Pesquisas realizadas com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) no âmbito do Observatório das Migrações em São Paulo (FAPESP-CNPq/NEPO-UNICAMP). Reitero aqui meu agradecimento à socióloga e pesquisadora Lidiane Maciel que me acompanhou e orientou durante a pesquisa de campo.

trocas comerciais por meio das tradicionais feiras-rurais (de animais e alimentos) que ocorrem no município às segundas-feiras – quando “o interior vem vender”⁵⁵ –, seja em razão da maior parte da população ser ou ter sido em algum momento de sua vida vinculada à pequena produção agrícola.

A cidade possui vinte comunidades rurais que se distribuem ao entorno da BR-407, uma das maiores rodovias federais do país, e da rodovia estadual PI-226. A primeira é responsável pela ligação entre o Piauí, o Ceará e a Bahia, enquanto a segunda liga o município à algumas cidades limítrofes. O trajeto entre a área urbana e rural é realizado por intermédio de motocicletas, do pau de arara, e de carros particulares. Costumando durar, em média, trinta minutos. Entretanto, existem famílias que realizam o percurso à pé ou com animais de carga.

Figura 13: Evolução Populacional de Jaicós/PI (1970 – 2010) por situação de domicílio.



Fonte: Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010 (FIBGE).

⁵⁵ A produção familiar, segundo nossos levantamentos em campo, é também comercializada por meio da figura dos “atravessadores” que são os responsáveis pela revenda desses produtos em outras feiras e supermercados do interior do Piauí.

A Figura 13 nos traz a evolução populacional de Jaicós entre os anos censitários de 1970 a 2010. Notamos que a população total tende a acompanhar o comportamento da população rural, particularmente, no ano de 2000 em que houve um declínio considerável do número de pessoas residentes em ambos os casos. A população urbana, por sua vez, apresentou-se propensa a um crescimento com o passar dos anos, aproximando-se, em números absolutos, da população rural a partir de 2000. Ademais, se em 1991 a população jaicoense contava com 28.731 habitantes, em 2010 ela contava com 18.035, um declínio de 2,41% a.a.

Contudo, vemos pela Tabela 37, que o período de maior decréscimo populacional foi entre os decênios de 1991-2000, no qual a população rural decaiu 10,67% a.a., e a população total 6,39% a.a.. Em contraposição, a população urbana permaneceu com a tendência de crescimento desde 1970, ou seja, parte dessa população foi absorvida pelo urbano local.

Ao assumirmos que grande parte do Brasil já havia passado pelas transições epidemiológicas e de fecundidade nesse decênio (MARTINE e CAMARGO, 1984), e que a seletividade migratória do município se fundamenta nas populações de origem rural, em consonância aos estudos anteriores sobre migrações temporárias (SILVA, 1999 e 2008a; MENEZES, 2009; VETORASSI, 2010; MACIEL, 2013), podemos aferir que o declínio se referiu à evasão da população das comunidades rurais.

Tabela 37: Taxas de Crescimento, por situação de domicílio, em Jaicós (1970-2010)

Situação de Domicílio	1970-80	1980-91	1991-00	2000-10
Urbana	6,90	3,99	3,74	1,44
Rural	1,34	0,90	-10,67	1,17
Total	1,94	1,39	-6,39	1,29

Fonte: Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010 (FIBGE).

Os levantamentos de campo nos levaram a conhecer que a cidade de Jaicós se organiza a partir das distintas trajetórias migratórias de seus habitantes que contemplam os Estados do Rio de Janeiro, de São Paulo (Região Metropolitana, Matão e mais recentemente São Manuel), do Distrito Federal, de Goiás (Goianésia), do Rio Grande do

Sul, de Minas Gerais (Belo Horizonte), da Bahia, do Ceará e do Paraná. As migrações são, normalmente, “permanentemente” temporárias e envolvem as idas e vindas desses indivíduos que, como aponta Silva (2008a), tem suas vidas divididas entre o tempo e o espaço:

A migração divide a vida das pessoas no tempo e no espaço. Esta é a lógica deste território migratório: ao mesmo tempo em que é o determinante do conjunto destas vidas, imprimindo-lhes o elo unificador entre os que partem e os que ficam, reproduz permanentemente a transitoriedade e a divisão espacial e social. São vidas transitórias, marcadas pelo eterno partir e chegar. (SILVA, 2008b, p.11)

Desse modo, Jaicós se apresenta através das chegadas e das partidas que redefinem e reorganização tal e qual a divisão espacial e social do município e de seu entorno. Do mais, temos que o aumento da reversibilidade migratória (DOMENACH e PICOUE, 1996), em décadas recentes, e os conseqüentes rearranjos sociais se relacionam ao encadeamento histórico entre a mobilidade do capital e a força de trabalho (BÁLAN, 1976).

Segundo representantes da diretoria da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Piauí (FETAG-PI/ Unidade Picos)⁵⁶, a cidade pode ser considerada um “polo para evasão”. Nesse sentido, a concentração de agências de viagens para São Paulo e para outros estados possivelmente configura essa localidade como uma espécie de centro de redistribuição populacional dos trabalhadores rurais migrantes. Nesse sentido, não são raros os casos em que os moradores das zonas rurais de municípios limítrofes (Geminiano, Massapê do Piauí, Itainópolis e Belém do Piauí) vão até Jaicós para embarcarem nos clandestinos e seguirem rumos variados.

As trajetórias migratórias da população jaicoense se apresentam conectadas às suas características geracionais e de gênero, aos arranjos familiares e aos locais de origem e destino, bem como, às possibilidades de re-emigração e à expectativa quanto ao retorno (MENEZES, 2012 e SÁNCHEZ, 2012). Assim, como aponta Sánchez (2012), existem distinções substanciais que aparecem na tentativa de assimilarmos o social a partir do

⁵⁶ Informações obtidas em 12/07/2012. Soubemos, nesse dia, inclusive, que algumas empresas clandestinas dão comissão para algumas pessoas que conseguem passageiros.

indivíduo, ou seja, de percebermos os condicionantes macroestruturais através da percepção das transformações microestruturais.

Nessa conjuntura, as informações captadas em campo permitiram a constatação da existência de diferentes contextos que influíram para a constituição de um fluxo migratório direcionado, majoritariamente, para a colheita da laranja no interior de São Paulo.

Na década de 1960 os fluxos eram direcionados para a colheita do café no interior paulista. Enquanto que as migrações associadas à Região Metropolitana de São Paulo⁵⁷, particularmente para Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano, ocorreram maciçamente entre as décadas de 1970 e 1980, impulsionadas tanto pela associação entre a possibilidade de mobilidade social via migração (DURHAM, 1984) quanto por um grande período de estiagem na região que teve seu pico com a grande seca de 1972. A predominância era da migração masculina que se alocava em postos de trabalho relacionados à prestação de serviços e à construção civil. As mulheres, quando acompanhavam, ora ficavam responsáveis pelo cuidado do filho e da casa, ora se inseriam no mercado de trabalho a partir do emprego doméstico “em casas de família”.

As décadas de 1980 e 1990 se caracterizaram, por sua vez, através dos fluxos migratórios voltados para a capital piauiense. Teresina apresentou nos decênios 1980-1991 uma taxa de crescimento de 4,28 % *a.a.*, o que refletiu em um incremento de 221.501 pessoas. A população passou então de 377.771 habitantes em 1980 para 599.272 habitantes em 1991 (FIBGE).

De acordo com as informações fornecidas pela Pastoral do Migrante de Teresina e pela FETAG-PI (Unidade Teresina), esse momento se apresentou por um rápido crescimento da malha urbana do município fundamentado nas migrações rurais-urbanas direcionadas do interior piauiense para a capital. Essa população alocou-se no setor de construção civil e no corte de cana de açúcar da Usina Mangueira, que empregava em 2012 cerca de dois mil trabalhadores rurais. Nas décadas de 1980 e 1990, ocorreu uma consolidação da área periférica teresinense que cresceu de forma desordenada concentrando-se às margens da linha férrea. Sendo comum encontrarmos, na década de

⁵⁷ A migração para São Paulo fora também impulsionada pela a implementação da empresa Itapemirim na região de Picos/PI entre 1970 e 1980.

2010, casas de taipa e barracos. A capital piauiense, além disso, figura como central para que compreendamos alguns aspectos da política municipal de Jaicós.

A política jaicoense tem seu poder executivo vinculado tradicionalmente à duas famílias do município: Crisanto e Silveira, a primeira conhecida pela atuação na área da saúde, particularmente na medicina, enquanto a segunda apresenta-se através de sua atuação na área de advocacia. Teresina assume para essas famílias um duplo papel: o de prestação de serviços (educação e consumo cultural e, de mercadorias) e de planejamento político, visto que na visão da atual gestão (2013-2016) o enlace entre recursos públicos e as instâncias de negociação encontram-se na capital. Desse modo, é comum não encontrarmos a prefeita de Jaicós/PI na cidade nos dias úteis, e quando a mesma retorna para lá aos finais de semana ou em dias alternados, ocorre uma grande mobilização da população para serem atendidos diretamente por ela.

Outro fato interessante é a existência de uma circulação de crianças vindas de famílias carentes do “interior” (comunidades rurais) e as mulheres mais velhas das famílias tradicionais. Ou seja, a circulação que já havia sido apontada dentro de redes familiares (MENEZES, 2002; SILVA, 2006) também perpassa uma rede de tradição, na qual o indivíduo, muitas vezes, ao receber a educação e a moradia, pode vir a dedicar-se, futuramente, ao serviço doméstico em “casas de família”⁵⁸. A narrativa de Maria que fez duas safras em Matão/SP (2009 e 2013) nos permite visualizar esse contexto:

Eu nasci na Santão, interior daqui (...) eu era criança, há muito tempo [quando a família mudou-se para a cidade de Jaicós] (...) Meu pai tinha uma tia que já morava aqui, e lá no interior a gente tava passando muita dificuldade ai nós escolhemos vir pra cidade. Ai nós viemos pra cá, eu me lembro, ai nos viemos na estrada e passou um carro por nós e deu um bocado de coisa pra nós: laranja, um bocado de coisa sabe? Ai nós viemos embora pra cá, meu pai fez uma casa lá na beira da pista de taipa não sei se vocês sabem o que é? De barro, ai nos morava nela né? Até nós cresce, ai meu pai se separou da minha mãe. Ai quando pai separou da minha mãe, meu pai ficou com a casa e minha mãe ficou na rua. (...) Ele disse que se ela não saísse, ele matava ela. Então teve que sair. Ai nós ficamos na rua, ai tinha um prédio velho e abandonado que hoje é um colégio particular, o Crisanto, ai minha mãe morou lá. Morava lá com nós nesse prédio. Só que nesse prédio tinha muita mulher solteira ai devido ter muita mulher solteira, o conselho tutelar não deixou a gente morar com minha mãe porque tinha muita mulher solteira. E tinha muita confusão sabe? Ai não deixou. Ai nos

⁵⁸ O ganho médio em uma casa de família é de R\$ 100 mensais.

se “espalhemos”, minha irmã foi morar em Teresina com a sogra da Malvina [Família Silveira], eu fui morar com a minha tia, meu irmão foi morar com meu pai e minha outra irmã foi morar com a minha outra tia. Ai cada um foi morar numa casa. Ai minha mãe foi morar só. Eu morei com Humberto Reis [Família Silveira], não sei se você sabe quem é, que era deputado daqui. Morei com ele há muito tempo em Teresina, com ele. Eu morava na casa de um, na casa de outro, trabalhando sabe? [Entrevista realizada em Jaicós/PI no dia 10/12/2013]

Sua fala possibilita a percepção de uma circulação de crianças que ao assumir determinados contornos dentro de uma rede de relações, ultrapassou o universo da consangüinidade. Apesar de inicialmente Maria ter residido com sua tia, ela, assim como sua irmã, passou a residir na casa de um político de grande envergadura no cenário piauiense, sendo deputado por mais de 50 anos e pertencente à família Silveira.

Ademais, a compreensão da dinâmica migratória jaicoense inclui o entendimento da relação dessa cidade com Picos/PI⁵⁹. A cidade de Picos surge como uma espécie de “apoio” comercial, médico e educacional para Jaicós, constituindo-se como apêndice do setor de prestação de serviços dos moradores.

No que concerne ao fluxo migratório⁶⁰ para Picos, esse é originário do “interior” de pequenas cidades que ficam em seu entorno como: São Julião, Alegrete do Piauí, Fronteiras⁶¹, Jaicós, Aroeira, Paquetá, Dom Expedito e, por vezes, da capital piauiense. Os migrantes que se instalam em Picos, costumam residir nos bairros considerados mais vulneráveis e periféricos: o Park Exposição, o Bairro Paroquial, o Malvina e do “Norte”.

São encontradas em Picos trajetórias migratórias que contemplam idas e vindas entre o interior de Jaicós e de Picos e a RMSP, assim como, migrações para a Bahia e para o Ceará. Todavia, é o Estado de São Paulo que se apresenta como a “referência” dos piauienses da região que estão “pelo mundo”.

É comum encontrarmos narrativas, principalmente, femininas que apontem a existência de filhos ora na região metropolitana, ora no interior paulista. Desse modo, mesmo com a distância geográfica, “(...) os vínculos sociais e familiares são redefinidos e

⁵⁹ Possuía em 2014, segundo as estimativas oficiais do IBGE, 76.309 habitantes. Sua economia pauta-se no setor de prestação de serviços e na indústria.

⁶⁰ De acordo com informações obtidas na Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social de Picos/PI, em Julho de 2012.

⁶¹ Essas três primeiras cidades são conhecidas pela migração temporária de seus moradores para a Região Metropolitana de São Paulo, na qual são alocados na construção civil.

reforçados” (SILVA, 2008b, p. 15). Isso pode ser observado por um excerto da história de Francisca, faxineira, residente de Jaicós.

Francisca nos contou que possui todos seus filhos “pelo mundo” como ela mesma diz, mas justifica que a busca deles por outras oportunidades é reflexo de Jaicós ser do “tamanho de uma caixa de fósforos”. Segundo a mesma, “o negócio deles é o mundo”. Apesar da distância espacial, ela continua mantendo contato com seus filhos que estão em Matão e com as filhas em São Paulo. Os quatro, aliás, possuem casas próprias em Jaicós que ficam sob os cuidados da mãe. Nesse contexto, a figura materna age também como aquela que “conserva” a ligação dos filhos com Jaicós através das comidas típicas enviadas para estes através dos ônibus clandestinos e por meio da manutenção da casa dos mesmos na origem.

O reforço dos laços familiares também se traduz pela estruturação de uma “rede de cuidados” entre os migrantes jaicoenses. Nesse contexto, quando há uma gravidez das filhas, ou então o adoecimento dos pais e familiares mais próximos, o retorno para Jaicós/PI é potencializado. As protagonistas dessa rede são, normalmente, as crianças e os idosos, contudo os agentes são as mulheres que modificam seu período de estadia no destino em função de tais contingências. Sobre esse aspecto, Silva (2006, p.196) destaca, em seu trabalho sobre as famílias paraibanas em São Carlos, que:

(...) eles vão e vem muitas vezes, e essas viagens associam-se a necessidades próprias do modo de se organizarem como uma família, assim, no início voltam para terem seus filhos, para se casarem, busca-se também o lugar nos momentos de dificuldade, em que estão, por exemplo, afastados do trabalho.

Esse cenário é contemplado pela trajetória de Júlia, que possuía em 2012, cerca de 60 anos, ela se aproximou sorridente ao ouvir a palavra “São Paulo” enquanto obtínhamos informações na Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social em Picos/PI. Nascida no interior de Jaicós/PI, em Bom Sucesso, Júlia, saiu em 1979 para Santo André/SP junto com seu marido e filhos, começou trabalhando de empregada doméstica, porém sem registro em carteira. Residiu por onze meses na cidade, e posteriormente, mudou-se para Mauá/SP, onde permaneceu na função de empregada doméstica por seis meses quando retornou para

Jaicós/PI. Por estar grávida, ela nos conta que julgou necessário retornar para ficar sob o cuidado dos pais.

A reorganização e o reforço de vínculos dentro do processo migratório se intensificam também pela maior potencialidade da migração familiar frente ao trabalho rural na citricultura paulista. A partir dos anos finais da década de 1990 e do início dos anos 2000 que se intensificaram as migrações para o município de Matão. Entretanto a cidade paulista já era conhecida em Jaicós desde os anos finais da década de 1960 com a chegada de máquinas de arado e implementos agrícolas da Baldan e da Marchesan, assim como, dos produtos da Predilecta e do *açúcar agranel*. Eduardo, cerca de 50 anos, descendente de indígenas e morador do “interior” nos contou um pouco essa história:

A primeira pessoa que foi daqui pra Matão foi na década de 1960, 1968 por aí. Ai depois foi Vitorini mais meu cunhado. Ai depois chegou mais um povo e foi descobrindo, descobrindo. Mas foi pra 68 pra 70, mais ou menos. (...) Naquela época o pessoal ia pra Baldan, ai depois pra TATU [Marchesan]. Ai quando chegava aqui pra comprar um arado, eles diziam que queria um do peixe, porque depois por conhecimento descobriram o que era o símbolo do peixe né? Ai quem ia comprar o produto da Marchesan queria um do TATU porque “era o melhor que tinha”. Isso facilita o costume que era [assimilar a empresa] do TATU. (...) Inclusive se você anda por interior ai, tem muita coisa, muito produto que vem de Matão. Vem direto, vem o açúcar, muitos implementos agrícolas vêm de Matão, vem compressor da Bambozzi (...) Todo mercado que você chegar aqui você vai ver, no comercio você vai encontrar os produto do Tatu, da Predilecta, [inaudível] tem o doce também, tem a goiabada, tudo os produto da Predilecta quase tem. [Entrevista realizada em Jaicós no dia 16/12/2013]

A exposição de Eduardo nos trouxe um elemento chave para a compreensão da migração jaicoense para Matão. A circulação de mercadorias e a preexistência de uma rede migratória entrelaçada com o emprego urbano em fábricas de implementos agrícolas possibilitaram um contato preliminar da população jaicoense com a cidade paulista. Nesse primeiro momento a população jaicoense migrante, essencialmente masculina, concentrou-se, em Matão, nos pequenos barracos e cômodos localizados nos bairros Jardim do Bosque e Jardim Balista.

O processo migratório de interesse se iniciou, portanto, com a migração individual, a priori masculina, e posteriormente constataram-se migrações familiares, já no contexto do trabalho rural-urbano (MACIEL, 2011), as quais ocasionaram a incidência das “casas

fechadas” no “interior” do município. Percebemos, por fim, a existência, como pondera Silva (2008b, p.7) em seu trabalho sobre migrantes “permanentemente” temporários maranhenses para o corte de cana na região de Ribeirão Preto, de ciclos migratórios:

(...) o que constatamos é uma migração permanentemente temporária, já que a grande maioria dos que migram regressam aos seus lugares de origem, enquanto outros se destinam a outras regiões, constituindo assim, outros ciclos migratórios - circulares, além dos pendulares – que se acham encadeados.

Aferirmos, portanto, que a relação de Jaicós com o município de Matão se assenta na coexistência de distintos ciclos migratórios (SILVA, 2008b), que ora entrelaçam trajetórias, ora reconfiguram os distintos locais de origem e de destino da população migrante. Dito isso, iremos analisar em seguida os espaços rurais e urbanos da cidade de Jaicós/PI e, posteriormente discutiremos acerca do assalariamento rural no destino como fator constituinte das estratégias de reprodução social desses indivíduos (MENEZES, 2002).

3.2. O Interior e a Cidade

3.2.1 Considerações Iniciais sobre a Terra do Galo

Segundo as informações oficiais do IBGE, o município de Jaicós, conhecido como Terra do Galo, fundou-se a partir de uma aldeia indígena em 1731 com o nome de Cajueiro. Em virtude da boa qualidade de terras férteis para a agricultura e para a criação de gados, a localidade tornou-se freguesia em 1801 passando a denominar-se Nossa Senhora das Mercês de Jaicós/PI.

Em 1820, em razão do estabelecimento de criadores da própria província e do Ceará, a freguesia perdeu pouco a pouco seus atributos indígenas, visto o avanço do gado e da lavoura. Em 1832, desmembrou-se de Oeiras e eleva-se à categoria de Vila e posteriormente de município (FIBGE).

Percebemos pelas narrativas da população entrevistada que a economia municipal fundamentou-se tradicionalmente na produção agrícola e, conseqüentemente na dinâmica

que se estabelece na área rural de Jaicós. Assim, o algodão figurou, por muitos anos, como base da agricultura jaicoense, perdurando até o final da década de 1970, na qualidade de principal fonte de renda da maioria das famílias.

Segundo Araújo (2002) a crise do algodão que atingiu o semi-árido nordestino foi proporcionada pela ação do bicudo⁶² e pelas alterações da demanda do padrão tecnológico e empresarial da indústria têxtil regional. Esse cenário corroborou para a fragilização da população residente nos espaços dominados pelos complexos da agropecuária de sequeiro. Em 1978 a praga do bicudo deu fim ao cultivo de algodão na região de Jaicós, ao que Donizete, pequeno agricultor do interior jaicoense, 60 anos, rememora:

Na época que nós vivia de algodão aqui nós vivia farto de dinheiro. Dinheiro aqui não faltava não. Porque dinheiro todo tem. [O Algodão] é mais fácil pra cultivar e pra colher. Dá pra todo mundo, pro pessoal que ta desempregado. Nós botava na roça ai pra pega algodão. E a produção é uma beleza. (...) Os inverno era abundante. Muito abundante. Em 1967, 1968 os inverno aqui era uma beleza.

De acordo com a autora (ARAÚJO, 2002), o final das plantações de algodão sucedeu a estiagem dos anos de 1981 a 1983 que atingiu todo o nordeste, ocasionando, uma retratação generalizada da produção agrícola, com exceção do oeste baiano. Além disso, na década de 1990, mais especificamente no ano de 1993, o semi-árido passou novamente por um novo período de estiagem. Araújo (2002, p. 34) pondera, por fim, que a “seca continua sendo um problema social agudo”, circunstância que leva cada vez mais à busca, por parte dos pequenos produtores, dos programas governamentais.

De acordo com nossos levantamentos de campo, a década de 2000 se iniciou com a implantação das plantações de caju no interior de Jaicós. Em 2009, a partir de uma parceira com o Sebrae foi instalado na cidade uma mini-fábrica de beneficiamento de castanha coordenada pela Cooperativa Mista Agroindustrial de Jaicós. Além disso, a polpa do caju é utilizada para a fabricação de sucos, enquanto o bagaço é comercializado para a produção de ração animal. Todavia, com a intensificação dos períodos de ausência de inverno, ou seja, de estiagem, que ocorrem desde 2010, a produção de caju foi amplamente atingida na região.

⁶² O bicudo do algodoeiro é um inseto considerado uma das principais pragas de alta relevância econômica para a cultura algodoeira.

A maior linha de crédito para convivência com a seca no semi-árido utilizada pelos pequenos produtores, segundo a FETAG/PI (Unidade Jaicós), era em 2012, o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). O *PRONAF* é viabilizado pelo Governo Federal, que disponibiliza através dos tipos B (até 2,5 mil reais) e C (mais de 2,5 mil reais) o financiamento das condições de produção do agricultor familiar. O cadastro é feito através da EMATER, órgão federal responsável pelo controle e pela administração dos financiamentos, sendo, entretanto, orientado e supervisionado pelo Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura.

Ademais, outra possibilidade utilizada para amenizar os efeitos da seca no município e em localidades próximas é a construção de cisternas. O funcionamento de uma cisterna condiciona-se, entretanto, a abundância do período de chuvas. Os sindicalistas apontaram também a perfuração de poços. Essa prática não é muito recorrente, no entanto, em razão dos altos custos de sua construção.

O trabalhador rural é representado, segundo as entrevistas realizadas com representantes desses órgãos, pela figura do indivíduo que possui a maior parte de sua renda do cultivo, passando a “viver da terra”, sendo a agricultura familiar uma especificação do trabalho rural.

As visitas à cidade de Jaicós/PI permitiram que notássemos o esvaziamento do campo e dos bairros-rurais jaicoenses que no período da migração para o assalariamento temporário em Matão é acompanhado da presença simbólica dos moradores ausentes os quais, nas palavras, dos jaicoenses estão pelo “pelo mundo”.

Assim, é comum encontrarmos casas fechadas no interior ou em bairros-rurais que pertencem às famílias dos colhedores de laranja. Mas, a ausência física da população migrante não impede que sua presença social permaneça no município. A migração atua, portanto, como parte estruturante da dinâmica social impera de diferentes formas nos espaços rurais e urbanos como veremos a seguir.

3.2.2. O espaço urbano e os bairros-rurais.

A área urbana do município de Jaicós/PI pode ser dividida em duas partes: a cidade alta e a cidade baixa. É por meio de uma grande ladeira que se estabelece essa divisão, na

parte alta, ou seja, acima da ladeira, localizam-se a escola municipal, o posto de saúde, alguns trailers de lanches, pequenos estabelecimentos comerciais e o acesso à rodovia que permite chegar aos bairros-rurais da cidade.

Já a Cidade Baixa abriga a Igreja Nossa Senhora das Mercês e os principais estabelecimentos comerciais como bancos, lotéricas, supermercados, lojas de eletrodomésticos e móveis e a tradicional feira de segunda-feira. Em relação à infraestrutura urbana, Jaicós possui a maioria das ruas centrais ora asfaltadas, ora recobertas com paralelepípedos, enquanto que as ruas de alguns bairros ainda são de terra batida. Não é raro que ocorram problemas de abastecimento de água e luz elétrica na cidade, assim como, é facilmente visível a existência de pontos de esgoto a céu aberto.

Figura 14: Visão da Cidade Baixa a partir da ladeira, Jaicós/PI/Dezembro de 2013



Fonte: PEREIRA, G.G. e MACIEL, L.M. Banco de Imagens do Observatório das Migrações em São Paulo, 2013.

A vida social e comercial desse município costuma se concentrar na porção referente à Cidade Baixa (Figura 14), as quais possuem como momento de maior efervescência o período da manhã e o início da tarde das segundas-feiras. Os dias de

segunda-feira são os famosos “dias de feira”, o dia que tradicionalmente a população do “interior” de Jaicós, bem como, moradores de outras cidades limítrofes, vão ao município para realizarem compras na feira, irem ao banco, e se utilizarem dos serviços públicos e privados municipais.

A feira jaicoense reúne feirantes, comerciantes e consumidores de diferentes pontos do Piauí, tanto das proximidades de Jaicós/PI quanto da capital – Teresina/PI (Figura 15 a 17). A feira se divide no comércio – de hortaliças, frutas, verduras, roupas, quinquilharias, CDs e DVDs piratas, utensílios domésticos, aparelhos celulares, rádios, farinha, temperos, móveis de madeira, entre outros – e, na venda de animais – *feira dos animais* –, a primeira se localiza ao redor da Igreja Nossa Senhora das Mercês, no centro da cidade, enquanto esta última localiza-se perto do Sindicato de Trabalhadores Rurais.

O meio de transporte das pessoas que moram no “interior” das cidades até a feira é o pau de arara. O valor é cobrado de acordo com a distância do “interior”, e costuma transportar, visivelmente, cerca de quinze pessoas. Alguns desses meios de transporte ainda possuem uma cobertura improvisada com lonas. Contudo, na ausência desta os ocupantes se cobrem com toalhas de banho ou blusas de frios para se protegerem do sol e da poeira.

Os limites entre os espaços urbanos e rurais do município de Jaicós confundem-se particularmente nos bairros mais periféricos, como nos casos do Nossa Senhora das Mercês e do João Melé localizados próximos à rodovia que corta a cidade. Ambos são constituídos por famílias de baixa renda e abrigam, assim como as comunidades rurais, parte expressiva da população migrante do município. Esses bairros podem ser denominados bairros-rurais por se apresentarem a partir da continuidade do espaço rural no espaço urbano (SILVA, 2008b; MELO e SILVA, 2011). Eles foram formados há cerca de vinte anos com a vinda de antigos residentes do interior jaicoense para a cidade.

As casas costumam ser alugadas, a partir de um mercado imobiliário informal, sendo o preço médio cobrado em torno de R\$ 70 a R\$ 100. Existem, contudo, moradores que possuem casa própria. É rara a existência de muros e, conseqüentemente, de delimitações claras de onde começa ou termina o terreno de uma residência. As moradias possuem em média três cômodos e são guarnecidos com móveis básicos e, aparelhos eletrodomésticos como fogão, geladeira, máquina de lavar e televisores.

O mês de dezembro representa uma época de movimentação no bairro com a presença de pequenas reformas nas casas, especialmente relacionadas à pintura e à colocação de azulejos e pisos. As quais apesar de não ocorrerem com a mesma intensidade que no interior, funcionam, de mesma forma, como distinção social. Nas palavras de Silva (2008b, p. 10):

Na medida em que, além da distinção social, há, ao nível do imaginário, a realização do projeto de ascensão social, do êxito, da melhoria dos níveis de vida. Aos poucos, vai se constituindo uma cultura migratória que redefine as práticas sociais, os estilos de vida e as visões de mundo. Construir ou reconstruir a casa de tijolos e de telhas, segundo os padrões das classes sociais mais elevadas, representa para o migrante a consecução de um sonho de ascensão social e também um lugar seguro para si e para a família.

As reformas nas casas, a compra de motocicletas e de aparelhos eletroeletrônicos, se apresentam como uma espécie de marcador social daqueles que conseguiram ascender socialmente. Como observamos pela fala de Dolores, 25 anos, e Magda, 34 anos, residentes do bairro João Melé e do Nossa Senhora das Mercês, respectivamente:

Dolores: *Quem nunca foi pensa que lá é uma maravilha, que a gente tá chegando rico, essas coisas, sabe? Ainda mais quando a gente compra alguma coisinha, fica todo mundo achando que a gente tá rico (...)* [Entrevista realizada em Jaicós no dia 11/12/2013]

Magda: *(...) o povo indo pra lá, dizia que lá era um lugar que corria dinheiro. E tem gente que pensa: eu vou porque corre dinheiro fácil. Mas quando enfrenta o serviço, perde as contas.* [Entrevista realizada em Jaicós no dia 11/12/2013]

É, portanto, a partir da percepção da materialização do ganho salarial do trabalho na colheita da laranja em Matão que se efetiva um fortalecimento da cultura migratória (SILVA, 2008a) para a cidade paulista. Outro importante fator que corrobora para a intensificação da cultura migratória nessa localidade é a dificuldade de inserção no mercado de trabalho formal.

De acordo com as informações obtidas no trabalho de campo, a maior parte dos empregos formais em Jaicós é vinculada aos serviços públicos e ao comércio local. A inserção de trabalhadores nesses postos de trabalho exige, em geral, uma escolaridade mínima que, normalmente, não representa o número médio de anos de estudos da população migrante. Além disso, ainda existem resquícios da prática de troca de votos, no período das eleições, por vagas temporárias de emprego seja na prefeitura, seja em cargos

comissionados. Mas, mesmo nesses casos, normalmente, não há registro em carteira. Na percepção de Dolores:

[Mudou] bastante, antes de o pessoal descobrir Matão aqui. Aqui ninguém ganhava dinheiro não, hoje todo mundo tem moto, todo mundo tem suas coisas à modo de Matão. Por causa de Matão.

Ela, entretanto, pondera que não existia em seu caso uma grande diferença salarial entre seu trabalho como vendedora de lanches em Jaicós e de colhedora de laranja em Matão, ambos os ganhos eram praticamente equivalentes. A principal diferença seria assinar a carteira de trabalho e ter direito ao acerto, o que proporcionava a ela e a sua família uma maior “segurança”.

A migração para a colheita da laranja proporcionou, assim, para muitos migrantes um primeiro contato com o mercado de trabalho formal e a possibilidade de melhorar de vida (DURHAM, 1986; MACIEL, 2013), seja através do acesso aos direitos trabalhistas, seja através de aquisições materiais pelo ganho da safra. Em somatória, é perceptível a dissociação entre a mobilidade social e a migração direcionada anteriormente à Região Metropolitana de São Paulo no discurso de Magda:

Olha, se você anda, assim, naqueles interior é tudo casinha na cerâmica, ali tudo é do Matão, é por isso que o povo só corre pra lá. Ó meu marido passou seis anos em São Paulo, ele não tem nada aqui dentro de casa de São Paulo, num tem nadinha (...) Porque lá [Matão] é mais fácil pra gente coisa e pegar as coisas também. Cê paga, tudo é mais fácil. É porque você ta ganhando né? Cê gasta lá, mas cê ta ganhando de volta.

Entretanto, a fala de Edmundo nos revela que o “ter” algo em casa também se conjectura a condição familiar do individuo no momento da migração:

Não é assim de uma safra, a gente vai encaminhando e um ano pra outro e vai conseguindo (...) [não trouxe] nada, nada [de São Paulo], mas ao mesmo tempo, eu era solteiro, então pensava em outras coisas, vim aqui sem nada pior do que eu fui mesmo. Que eu me lembre quando eu cheguei aqui fiz questão de ver: tinha 80 reais na conta.

Existem duas composições de populações distintas na migração predominantes que atuam nos espaços dos bairros-rurais e do interior, uma se traduz pela migração individual ao que é denominada pela própria população como migração de peões, no caso dos homens e de solteiras, no caso das mulheres e, a outra pela migração familiar. Contudo, a ocorrência de uma migração individual não predispõe necessariamente a inexistência de um não vínculo com uma unidade familiar. Sobre a migração de solteiras temos o relato de Fabiana, 36 anos, moradora do interior:

Fui [sozinha], tinha assim mais as colegas da gente. Falavam assim que lá [Matão] é bom, que o trabalho lá é bom, “vamos que eu te apoio até tu arrumar um lugar pra tu morar”. Ai eu fui. (...) A primeira vez eu morei lá pra cima do Popular, na primeira vez. Ai, na segunda eu morei lá pro centro. Porque lá no centro eu fui na casa do patrão mesmo. (...) Porque o patrão tem a casa própria dele morar e a casa própria pros peão, pra recebe as pessoas, tem a casa dos homem, a casa das mulher. [Entrevista realizada em Jaicós/PI no dia 11/12/2013]

Como visualizamos pela fala de Fabiana a contratação de peões e solteiras se relaciona aos alojamentos separados segundo o sexo. Além disso, segundo a mesma, o pagamento pelo quarto individual era de R\$ 100 mensais que deveriam ser pagos ao empregador que era também o responsável pelo transporte desses trabalhadores até os pomares.

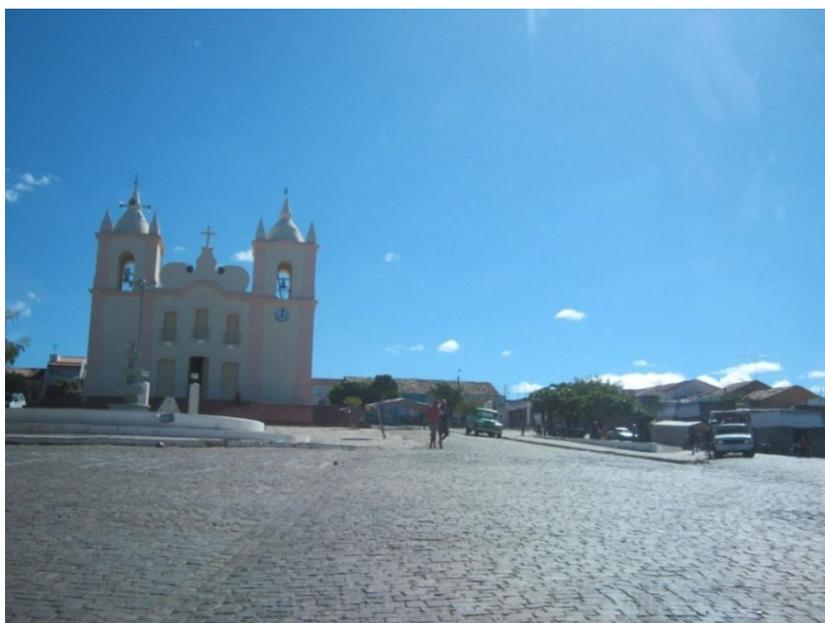
Os processos migratórios que se atrelam à colheita da laranja se correlacionam também as condicionantes específicas dos espaços de origem dos indivíduos, sendo acompanhadas por seletividades migratórias expressas, particularmente, pelo sexo e pela faixa etária, e que são condizentes à realidade social encontrada em cada interior ou bairro rural. Veremos a seguir os diferentes cenários encontrados nas comunidades rurais visitadas e seus enlaces com a migração temporária.

Figura 15: Bairro João Melé, Jaicós/PI



Fonte: PEREIRA, G.G. e MACIEL, L.M. Banco de Imagens do Observatório das Migrações em São Paulo (2012).

Figura 16: Visão da Praça da Igreja Matriz Nossa Senhora das Mercês, em Jaicós, em uma quinta-feira.



Fonte: PEREIRA, G.G. e MACIEL, L.M. Banco de Imagens do Observatório das Migrações em São Paulo (2012).

Figura 17: Visão da Praça da Igreja Matriz Nossa Senhora das Mercês, em Jaicós, em uma segunda-feira.



Fonte: PEREIRA, G.G. e MACIEL, L.M. Banco de Imagens do Observatório das Migrações em São Paulo (2012).

Figura 18: Coletânea de fotos da Feira de Segunda em Jaicós/PI





Fonte: PEREIRA, G.G. e MACIEL, L.M. Banco de Imagens do Observatório das Migrações (2013).

3.2.3. As Comunidades rurais jaicoenses na pesquisa de campo

As comunidades rurais de Jaicós se localizam no entorno do perímetro urbano e da rodovia federal que corta o município. As propriedades rurais costumam ser demarcadas com cercas e abrigam diferentes gerações de um mesmo núcleo familiar, sendo observada a existência de casas feitas de taipa e de casas de alvenaria. A maior parte das famílias que reside no interior vive da agricultura de subsistência, produzindo, em geral, feijão e mandioca. Mas são encontrados também pequenos produtores de mel, de galinha caipira e de caju.

Assim, como aponta o estudo de Vetorassi (2010) sobre São Raimundo Nonato/PI, constatamos que as comunidades rurais possuem uma relação de dependência da migração sazonal de seus moradores. Entretanto, se formam quadros de seletividades migratórias distintos. Tivemos a oportunidade de conhecer a realidade de cinco comunidades rurais: Croasal, Barreiro, Esquisito, Baliza e Várzea Queimada.

Croasal dista aproximadamente dez quilômetros da cidade de Jaicós, o acesso ao povoado se efetiva pela BR 407. Essa comunidade rural possui em torno de 40 casas, fomos informadas que o destino principal dos jovens desse interior é a região metropolitana de

São Paulo. A maior parte das habitações é construída de alvenaria e cercada de plantações de caju.

A comunidade conta com uma escola rural na qual são realizadas as atividades referentes ao programa social Projovem do Ministério de Desenvolvimento Social, cujos beneficiários são os jovens adolescentes integrantes das famílias vinculadas ao Programa Bolsa-Família, esse programa se constitui, na época da estiagem, como um dos principais rendimentos do povoado. Enquanto que interior do Esquisito se localiza próximo ao interior da Baliza, distando cerca de vinte quilômetros da área urbana, ambos os interiores se confundem por suas largas extensões. O acesso a estes pode ser realizado por carros ou motocicletas, animais de carga, ou a pé. As casas do Esquisito são em sua maioria de taipa, existindo uma pequena mercearia, uma igreja católica e duas igrejas evangélicas. É comum, no mês de julho, existirem “casas fechadas” as quais são cuidadas pelos parentes ou conhecidos daqueles que estão ausentes em decorrência da migração para a colheita da laranja na cidade de Matão.

Já o povoado da Baliza possui uma escola rural de ensino fundamental, o transporte dos alunos dessa comunidade e dos que residem em seu entorno é realizado através do pau de arara, meio de transporte também utilizado para o deslocamento dos professores. As moradias desse povoado são de taipa e alvenaria, existindo ainda uma pequena mercearia, um bar no qual ficam os peões e as solteiras e uma oficina mecânica. Cabe ressaltar que nenhuma comunidade rural possui água encanada, a água potável provém de poços perfurados próximos à um aglomerado de casas, e os banheiros são sempre externos.

A comunidade rural do Barreiro abarca um cenário bem distinto dos demais interiores visitados, sendo considerado um dos locais que mais possui moradores que trabalham na colheita da laranja em Matão. As chuvas costumam beneficiar mais essa região que apresenta matas verdes, em contraposição à terra seca observada nos outros lugares, além disso, as moradias são construídas, em geral, de alvenaria e pintadas.

Nesse interior, a importância da casa atua fortemente como distinção social. Observamos uma ampla utilização de azulejos, principalmente, nas partes externas que ficam para a “rua”. A maioria das casas desse povoado estava, no mês de dezembro, fechada. Os que estavam presentes tinham migrado em outros momentos para a cidade de

Matão e destacaram em seus discursos o “crescimento” e mudança de suas casas, bem como, a compra de motos e carros graças ao trabalho rural no interior paulista. Lourdes, 29 anos, quatro safras em Matão nós contou que:

Aqui não tem trabalho nenhum assim pra gente. É só parado. Você trabalha assim na roça, quando chove. Que aí a gente planta milho, feijão, melancia. (...) Tinha gente que nem uma casa ‘num’ tinha, fala a verdade pra você, nem uma casa eu tinha. (...) Era só aqui e mais ali, ai eu comecei a mexe, puxei dois cômodinho. Ai fiz esse banheirinho aqui que não tinha. (...) Eu não tinha geladeira também, comprei. Meu guarda-roupinha. Que a gente não tinha nada.

O Barreiro concentrava anteriormente migrações “permanentemente temporárias, especialmente a jovem e masculina, direcionadas para a região metropolitana de São Paulo.

Por fim, Várzea Queimada nos apresentou uma conjuntura interessante. Esse povoado, localizado a cerca de quinze quilômetros de Jaicós, surgiu a partir do casamento entre pessoas que compunham graus diferentes de parentesco de uma mesma família. Em razão do casamento entre “primos”, como a própria população explica, a comunidade conta com cerca de quarenta surdos e mudos.

No que concerne a migração para a colheita da laranja, a pesquisa de campo revelou que essa é essencialmente masculina e jovem, visto que as mulheres são ensinadas desde cedo a trabalhar com a folha da carnaúba, uma palmeira tradicional do semi-árido nordestino. A folha de carnaúba é utilizada, após ser colhida e colocada ao sol para secar, para a confecção de chapéus, cestas, tapetes, esteiras e outros artesanatos que tanto são vendidos, inclusive internacionalmente⁶³, quanto são utilizados pelos próprios moradores. Como nos sinaliza a fala de uma artesã da comunidade⁶⁴:

(...) faz uns oitenta anos [que começou a cultura da carnaúba], se não tiver mais. (...) Era a minha vó, minha bisavó fazia um surrão de couro e surrão de palha. E foi ensinando as filhas. As mães ensinando pras filhas, as filhas pra neta e foi assim. E agora hoje, aqui, a gente tá dando mais valor a palha. Meu avô dizia (...) que carnaúba ia dar dinheiro, e hoje nós estamos vendo. Hoje mesmo, graças a Deus, nós estamos pegando dinheiro da carnaúba. Nós estamos

⁶³ O projeto é uma iniciativa do Sebrae-PI com o artista Marcelo Rosenbaum, maiores informações: <http://www.rosenbaum.com.br/agentetransforma/edicao-2>

⁶⁴ Agradeço aqui à Lidiane Maciel por compartilhar comigo parte de suas descobertas de campo em Agosto de 2013.

enviando nossas peças pro Rio de Janeiro, pro Acre, pra São Paulo, pra Brasília, nós tamô enviando e tamô pegando.

Percebemos pela fala dessa artesã que Jaicós, através do interior da Várzea Queimada, se inseriu dentro de um circuito espacial de produção (SANTOS, 1988) no qual os produtos originários do Piauí são enviados para distintos lugares do país. Ademais, antes da cidade de Matão/SP figurar como o principal destino das migrações “permanentemente” temporárias na comunidade, o fluxo direcionava-se para a colheita de coco na Bahia.

Várzea Queimada possui uma escola rural na qual são realizadas as atividades escolares referentes ao ensino fundamental e infantil, bem como, as atividades associadas ao programa projovem que conta com aulas de capoeira e outras atividades artísticas. A maior parte das construções é de alvenaria, há também uma pequena igreja católica e um bar no povoado. Além da carnaúba, a comunidade possui plantações de caju e de mandioca.

Nas comunidades visitadas percebemos que a migração, mesmo quando não vivenciada pela comunidade de forma intensa, como no caso de Croasal, se apresenta como parte fundamental do cotidiano desses indivíduos. Na Baliza e no Esquisito, a migração direcionava-se, no momento da pesquisa, basicamente para o município de Matão e abarcava os jovens adultos e os adultos, de ambos os sexos, os quais vão “em família” ou “sozinhos”. Já no Barreiro, a migração captada nas entrevistas, foi, majoritariamente, familiar e adulta, também de ambos os sexos. Enquanto que, por fim, na Várzea Queimada visualizamos uma migração predominantemente masculina e jovem, delineada pela divisão social do trabalho que ali se instaurou.

Cada interior, ainda que seja uma comunidade rural e que apresente similitudes claras com os outros interiores, como o plantio de caju, feijão e mandioca, a divisão da tarefa do cultivo entre pais e filhos, a convivência de distintas gerações em um mesmo espaço e a configuração de uma cultura migratória (SILVA, 2008a e 2008b) comum que alicerça a dinâmica social do povoado, apresenta, entretanto, como vimos, particularidades claras em relação à sua dinâmica migratória e as trajetórias. Em Matão todos são piauienses; no Piauí, cada qual pertence à um interior ou à cidade, existem diferenças sociais e identidades que se apresentaram para mim graças à imersão em campo.

Mas, além de se discutir as possibilidades entre o ir e o ficar, como aponta Menezes (2012), devemos nos atentar para a compreensão de como são tratadas de forma subjetiva as possibilidades objetivas de trabalho e de vida. No sentido de que “a condição de mobilidade não expressa, portanto, desenraizamento, desagregação familiar, mas, antes, uma permanente recomposição e ressignificação de suas redes de relações sociais” (MENEZES, 2012, p. 26).

De maneira análoga, Silva (2008b) assinala que mesmo com as modificações ocorridas nos local de origem vinculadas à inserção de novas mercadorias, as quais reproduzem novas formas de relações sociais e uma nova paisagem social, não há uma anulação do espaço social anterior. Assim, para a autora (SILVA, 2008b), ambos os espaços, o tradicional e o moderno, coexistem e se redesenham, segundo o processo migratório.

Essas percepções ficam evidentes nas verbalizações acerca do “trabalho perdido” no local de origem. Realiza-se, na visão dos trabalhadores rurais migrantes, o trabalho sem a garantia de que esse irá render-lhe alguma produção, para consumo próprio ou comercialização, por causa das condições climáticas desfavoráveis. A fala de dona Luiza sobre o trabalho na roça exemplifica esta situação:

Na roça lá [Piauí] você trabalha pra si, se Deus der inverno, a gente ganha. Se não der, a gente perde todo o trabalho. (...) Lá é outro sistema, porque, assim, se eu planto feijão, milho, se Deus não der inverno, nós já perde o trabalho. Então trabalhar de roça, ninguém vai. Porque o tanto de safra que nós já perdemos trabalhando. Aquele tempo todo... sem ganha nada, né? Pra gente viver. Hoje em dia eu vivia de vender uma galinhazinha, um porquinho, né? Ovo da galinha, pra fazer aquela feirinha pra semana né? (...) Ai tinha que pagar um frete pro carro passar lá na casa, trinta reais. Ai fica tudo difícil, é por isso que o povo num que mais, eles têm razão. (...) Aqui não, aqui é tudo diferente, aqui tudo que você faz [na roça] você tem seu dinheirinho. E lá não, lá só tem se Deus der inverno, se não der. [Entrevista realizada em Matão/SP, no dia 13/07/2013]

Nesse contexto percebemos as características que diferenciam a percepção do trabalho no roçado piauiense e do trabalho nos pomares paulistas. Em Jaicós o individuo trabalha, muitas vezes, “para si mesmo”, mas tem sua atividade condicionada, diretamente, ao clima, ou seja, a ocorrência de um “bom inverno”, de um período favorável de chuvas para o plantio e cultivo. Além disso, a comercialização da produção é feita através de um

capital inicial pago aos atravessadores que levam as mercadorias até a feira jaicoense e para outras feiras da região. Para Luiza, o trabalho rural assalariado no destino se apresenta de forma diferente, para ela “é outra vida”, pois não é perdido já que é remunerado, nesse sentido, há uma certeza de pagamento pelo trabalho realizado.

Os questionamentos acerca da “perda” da efetividade do trabalho, em termos monetários e sociais, se referem ao processo de capitalização das relações de trabalho no campo (WANDERLEY, 2011) e as transformações nos padrões de consumo ocasionados pela própria migração que gerou nessa população novos hábitos de consumo (SILVA, 2008b). Ademais, o trabalho nas roças do interior não se associa somente às famílias rurais, alguns moradores dos bairros-rurais visitados em Jaicós já haviam trabalhado no regime de diária nas propriedades rurais em anos anteriores.

Outras formas de assalariamento da população migrante, particularmente, dos habitantes das áreas urbanas são: o trabalho não formal, o emprego no comércio familiar e o emprego no setor público, de forma não registrada, através de favores eleitorais. Nas comunidades rurais, quando o trabalho “não é perdido”, a população rural costuma comercializar seu trabalho nas feiras, além de arrendar as terras para outros pequenos produtores. Com isso em vista, pretendemos discutir no próximo tópico acerca do assalariamento rural na citricultura paulista.

Figura 19: Folhas de Carnaúba na Várzea Queimada



Fonte: PEREIRA, G.G. e MACIEL, L.M. Banco de Imagens do Observatório das Migrações em São Paulo (2013).

Figura 20: Casa com azulejos na comunidade rural do Barreiro, Jaicós/PI



Fonte: PEREIRA, G.G. e MACIEL, L.M. Banco de Imagens do Observatório das Migrações em São Paulo (2013).

3.3 O Assalariamento Rural na Citricultura Paulista

Os nexos que se estabelecem entre o assalariamento rural no interior paulista e a temporalidade do movimento migratório de trabalhadores rurais migrantes são densamente destacados em estudos de Silva (1999 e 2008), Menezes (2002), Vettorassi (2010), Maciel (2013) e Oliveira (2012).

Até meados de 1990, entendia-se como assalariado rural, nas palavras de Mello (1976, p.55), “(...) o trabalhador rural que recebe seu pagamento através de uma quantia fixa mensal e em dinheiro”. Esse trabalhador é compreendido também na categoria “bóia-fria” e, que se ilustraria por uma força de trabalho altamente disponível para todo tipo de trabalho rural, o que lhe confere uma instabilidade econômica frente ao mercado de trabalho formal (MELLO, 1976 e SILVA, 1999).

A denominação de bóia-fria, para as autoras, se aplicaria aos trabalhadores volantes que constituem o exército industrial de reserva, ou seja, os que são frutos do processo de liberação de mão de obra em decorrência da inserção dos meios capitalistas no campo. Esse cenário ocasionou uma expulsão dos camponeses para as periferias urbanas, conjuntura que poderia enveredar para a constituição de fluxos migratórios de longa distância. Tanto nos estudos clássicos dessa temática (MELLO, 1976 e MARTINS, 1982) quanto das migrações internas (SINGER, 1976) a percepção central era de que o trabalhador rural migrante se apresentava como um ser social constituinte de uma estrutura capitalista, o qual era, portanto, moldado segundo as contingências econômicas e sociais.

Os estudos mais recentes de Maria Aparecida de Moraes Silva (2008a e 2008b), de Marilda Menezes (2002 e 2012) e de Maciel (2013) nos propõem a repensar a migração e o trabalho rural a partir da agência do indivíduo e seu potencial de transformação acerca das distinções sociais, das estratégias de reprodução social e da pluralidade por trás do discurso sobre o melhorar de vida. Em síntese transpõem-se os questionamentos que dizem respeito aos movimentos migratórios:

(...) há um deslocamento do olhar da migração para os sujeitos dessa ação – os migrantes – enquanto sujeitos que, embora condicionados por condições estruturais, econômicas, sociais, políticas e culturais, também, atuam sobre essas

condições, significando-as, atribuindo-lhes significados a partir de seus projetos de vida individuais e familiares. (MENEZES, 2012, p. 35)

Em mesma linha, Maciel (2013) ao estudar os trabalhadores rurais-urbanos de São Carlos sinaliza que o sentido de melhorar de vida possui significados distintos para os indivíduos migrantes podendo representar, além da melhoria da situação econômica, a autonomia de mulheres frente ao esquema tradicional de dominação masculina e o acesso aos direitos sociais. A autora também pondera em outro trabalho (MACIEL e BAENINGER, 2011) como o trabalho rural, quando formal, pode ser visualizado como vantajoso para os migrantes:

Alguns trabalhadores enfatizam que na colheita da laranja é aberta a possibilidade de ganhos maiores, pois o que conta é a produtividade, assim há uma valorização entre os trabalhadores dessa ocupação em relação à outras. (MACIEL e BAENINGER, 2011, p. 14)

Silva (2008a e 2008b) destaca, em seus estudos sobre o local de origem dos trabalhadores do corte de cana de açúcar, que a distinção social é traduzida pelas transformações das casas, como vimos no tópico anterior, que ocorrem particularmente no interior, e pela modificação do consumo de mercadorias (televisão, aparelhos de sons, motocicletas, aparelhos celulares, entre outros). O consumo, segundo a autora, não justifica sozinho, mas potencializa a construção de novas identidades sociais e individuais que são assumidas por aqueles que fazem parte do processo migratório.

Menezes (2002 e 2012) em seus trabalhos sobre os paraibanos no Estado de São Paulo salienta que a migração é parte integrante das estratégias de sobrevivência e reprodução da população camponesa, assim como, faz parte da dinâmica familiar e se constitui uma experiência intergeracional. A autora (MENEZES, 2012) destaca que as migrações dos paraibanos, anteriormente direcionada para o ABC paulista, redirecionaram-se para o emprego no corte de cana no interior de São Paulo, o que ocasionou não somente uma modificação da rota migratória, mas uma fragilidade da condição de trabalhador desses indivíduos.

Sob esse contexto, ainda pontuamos que se fez necessário compreender, no momento da pesquisa, a importância do seguro-desemprego na tomada de decisão entre o momento de partida e da chegada em Jaicós/PI⁶⁵. Além da preocupação de como se organizará a dinâmica intra-familiar entre aqueles que ficam e os que se ausentam fisicamente (MENEZES, 2002, SILVA, V. 2006 e SILVA, M. 2008a e 2008b), a obtenção desse benefício social promove a reorganização do tempo de estadia no local de destino.

É comum, portanto, a presença do “seguro” no discurso dos entrevistados, mesmo nos casos em que a nossa entrevista não planejava inicialmente ser conduzida para o universo do trabalho. O seguro era visto como parte estruturante das condições que delimitam a percepção de “sucesso” da migração no momento do retorno e também é ele quem mediava a vivência desses indivíduos em relação aos seus próprios direitos sociais e civis.

Ocorria, inclusive, uma sensibilização da população quando algum conhecido não conseguia por questão de alguns dias de trabalho obter o seguro. Ou seja, a não garantia de renda fixa pelos meses vividos no entre-safra no local de origem. Podemos observar esse dado de campo, pela fala de Lourdes, moradora da comunidade do barreiro e quatro safras em Matão (2006, 2008, 2010 e 2011):

É eu trabalhei quatro mês na Cambuhy e [anteriormente] dois no fundo de quintal. Ai não juntou o mês da Cambuhy. Foi ruim. Só que da outra vez que eu fui ai eu trabalhei no Fischer. No meu tempo era Fischer, agora eu acho que mudou. Ai eu peguei meu seguro lá, foi bom demais! Arrumei minhas coisinhas.
(Entrevista em Jaicós/PI, no dia 15/12/2013)

O excerto acima nos traz outra informação importante que é a centralidade das plantações de “fundo de quintal” para a manutenção temporária dessas pessoas no período

⁶⁵ As modificações anunciadas pela equipe econômica federal enunciam o aumento de carência para solicitação do seguro-desemprego que passaram de 6 para 18 meses nos últimos 24 meses trabalhados na primeira solicitação. Já na segunda solicitação o prazo passou de 6 para 12 meses nos últimos 16 meses trabalhados, e na terceira manteve-se a carência de 6 meses. As mudanças, contudo, ainda carecem de aprovação no Congresso Nacional. Para maiores informações: HAUBERT, M. “Dilma admite negociar com congresso mudanças em benefícios trabalhistas”. Folha de São Paulo Online. 20/02/2015. <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/02/1592332-dilma-admite-negociar-com-congresso-mudancas-nos-direitos-trabalhistas.shtml>> e, CRUZ, V.;SOFIA, J. “Governo vai recuar em mudanças no seguro-desemprego”.Em Folha Mercado. 27/01/2015. <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/01/1580972-governo-vai-recuar-em-mudancas-no-seguro-desemprego.shtml>>

entressafra ou na ausência de possibilidade de emprego formal na colheita da laranja. Os fundos de quintais em Matão abrigam plantações, em sua maioria, de goiaba e laranja. Todavia, trabalhar informalmente no destino, seja em empregos urbanos (construção civil e doméstica), seja em empregos rurais não é bem visto pelos trabalhadores migrantes, pois não existem garantias legais de recebimento do salário ou do seguro.

A narrativa de Ana, 30 anos, colhedora de laranja há mais de três safras em Matão, nos reforça a importância do seguro-desemprego no momento da tomada de decisão:

*Meu irmão me ligou e disse: Ana, você não quer vir pra Matão pra trabalhar na laranja e conseguir o seguro-desemprego? E minha mãe já tinha trabalhado em São Paulo e pegado o seguro-desemprego, minha mãe e meu pai falavam muito que pegar o seguro-desemprego era uma das melhores coisas porque era um dinheiro, né? **Que a gente tinha direito.** Seguro-desemprego e tudo. Ai eu digo: meu sonho é pegar esse seguro! Então eu vou. (Entrevista realizada em Matão/SP, no dia 13/07/2013: Grifos nossos).*

O seguro-desemprego se apresenta, portanto, como um benefício social garantido constitucionalmente⁶⁶ traduzido pelo auxílio financeiro temporário que pode ser dividido de três à cinco parcelas e destina-se, essencialmente, aos trabalhadores do mercado de trabalho formal demitidos sem justa causa, aos trabalhadores resgatados em condições análogas à escravidão, ao pescador artesanal em razão do defeso⁶⁷ e aos empregados dispensados do serviço em decorrência de estudo. O valor das parcelas é calculado de acordo com a média das três últimos salários e pode variar de R\$724 à R\$ 1.304,63.

Para ter acesso à esse benefício, o trabalhador deve ter contribuído no mínimo seis meses, ou seja, estar alocado no mercado de trabalho formal nesse período. No caso da categoria de trabalhadores volantes, o seguro costuma ter somente três parcelas em decorrência do tempo médio de contrato que dura entre seis e oito meses variando de acordo com o ano-safra.

⁶⁶ Lei n.º 998, de 11 de janeiro de 1990, alterado pela Lei n.º 8.900, de 30 de junho de 1994 (Portal do Ministério do Trabalho). Maiores informações: <http://portal.mte.gov.br/seg_desemp/seguro-desemprego.htm>. Nossas reflexões se valem ao momento anterior da proposta de mudança do governo federal.

⁶⁷ Interdição da pesca no período de reprodução das espécies-alvo de pescarias visando a preservação do meio ambiente.

A contratação para a colheita da laranja costuma se efetivar, segundo os dados de campo e estudos anteriormente desenvolvidos sobre a categoria (SILVA, 2008c; BARBOSA e ALVES, 2008 e 2009 e MACIEL, 2013), através dos empreiteiros. Estes são, em geral, antigos trabalhadores rurais e, muitas vezes os responsáveis pelo transporte dessa mão de obra entre a área urbana e as propriedades rurais (SILVA, 1999; VETORASSI, 2010; MACIEL e BAENINGER, 2011). Outra figura importante na dinâmica laboral da citricultura é o fiscal de turma, responsável pela contabilização das horas trabalhadas e da produção dos colhedores⁶⁸.

Rubem, um empreiteiro na cidade de Matão/SP, explicou-nos em maio de 2012 sobre a “inscrição” das pessoas para a colheita da laranja. Cujas efetivação se dá ora a partir de uma “ficha” da empresa distribuída entre os trabalhadores no momento da chegada destes na “Rodoviária dos Piauí”, ora pelo contato destas pessoas com o empreiteiro via telefone celular. Em um momento posterior ao preenchimento da ficha, o empreiteiro, em conjunto a um representante da área de recursos humanos da empresa, visita a residência destes trabalhadores com o intuito de verificar as “condições” físicas e higiênicas do local, característica condicionante, mas não determinante para a contratação final⁶⁹.

Os trabalhadores agrícolas na fruticultura em Matão são contratados, em sua integridade, para trabalharem de 41 a 44 horas semanais (RAIS, 2012), isto é, de 7 a 8 horas por dia. A jornada de trabalho dos colhedores de laranja se inicia na madrugada e encerra-se nas horas finais da tarde, ou seja, das 05hrs às 18hrs. A cidade paulista possuía, em dezembro de 2012, 8.829 vínculos ativos atrelados à categoria ocupacional de Trabalhadores Agrícolas da Fruticultura, desses 37,68% eram referentes aos vínculos femininos e 62,31% aos masculinos.

É comum a existência de uma divisão sexual de tarefas na colheita. Em geral, as mulheres ficam responsáveis por “catarem” as laranjas e os “homens” por derrubarem ela do pé, normalmente, se utilizando de escadas. Contudo, existem casais que trabalham

⁶⁸ Como já apontavam os estudos de Maciel (2012), os trabalhadores da citricultura, normalmente, não tem conhecimento de quem realmente os contrata. Era comum em suas narrativas, eles explicarem que haviam sido contratados pelo fazendeiro do Fischer em referência à Citrosuco (Grupo Fischer).

⁶⁹ Em janeiro de 2013 fui convidada pela Citrosuco para uma reunião com o departamento de Recursos Humanos Agrícola no qual fui informada que parte da preocupação acerca das moradias se baseava na tentativa de certificação da empresa.

separadamente e juntam seus ganhos somente no final de cada mês. Entretanto a maior abertura à mão de obra feminina é, muitas vezes, permeada pela dominação masculina frente à decisão da mulher em acompanhar o marido e trabalhar na safra.

Assim, além desta ficar responsável pela manutenção da ordem doméstica, pelo cuidado das crianças e pela limpeza da casa, é ela também a responsável pela preparação da comida que será levada à roça e por lavar os uniformes de trabalho. Em somatória, a presença feminina, desde que maior de idade, tende a potencializar os ganhos familiares. Podemos observar essa inferência de forma mais evidente na fala de Lourdes, ex-colhedora, a seguir:

Ai no Matão, homem e mulher trabalha, ai os homem acha mais melhor. Porque levava as mulher, assim, de modo a trabalhar pra ajudar, ajudava e lavava a roupa. E, eles indo só, eles eram forçados a lavar a roupa deles. Ai se ele pode levar mulher, eles acha mais melhor. Porque levando lá as mulher, elas sempre trabalha. Cuida da casa. (...) Em São Paulo, eles achava ruim a modo de paga alguém pra lavar a roupa, porque homem num é sempre que lava a roupa né? (...) Tem deles que não leva, assim, sabe [mulher] de menor, assim é difícil de levar. Porque é mulher de menor, ai não pode trabalhar, eles que leva as mulher que já tem a idade pra trabalha na roça mais eles. (...) Trabalhava, assim, de domingo e de sábado, lavava a roupa e arrumava a casa. (Entrevista realizada em Jaicós/PI no dia 15/12/2013).

Nessa conjuntura, temos que mesmo se tratando de um mercado de trabalho que permite uma maior participação da mão de obra feminina, em comparação à cultura canavieira, o assalariamento rural na citricultura é fundamentado no mercado laboral masculino, o qual articula como salienta Silva (2008b), os territórios de origem e de destino.

No que concerne ao rendimento médio desses trabalhadores, esse se centraliza nas faixas de 1 a 3 salários mínimos, o que equivalia, na época, entre R\$ 622 e R\$ 1.866 (RAIS, 2012). Sendo que um trabalhador costuma colher entre três à oito sacolões (bags) diários, cada sacolão pode pesar em média 600 kg (MOLIN e MASCARIN, 2007).

A distribuição etária dessa mão de obra, sem diferenciação por sexo, concentra-se, como vemos pela Tabela 38, nas faixas etárias abaixo dos 39 anos de idade. Ao analisarmos a composição por sexo, observamos que os homens de 18 a 24 anos possuem maior representatividade no total de vínculos masculinos do que as mulheres dessa mesma faixa

etária no total de vínculos femininos. Contudo, a concentração de vínculos femininos, assim como, masculinos ocorre na faixa etária de 30 a 39 anos de idade.

Tabela 38: Vínculos Ativos dos Trabalhadores Agrícolas da Fruticultura por faixa Etária e sexo, em Matão/SP, 2012.

Faixa Etária	Homens	Mulheres	Total
18 a 24 anos	1.188	444	1.632
25 a 29 anos	943	510	1.453
30 a 39 anos	1.499	1.045	2.544
40 a 49 anos	1.072	883	1.955
50 a 64 anos	752	436	1.188
65 anos ou mais	48	9	57
Total	5.502	3.327	8.829

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais, 2012. Observatório das Migrações em São Paulo (FAPESP-CNPq/NEPO-Unicamp)

Em relação ao nível de escolaridade, sem diferenciação por sexo, a Tabela 39 nos indica que a maioria dos vínculos ativos se relacionava aos trabalhadores que possuíam de 6ª a 9ª série do ensino fundamental. Os casos (23) que se apresentaram com superior incompleto e superior completo relacionam-se aos trabalhadores autônomos que não se enquadram como colhedores de laranja, mas são abarcados na categoria ocupacional de trabalhadores agrícolas da fruticultura.

Já em referência ao tempo médio de emprego, obtido através dos vínculos inativos, temos que 85% (7.586) dos 8.140 desligamentos ocorreram em um período inferior a um ano trabalhado. Sendo 4.621 destes realizados no período de 2 a 5,9 meses e 2.965 entre 6 e 11,9 meses. Outro fator interessante é que o primeiro semestre do ano de 2012 concentrou 69% dos desligamentos daquele ano (vide Tabela 40).

Tabela 39: Vínculos Ativos dos Trabalhadores Agrícolas da Fruticultura segundo a Escolaridade Agregada, em Matão/SP, 2012.

Escolaridade Agregada	Número Absoluto	Distribuição
		Relativa (%)
Analfabeto	488	5,53
Até 5ª Incompleto	1.380	15,63
5ª Completo Fundamental	1.091	12,36
6ª a 9ª Fundamental	2.266	25,67
Fundamental Completo	1.244	14,09
Médio Incompleto	1.573	17,82
Médio Completo	764	8,65
Superior Incompleto	13	0,15
Superior Completo	10	0,11
Total	8.829	100,00

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais, 2012. Observatório das Migrações em São Paulo (FAPESP-CNPq/NEPO-Unicamp)

Ao investigarmos os motivos de desligamento (Tabela 39), notamos que a maior parte destes ocorreu, no primeiro semestre, em decorrência da demissão sem justa causa vinculada ao termino da safra que costuma ocorrer entre os meses de janeiro e fevereiro. Já no segundo semestre, os desligamentos sem justa causa representam, em muitos casos, o retorno desses trabalhadores ao local de origem sem necessariamente completarem o ano-safra.

Tabela 40: Vínculos Inativos por Motivo e Semestre de Desligamento dos Trabalhadores Agrícolas da Fruticultura, em Matão/SP, 2012.

Motivo de Desligamento	Semestres	
	1º	2º
Demissão com Justa Causa	22	120
Demissão sem Justa Causa	5.193	381
Término Contrato	245	152
Desligamento sem Justa Causa	176	1.843
Falecimento	2	6
Total	5.638	2.502

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais, 2012. Observatório das Migrações em São Paulo (FAPESP-CNPq/NEPO-Unicamp)

Os desligamentos ocasionados por motivo de falecimento ilustravam 5 casos de indivíduos da faixa etária de 25 a 39 anos, 2 casos pertencentes ao grupo etário de 50 a 64 anos e 1 caso ao grupo de 65 anos ou mais. Desses 2 eram mulheres e 3 homens de 25 a 39 anos, e os demais eram homens (vide Tabela 40). Todos os falecimentos ocorreram, de acordo com a base de dados da Relação Anual de Informações Sociais de 2012, em empresas que possuíam CNPJ e com mais de mil funcionários, o que representariam, potencialmente, as indústrias processadoras de suco, responsáveis por parte majoritária das contratações.

A discussão acerca dos acidentes e mortes causados pela imposição de um intenso ritmo de produtividade dentro dos laranjais e canaviais paulistas já foi explorada em outros trabalhos (ALVES, 2006 e SILVA, 2008c). Para Silva (2008c), o tema se apresenta, entretanto, imbricado em possíveis constrangimentos relacionados ao receio dos trabalhadores rurais em receberem retaliações por suas denúncias, por parte dos detentores do processo produtivo.

No caso da laranja as principais queixas encontradas se enquadram na má qualidade dos equipamentos de proteção individual (EPI), particularmente, dos óculos de proteção que tendem a embaçar conforme são feitos os movimentos de derrubada da laranja, os acidentes provocados pelo uso de escadas, casos de cegueira ocasionados por galhos, picadas de cobra, além de o uso de venenos pesticidas como o carbendazim que acarreta, muitas vezes, alergias de pele e problemas respiratórios. Foi constatada também uma morte oficialmente divulgada⁷⁰ de um fiscal de turma em razão do uso de veneno⁷¹. A comoção da população jaicoense ocasionou, inclusive, a confecção de camisetas com seu rosto estampado.

⁷⁰Maiores informações: Trabalhador rural morre por envenenamento (10/10/2012):

<http://www.saibaja.com.br/tv-matao/noticia/1430-matao-trabalhador-rural-morre-por-envenenamento>

⁷¹ O veneno é aplicado, segundo os trabalhadores, por um trator e possui um forte odor que lembra, para alguns, o cheiro de inseticidas para o combate às formigas.

Figura 21: Alergia de pele ocasionada, segundo ex-colhedor, pelo uso de veneno em Matão/SP.



Fonte: PEREIRA, G.G. e MACIEL, L.M. Banco de Imagens do Observatório das Migrações em São Paulo (2013).

Os trabalhadores são orientados a se higienizarem antes de iniciarem a colheita, esse procedimento envolve a lavagem das mãos e dos pés em uma água que alguns colhedores afirmam se tratar de “veneno”:

Edmundo: É, ai antes de sair tinha que lavar mas não passava nada não. (...) Ai tem as coisas de lava os carro com veneno fica bem aqui ó (apontando) o de lavar os ônibus e bem aqui em seguida o da gente, mas é tudo aberto sabe? Ai a gente passava aqui, era gente passando pra lavar a mão e o carro lá envenenando. Pra lavar os carros, os veneno vinha tudinho em cima da gente também.

Segundo as informações captadas no Hospital Estadual Floriza Silva, em Jaicós/PI, os primeiros indicativos da intoxicação por veneno costumam ser a falta de ar e uma dor na região dos rins. A utilização do carbendazim, um dos principais agrotóxicos utilizados, começou a ser restringida nos laranjais paulistas, em 2012, após o embargo do governo

norte-americano em decorrência de resquícios desse fungicida no suco de laranja concentrado exportado ao país⁷².

Apesar de tais contingências, o assalariamento na citricultura é bem visto pelos trabalhadores em geral. Como aponta Silva (2006) por se tratar de um “trabalho aberto”, a colheita da laranja se apresenta mais valorizada pelos trabalhadores em relação ao trabalho no qual há um maior controle sobre o tempo trabalhado. Ser “patrão de si mesmo” foi um dos motivos mais destacados nos discursos dos trabalhadores rurais entrevistados. A preferência pelo trabalho na laranja frente aos outros trabalhos é presente, principalmente, nos discursos das colhedoras, como vemos na fala de Maria:

*É assim, né? É produção. Lá ninguém fala assim: “Ah o serviço ta errado”, “Esse serviço é assim”, num tinha entendeu? Lá era por conta minha. Ela [empregadora] me ensinava e saía. Não ficava no meu pé. **Eu acho bom, é isso aí que ninguém ficava me enjoando.** Você fazia o que você podia fazer. [Entrevista em Jaicós/PI, no dia 10/12/2013; grifos nossos]*

O destaque em negrito se refere ao seu antigo trabalho em casa de família como empregada doméstica. Assim, para essa ex-colhedora o trabalho na colheita da laranja simbolizava que ela mesma ditava seu próprio ritmo de rendimento, além de aparentar um ambiente de trabalho sem uma supervisão constante. Entretanto, o ganho por produtividade também gera uma concorrência pela maior produção entre os próprios colhedores:

***Maria:** Só que na laranja é assim, na laranja o povo é muito ambicioso, se tu tiver com um sacolão, faltando uma sacola pra enche e eu tive no chão, ele não dá. Se você tiver, cê num dá. Isso é muito ambicioso. Só que pra si sabe? Tem olho grande! Se você disser quanto foi que você tirou no holerite, eles fica tudo com olho. Não pode dizer quanto você tirou. Ele são ambicioso. Na laranja é.*

***Entrevistadora:** Mas, pra querer tirar mais?*

***Maria:** Exatamente pra querer tirar mais que você. Sempre você não quer ficar por baixo, quer tirar mais. E é todo mundo. A gente também é assim, porque tem gente que é assim se você tira pouco eles vai espalhando que você não colhe, que você é aranha (Entrevista em Jaicós/PI, no dia 10/12/13).*

⁷² Matéria veiculada no portal on-line do G1: “Citricultores de SP devem substituir fungicida proibido pelos EUA” (<http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2012/02/citricultores-de-sp-devem-substituir-fungicida-proibido-pelos-eua.html>)

Alves (2006), em seu estudo sobre os cortadores de cana no interior paulista, destaca que quando os trabalhadores recebem por produção e tem seu pagamento associado a sua produção diária se transfere ao trabalhador a responsabilidade do ritmo do trabalho, que é a atribuição do capitalista. O autor ainda pondera que a quantidade de rendimento do trabalhador depende, exclusivamente, de sua força e habilidade que não são, necessariamente, condicionadas às necessidades de produção do empregador, em nosso caso, das indústrias processadoras de suco.

A fala de Maria mostra a competitividade e fiscalização coletiva que cada colhedor vivencia diariamente, as quais ocorrem através de brincadeiras jocosas e apelidos aos maus colhedores (Aranha) e bons colhedores (pai da turma) congregam na fortificação do ritmo de produtividade entre os integrantes da turma de colhedores.

O ganho advindo da colheita da laranja é materializado através da compra de mercadorias no local de origem. O ter se apresenta como uma unidade importante para entendermos um pouco mais da competitividade gerada e dos marcadores sociais que se associam as casas reformadas na origem e a compra de mercadorias:

Ana: Tudo que eu tenho de casa é de Matão, então eu valorizo muito esse serviço porque sem esse serviço da laranja eu não teria minha geladeira boa, que eu tenho vocês vão vê lá. Eu tenho um guarda roupa bom. Tenho a minha cama boa. Eu tenho meu armário bom, eu tenho minha mesa boa. Eu tenho tudo na minha casa, de móvel bom sabe? Mas, eu não tenho nada aqui. Nem uma cadeira pra sentar, eu não tenho. Tenho minha casa boa. Que eu posso recebe cem pessoas. Tem uma varanda boa (...) Tenho minha propriedade cercadinha lá. E se não fosse Matão, eu não teria nada disso. O que eu tenho dentro da minha casa.

A fala de Ana retrata um ponto-chave do ter como representação social (SILVA, 2006). No local de destino ela e sua família residiam, em 2013, em dois pequenos cômodos, dividindo banheiro e o tanque de lavar roupa com mais três famílias. Na casa do destino, Ana não possui “nada”, mas na origem ela “tem” uma casa boa, moradia que ela conseguiu, em sua visão, graças ao seu trabalho no “serviço” da laranja. A visualização das conquistas materiais dessa população através desses marcadores sociais permite também que compreendamos a inexistência, para essas pessoas, do “trabalho perdido” no local de destino.

O trabalho rural, ou seja, o assalariamento no mercado de trabalho formal, ou primeiro registro em carteira, pode muitas vezes, se apresentar nas primeiras abordagens como principal motivador das migrações temporárias. Assim como as contraposições e disparidades socioeconômicas se apresentam como justificativas plausíveis para a compreensão de fluxos direcionados do nordeste para o sudeste do país.

Todavia, as migrações se constituem como parte integrante da dinâmica social da população jaicoense. As idas e vindas se apresentam, portanto, como condicionantes chaves para compreendermos porque cada comunidade rural possui um comportamento migratório diferenciado e porque a maior preocupação desses indivíduos além do retorno é a reforma e a manutenção da casa da origem, mesmo quando a moradia ficará fisicamente desocupada na maior parte do ano. Socialmente, visualizamos em campo que a casa fechada simboliza uma presença dos ausentes, que por se ausentarem fazem parte “dos que foram para o mundo”, ao mesmo tempo em que a migração os torna parte “da cidade” ou “do interior” na origem e os “Piauí” no destino, traduzindo uma espécie de identidade ausência que os faz presentes nesses espaços.

Além disso, o fenômeno da migração “permanentemente” temporária (SILVA, 1999; 2008a e 2008b) não teve início somente com a vinda de jaicoenses para a colheita da laranja no interior de São Paulo⁷³. As chegadas e partidas desses trabalhadores já existiam anteriormente, como vimos, para a capital do Piauí, para a Região Metropolitana de São Paulo e para a colheita do coco na Bahia. O espaço, portanto, além de se apresentar como local de destino e local de origem transformou-se em recurso para os novos deslocamentos (BAENINGER, 2012). A migração para a colheita da laranja assentou-se na migração dos pioneiros (como João) alocados no mercado de trabalho urbano para o interior de São Paulo, e, simultaneamente na circulação de mercadorias no município de Jaicós/PI que foram produzidas na cidade de Matão/SP.

As narrativas oferecidas pelo retorno da população de migrantes “permanentemente” temporários, em conjunto, a aquisição de mercadorias e das reformas nas casas, concatenou no fortalecimento de uma cultura migratória (SILVA, 2008a e

⁷³ Obtivemos indícios em campo de que há um novo fluxo de colhedores de laranja, iniciado há cerca de cinco anos, para a cidade de São Manuel/SP.

2008c) no município de Jaicós/PI. As distinções sociais nessa sociedade perpassam, assim, a migração “permanentemente” temporária (SILVA, 1999) que se apresentou como experiência intergeracional (MENEZES, 2002), pois é parte estruturante da dinâmica social.

Nesse sentido, as idas e vindas entre os municípios de Matão/SP e Jaicós/PI traduzem não só a divisão social do trabalho (BAENINGER, 2012; OLIVEIRA, 2012), mas de mesma forma, a dinâmica social jaicoense que interliga ambos os espaços tornando-os fluídos (BAENINGER, 2012)

Considerações Finais

A proposta central de construção dessa dissertação se fundamentou na compreensão dos lugares de origem e destino como complementares para apreensão da migração “permanentemente” temporária (SILVA, 1999, 2008a e 2008b) estudada. As inquietações iniciais se traduziam pela manutenção da tendência de movimentos migratórios “permanentemente” temporários no interior de São Paulo, particularmente, em um espaço urbano que foi beneficiado por sua inserção econômica e social (CANO, 1988) através da citricultura paulista.

Os colhedores de laranja figuram, assim, como integrantes do processo produtivo responsável pelas transformações intra-urbanas da cidade de Matão/SP e por grande parte de seu papel dentro da hierarquia da rede urbana da região administrativa central. Existiram condições históricas favoráveis para a constituição desse município como lócus privilegiado de atuação do agronegócio citrícola na região. Contudo, o direcionamento de um determinado fluxo migratório para o assalariamento rural não poderia ser compreendido somente pelos condicionantes econômicos.

Um primeiro esforço se deu pela aproximação da população migrante através das instituições que atuavam frente à demanda de serviços sociais criada nessa conjuntura. As parcerias com a Secretaria de Assistência e Bem-Estar Social e com o Serviço Pastoral dos Migrantes viabilizaram, nesse sentido, o contato inicial e as inferências mais básicas dessa pesquisa como a distribuição desses migrantes nos bairros mais periféricos e a pré-existência de uma rede social que articulava origem e destino.

Nesse contexto, a utilização do CadÚnico como fonte de dados secundária se apresentou como um importante recurso que auxiliou no direcionamento desse trabalho para um estudo mais aprofundado da cidade de Jaicós/PI. Destacamos, ainda, que esse banco de dados mostra-se potencialmente apto na contribuição de futuros estudos sobre família, migração, padrões fecundidade e mercado de trabalho.

Ademais, visualizaram-se encadeamentos migratórios anteriores à migração jaicoense ilustrados pela presença de paraibanos, mineiros e paranaenses em Matão desde meados da década de 1980. As redes sociais presentes na circulação de trabalhadores rurais

migrantes piauienses são, muitas vezes, perpassadas por agentes que atuam tanto em Matão quanto em Jaicós. Desse modo, não há como entender esse fenômeno social sem a análise de ambos os espaços que configuram a migração: o destino e a origem.

Em Jaicós/PI, a migração comporta-se como elemento estruturante da dinâmica social. As idas e vindas da população rural e urbana, principalmente de baixa renda, não se destinam somente para o interior de São Paulo, mas, inclusive para outros estados ainda que vinculados, quase sempre, a empregos temporários.

O assalariamento no mercado de trabalho formal associado, majoritariamente, ao trabalho na colheita da laranja em Matão, na época da pesquisa, potencializava a obtenção do seguro-desemprego. Esse benefício social se configurou como uma das motivações para a migração “permanentemente” temporária dessa população, e viabilizava, em conjunto ao “acerto”, ao “fundo de garantia” e as remessas enviadas, o fortalecimento dos marcadores sociais (SILVA, 2008b) no local de destino.

Em síntese, pudemos aferir que o fluxo migratório, direcionado ao trabalho rural na Cidade do Agronegócio cítrícola, se constituiu historicamente ao longo de três momentos. O primeiro, entre as décadas de 1960 a 1980, fundamentou-se na relação entre mobilidade espacial e ascensão social (SINGER, 1976; DURHAM, 1984), direcionando-se aos grandes pólos de atração regional ou, alternativamente, à Região Metropolitana de São Paulo. Nesse momento, a mão de obra migrante se alocava nos setores de prestação de serviços, na construção civil e na indústria.

O segundo momento se apresentou em meados da década de 1980 com o processo de comercialização de equipamentos agrícolas produzidas por indústrias associadas ao agronegócio em Matão/SP para áreas rurais de outros Estados brasileiros. Esse período viabilizou um primeiro contato com o espaço produtivo da Cidade do Agronegócio (ELIAS e PEQUENO, 2006 e 2007), e, corroborou para o surgimento de fluxos migratórios direcionados ao mercado de trabalho urbano proporcionado pelas indústrias de implementos e máquinas agrícolas.

O terceiro, e, atual momento, se iniciou nos anos finais da década de 1990, e se caracterizou pelo emprego da mão de obra migrante no meio rural paulista, especialmente

pela intensificação do ritmo de trabalho no campo vinculada ao aumento da produtividade exigida nas culturas agrícolas (SILVA, 2008a; SILVA e MELO, 2011).

Essas inferências se tornaram possíveis pela compreensão da necessidade de entendimento dos locais de origem e de destino como partes integrantes e justapostas da migração (BAENINGER, 2011 e 2012). Particularmente pelas transformações sociais, econômicas e demográficas que ocorreram nesses espaços nos períodos da safra e da entressafra da laranja. Essas transformações foram ponderadas, em nosso caso, pelo trabalho de campo desenvolvido nas cidades de Matão/SP e Jaicós/PI durante os anos de 2011 e 2013 e, pela combinação de fontes de dados secundárias como a Relação Anual de Informações Sociais e os levantamentos do Censo Demográfico e informações do CadÚnico.

Reforçamos, aqui, a centralidade da pesquisa de campo como recurso delineador de nosso trabalho. As primeiras inquietações sobre os piauienses e sua presença em Matão/SP surgiram ainda na graduação, em meados de 2010, como proposta de projeto de pesquisa. A compreensão de um fenômeno social de tal complexidade requereu a combinação de distintas fontes de dados secundárias com as visitas à campo que se desenrolaram nesses últimos quatro anos. Como matonense a reflexão acerca de um aspecto da vida cotidiana na cidade, no caso a circulação dos colhedores de laranja e dos ônibus rurais no espaço intra-urbano (VILLAÇA, 2012), tornou-se o ponto de partida das reflexões aqui presentes que foram balizadas pelos conceitos de migração “permanentemente” temporária (SILVA, 1999), de rotatividade migratória (BAENINGER, 2012) e de Cidade do Agronegócio (ELIAS e PEQUENO, 2006 e 2007). Por fim, pode-se apreender que são processos vivenciados no tecido social das cidades e na vida desses migrantes, que constroem socialmente seu espaço migratório.

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. Funções e Medidas da Ruralidade no Desenvolvimento Contemporâneo. **Texto para Discussão N° 702**. Jan/2000. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Rio de Janeiro. IPEA. 37p.

ALVES, Francisco. Por que morre os cortadores de cana? **Saúde e Sociedade**, v. 15. N. 3. p. 90-98. Set/Dez 2006. São Paulo. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/sausoc/article/viewFile/7496/9009>>. Acesso em Fev. de 2015.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Nordeste, Nordestes: Que Nordeste?. **ObservaNordeste**. Abril/2002. Versão Online. Fundação Joaquim Nabuco. Recife. 2002.

BAENINGER, Rosana, Região Administrativa Central: Região de Governo de Araraquara e Região de Governo de São Carlos. **Textos NEPO 31: Migração em São Paulo 7**. Núcleo de Estudos de População/Unicamp. Campinas. 1995.

_____, Rosana. **Espaço e Tempo em Campinas: Migrantes e a expansão do pólo industrial paulista**. Coleção Campiniana. Unicamp. 1996.

_____, Rosana. Deslocamentos Populacionais, Urbanização e Regionalização. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. Brasília. 15(2). 1998.

_____, Rosana. Migrações internas no Brasil século 21: evidências empíricas e desafios conceituais. **Mobilidade Espacial da População: Desafios teóricos e metodológicos par ao seu estudo**. Cunha, José Marcos Pinto da (org). Núcleo de Estudos de População – Nepo/Unicamp. Campinas. 2011.

_____, Rosana, **Fases e Faces da migração em São Paulo**. Núcleo de Estudos de População –Nepo/Unicamp. Campinas. 2012.

BARBOSA, Gabriela da Rocha e Alves, Francisco José da Costa. A Volta dos Gatos no Complexo Agroindustrial Citrícola Paulista: Os Consórcios de Produtores Rurais. Em **Informações Econômicas**, v. 38, n. 10, Out/2008. São Paulo.

_____, Trabalho Precário: A Reinvenção de Velhas Formas de Contratação no Complexo Agroindustrial (CAI) Citrícola Paulista. **Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, v. 1, n. 2, p. 16-27, Jan/Jun-2009. Araraquara.

BALÁN, Jorge. **Migrações e Desenvolvimento Capitalista no Brasil: Ensaio de Interpretação Histórico-Compertativa**. Centro e Periferia no Desenvolvimento Brasileiro. São Paulo: Difusão Européia do Livro. 1974.

BASSANEZI, Maria Silvia. **Imigrações Internacionais no Brasil: Um panorama Histórico. Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo.** PATARRA, Neide (coord). FNUAP. 1995.

BRITO, FAUSTO. As Migrações Internas no Brasil: Um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. **Textos para Discussão N° 366.** Set/2009. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar. 20p.

CAIADO, Aurílio Sérgio Costa. Dinâmica socioespacial e a rede urbana paulista. **São Paulo em Perspectiva.** p. 46-53., 9(3). São Paulo. 1995.

_____, Aurílio Sérgio Costa; SANTOS, Sarah Maria Monteiro dos. Fim da Dicotomia Rural-Urbano? Um olhar sobre os processos socioespaciais. Em **São Paulo em Perspectiva,** p. 155- 123. 17(3). São Paulo. 2003.

CANO, Wilson. Perspectivas do Desenvolvimento Econômico do Interior Paulista. **Modernização e Desenvolvimento no Interior de São Paulo.** Tartaglia, José Carlos; Oliveira, Osvaldo Luiz de (orgs). Editora UNESP. São Paulo. 1988.

_____, Wilson, Questão Regional e Urbanização no Desenvolvimento Brasileiro pós 1930. **Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais,** Belo Horizonte, ABEP. 1998.

_____, Wilson. Da crise ao caos urbano. **Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional.** Gonçalves, M.F; Brandão, C. A; Galvão, A.C.F (orgs). Editora Unesp: ANPUR. São Paulo. 2003.

_____, Wilson. Novas determinações sobre as questões regional e urbana após 1980. **Texto para Discussão N° 193.** Julho/2011. Instituto de Economia-Unicamp. Campinas.

CARMO, Roberto L. ; D'ANTONA, Álvaro de Oliveira. Transição demográfica e a questão ambiental: para pensar população e ambiente. In: D'ANTONA, A. O.; CARMO, R. L.. (Org.). **Dinâmicas demográficas e ambiente.** Campinas-SP: NEPO/Unicamp. p. 13-23. 2011.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Estudos sobre a rede urbana.** Rio de Janeiro. Editora Bertrand Brasil. 2006.

CURRALERO, Cláudia Regina Baddini. **O enfrentamento da pobreza como desafio para as políticas sociais no Brasil: Uma análise a partir do Programa Bolsa Família.** Tese de Doutorado. Instituto de Economia/Unicamp. Campinas. 2012.

DINIZ, Carlos Alberto. **A Educação Secundária no Interior Paulista: Estudo Histórico sobre o Ginásio Estadual de Matão (1940-1965).** Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências e Letras/Unesp. Araraquara. 2012.

DOMENACH, Hervé e PICOUET, Michel. **Las Migraciones**. Trad: Eduardo Bologna. Córdoba. República da Argentina. 1996.

DURHAM, Eunice R. **A Caminho da Cidade: A vida rural e a migração para São Paulo**. São Paulo. 3ª edição. Editora Perspectiva. 1984.

ELIASa, Denise. **Globalização e Agricultura**. São Paulo. EdUSP. 2003.

_____, Denise e Pequeno, Renato (orgs). **Difusão do Agronegócio e Novas Dinâmicas Socioespaciais**. Banco do Nordeste. Fortaleza. 2006.

_____, Denise e Pequeno, Renato. Desigualdades Socioespaciais nas Cidades do Agronegócio. **Anais do XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**. Belém, 2007.

ELIASb, Norbert; SCOTSON, Jonh L. **Os estabelecidos e os outsiders: Sociologia da relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Jorge Zahar. Rio de Janeiro. 2000.

FAZITO, Dimitri. Análise de redes sociais e migração: Dois aspectos fundamentais do “retorno”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 25. Nº 72. p. 89-98. Fev/2010. São Paulo.

FERREIRA, Maria Inês Caetano. Programa Bolsa Família e o sistema de proteção social no país. **Bahia Análise & Dados**, v. 17, n.1. p. 707-719. Abr/Jun. 2007.

GONÇALVES, Maria Flora. **As engrenagens da locomotiva: Ensaio sobre a formação urbana paulista**. Tese de Doutorado. Instituto de Economia/Unicamp. Campinas. 1998. 339p.

HAKKERT, Ralph. Fontes de Dados Demográficos. **Textos Didáticos Nº 3**. ABEP. Belo Horizonte. 1996.

LAPLANE, Mariano; COUTINHO, Luciano e HIRATUKA, Célio (orgs), **Internacionalização e Desenvolvimento da Indústria no Brasil**. Coleção Economia Contemporânea. Editora UNESP. São Paulo. 2003.

LEITE, Azor Silveira. **Introdução para uma história de Matão**. Associação Culturll de Novos Autores de Matão (ACUNAM). Matão. 1990.

MACIEL, Lidiane Maria e BAENINGER, Rosana. Assalariamento Rural no interior de São Paulo: Um estudo sobre migrações e identidade. **Anais do 35º Encontro Anual da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais**. Caxambu. 2011.

_____, Lidiane Maria. Migração e Identidade entre Trabalhadores “Rurais-Urbanos” no interior de São Paulo. **Anais do XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais**. Salvador. 2011.

_____, Lidiane Maria. **O Sentido de Melhorar de Vida: Arranjos familiares na Migração Rural-Urbana para o interior de São Paulo**. Jundiaí. Paco Editorial. 2013.

MARTINE, George. Adaptação dos migrantes ou sobrevivência dos mais fortes? **Migração interna (Textos selecionados)**. Moura, H. (org). Banco do Nordeste do Brasil S/A. Fortaleza. 1980.

_____, George e Camargo, Lísio. Crescimento e distribuição da população brasileira: tendências recentes. **Revista Brasileira de Estudos de População**. V.1. n ½. Janeiro/Dezembro. Campinas. 1984.

_____, George. A Trajetória da Modernização Agrícola: A Quem Beneficia?” Em **Revista Lua Nova**. Nº 23. São Paulo. Março/1991.

MARTINSA, José de Souza. **Expropriação e violência**. Hucitec. São Paulo. 1982.

_____, José de Souza. **Uma sociologia da vida cotidiana**. Editora Contexto. São Paulo. 2014.

MARTINSB, Heloisa H. T. Metodologia Qualitativa de Pesquisa. Em **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300. Maio/Agosto de 2004.

MELLO, Maria Conceição D’Incao. **O “Bóia-Fria”: Acumulação e Miséria**. Petrópolis. Vozes. 5ª edição. 1976.

MENEZES, Marilda A. Migrações: Uma Experiência Histórica do Campesinato do Nordeste. **Diversidade do Campesinato: Expressões e Categorias**. Vol II: Estratégias de Reprodução Social. De Godoi, E. P, Menezes, M. A e Marin, Rosa A (orgs) São Paulo. Editora Unesp. 2010.

_____, Marilda A. Migrações e Mobilidades: Repensando teorias, tipologias e conceitos. **Migrações: Implicações passadas, presentes e futuras**. Teixeira, P.E; Braga, A.M.C e Baeninger, R (org). Marília: Oficina Universitária. São Paulo: Cultura Acadêmica. 2012.

MOLIN, José P. e MASCARIN, Leonardo S. Colheita de citros e obtenção de dados para mapeamento da produtividade. **Engenharia Agrícola**, v.27, nº 1. Jan/Abr 2007. Jaboticabal. p. 259-266.

MÜLLER, Geraldo. A Dinâmica da Agricultura Paulista. **Série São Paulo 80 v.2**. São Paulo. Fundação SEADE. 1985.

NEGRI, Borjas. As Políticas de Descentralização Industrial e o Processo de Interiorização em São Paulo: 1970-1985. **Modernização e Desenvolvimento no Interior de São Paulo**. Tartaglia, José Carlos; Oliveira, Osvaldo Luiz de (orgs). Editora UNESP. São Paulo. 1988.

NEVES, Marcos Fava et al. **O Retrato da Citricultura Brasileira**. Markestrat. Ribeirão Preto. 2010.

NETO, Martins Mundo. De Sucroalcooleiro a Sucoenergético: a Construção de um Campo Organizacional. **Anais do 33º Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu. 2009.

OLIVEIRA, Ricardo Antunes Dantas. **Mobilidade circular de cortadores de cana e divisão espacial do trabalho: Expressões regionais na década de 2000**. Tese de Doutorado. UNICAMP. 2012.

PACHECO, Carlos Américo. **Café e cidades em São Paulo: Um estudo de caso da urbanização da região de Araraquara e São Carlos 1880/1930**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Economia/Unicamp. Campinas. 1988.

PAULILLO, Luís Fernando. Terceirização e Reestruturação Agroindustrial: Avaliando o Caso Citrícola Brasileiro. In **Revista Administração Contemporânea**, v.3, n.1, Jan/Abr, p. 87-103. Curitiba. 1999.

_____, Luís Fernando; ALMEIDA, Luís Manuel e MELLO, Fabiana Ortiz. “A Coordenação Agroindustrial Cítrica Brasileira e os Novos Recursos de Poder: dos Políticos aos Jurídicos?”. **Anais do XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. 2008.

PATARRA, Neide. Transición Demográfica: Resumen Histórico o Teoría de Población. **Demografía y Economía** 3(1) . p.86-95. 1973.

_____, Neide. et al. População e Espaço: Movimentos migratórios, urbanização e regionalização. **Políticas Sociais no Brasil: Avaliação e Propostas para os anos 1990**. Documento de trabalho, DT/Qs11. FUNDAP. São Paulo. 1991.

_____, Neide. L. Movimentos Migratórios no Brasil: Tempos e Espaços. **Textos para discussão**. Escola Nacional de Ciências Estatísticas. IBGE. Rio de Janeiro. 2003.

PEREIRA, Giovana, G. A dinâmica migratória e o Programa Bolsa Família em Matão. **Coleção Por Dentro do Estado de São Paulo: Processos Migratórios**. Baeninger, Rosana e Dedecca, Cláudio (org). 1ª Edição. Núcleo de Estudos de População/Unicamp. v.10. p. 433-442. 2013.

_____, Giovana G; TROIANO, Jéssica A e MACIEL, Lidiane M. A heterogeneidade dos espaços rurais: Convivência e interdependência de agentes produtivos na região central do Estado de São Paulo (Brasil). **Anais do IX Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia Rural. Cidade do México**. 2014.

_____, Giovana G. Cidades do Agronegócio no Estado de São Paulo: Reflexões acerca das migrações internas brasileiras em décadas recentes. **Anais do VI Congresso Latino-Americano de Estudos de População**. Lima. 2014.

PÓVOA-NETO, Helion e FERREIRA, Ademir Pacelli (orgs). **Cruzando Fronteiras Disciplinares: Um panorama dos estudos migratórios**. Editora Revan/FAPERJ. Rio de Janeiro. 2005.

QUEIROZ, Silvana et al. **Análise da evolução dos programas federais de transferência de renda (PBF e BPC) no Brasil e estados do Nordeste (2004-2009)**. Anais do XVII Encontro Nacional da Associação de Estudos Populacionais.

RODRIGUES, Fabíola. Por onde vão as “brisas suaves” do Sertão Paulista? População e Estruturação Urbana na Cidade (Im)possível – Votuporanga: Um estudo de caso. **Textos NEPO 51**. Núcleo de Estudos de População/Unicamp. Campinas. 2006.

SANCHÉZ, Liliana Rivera. Las trayectorias en los estudios de migración: una herramienta para el análisis longitudinal cualitativo. **Métodos cualitativos y su aplicación empírica: por los caminos de la investigación sobre migración internacional**. Ariza, Mariana e Velasco, Laura (orgs). Instituto de Investigaciones Sociales de La Universidad Nacional Autónoma de México y El Colegio de La Frontera Norte, 2012

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. 6ª Edição. Editora da Universidade de São Paulo. [1988] 2012.

SARTI, Fernando; LAPLANE, Mariano F. O Investimento Direto Estrangeiro e a Internacionalização da Economia Brasileira nos anos 90. **Internacionalização e Desenvolvimento da Indústria no Brasil**. Laplane, M; Coutinho, L. e Hiratuka, C. (orgs). Coleção Economia Contemporânea. Editora UNESP. São Paulo. 2003.

SASSEN, Saskia. [1994]. **As Cidades na Economia Mundial**. Studio Nobel. São Paulo. 1998.

SAYAD, Abdelmalek. O retorno: elemento constitutivo da condição do migrante. **Travessia, 13 (número especial)**: 7-32, Jan/2000.

SENHORAS, Elói Martins; TAKEUCHI, Kelly Pereira e TAKEUCHI, Katiuchia Pereira. Estrutura da Indústria de Suco de Laranja Concentrado: Uma Investigação do Complexo Agroindustrial Citrícola Paulista. **Anais do III Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**. 2006.

SILVA, Graziano da Silva José. A industrialização e a urbanização da agricultura brasileira. **São Paulo em Perspectiva, 7 (3)**. p. 2-10. Julho/Setembro. São Paulo. 1993.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do Fim do Século**. São Paulo. Ed. UNESP. 1999.

_____, Maria Aparecida de Moraes. Expropriação da terra, violência e migração: Camponeses maranhenses no corte da cana em São Paulo. *Cadernos CERU* (Versão Online). Vol. 19. Nº 1. 2008a. (Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/11851/13628> -Acesso em Maio/2011)

_____, Maria Aparecida de Moraes. Expropriação da terra, violência e migração: Camponeses do nordeste do Brasil nos canaviais paulistas. **Anais da 26ª Região Brasileira de Antropologia**. Porto Seguro. 2008b.

_____, Maria Aparecida de Moraes. Mortes e acidentes nas profundezas do mar de cana e dos laranjais paulistas. **INTERFACEHS: Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**. v.3. n. 2. Artigo 1. Abr/Agosto 2008. São Paulo.

_____, Maria Aparecida; MELO, Beatriz e VERÇOSA, Lúcio Vasconcellos de Os (não direitos) dos trabalhadores rurais: “A permanência do intolerável”. **Cadernos Conflitos do Campo no Brasil**. Comissão Pastoral da Terra. Brasília. 2011.

_____, Maria Aparecida e MELO, Beatriz. Vidas em Trânsito: Mulheres Migrantes dos Cocais Maranhenses nas Cidades Canavieiras Paulistas. **Revista Tópos**. Vol. 6. No.1. FCT-UNESP. Presidente Prudente. 2012.

SILVA, Maria Lussieu da. A inserção internacional das grandes empresas nacionais. **Internacionalização e Desenvolvimento da Indústria no Brasil**. Laplane, M; Coutinho, L. e Hiratuka, C. (orgs). Coleção Economia Contemporânea. Editora UNESP. São Paulo. 2003.

SILVA, Virgínia Ferreira da Silva. **Migração e redes sociais: Trajetórias, pertencimentos e relações sociais de migrantes no interior de São Paulo**. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/UFRJ. Rio de Janeiro. 2006.

SINGER, Paul. Migrações Internas: Considerações Teóricas sobre o seu Estudo. Em **Migração Interna (Textos Selecionados)**. De Moura, H. (coord.). Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BND. Fortaleza. [1976] 1980.

TARTAGLIA, José Carlos e OLIVEIRA, Oswaldo Luiz de. Agricultura e interiorização do desenvolvimento em São Paulo. **Modernização e Desenvolvimento no Interior de São Paulo**. Tartaglia, José Carlos; Oliveira, Oswaldo Luiz de (orgs). Editora UNESP. São Paulo. 1988.

TRUZZI, Oswaldo. **Café e Indústria: São Carlos 1850-1950**. Editora da UFSCar. São Carlos. 2000.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-Urbano no Brasil**. Studio Nobel. 2ª Edição. São Paulo. [2001] 2012.

VETORASSI, Andréa. **Laços de Trabalho e Redes dos Migrantes: Um estudo sobre as dimensões objetivas e subjetivas presentes em redes sociais e identidades de grupos migrantes de Serrana-SP e Guariba-SP.** Tese de Doutorado. Unicamp. 2010. 200p.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil.** Editora da Unicamp. Campinas. 2011.

Documentos Consultados

A COMARCA. Ano 61, Nº 3.236. Matão. 13 de Julho de 1985.

_____. Ano 63, Nº 3.353. Matão. 17 de outubro de 1987.

_____, Ano 71, Nº XXIII. Matão. Edição Comemorativa do 97º Aniversário de Matão. Agosto de 1995.

IBGE, Censo Demográfico de 1940. Série Regional: Parte XVII – Estado de São Paulo. Tomo 2. Rio de Janeiro. 1950.

_____, Censo Demográfico de 1950. Série Regional, Volume XXV, Tomo 1 – Estado de São Paulo. Rio de Janeiro. 1954.

_____, Censo Demográfico de 1960. Série Regional, Volume I, Tomo XIII – Estado de São Paulo. Rio de Janeiro.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, Formulário Principal de Cadastramento (Cadastro Único para Programas Sociais). Versão 07. 2013.

_____, Cadastramento Único para Programas Sociais – Complementação CADBES. 2013.

Bases de dados consultadas

IBGE, Banco de Dados Agregados. **Censo Demográfico. Séries Temporais.** Disponível em: < <http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2010Serie.asp?o=2&i=P>> (Acesso em Fev. 2015)

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Cadastro Único dos Programas Sociais**. Secretaria de Assistência e Bem-Estar Social de Matão/SP. 2011.

Ministério do Trabalho e Emprego, **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**. Vínculos e Estabelecimentos. Disponível em: < <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/rais.php>>. (Acesso em Fev. 2015)

Fundação Seade, **Informação dos Municípios Paulistas (IMP)**. Disponível em: < http://produtos.seade.gov.br/produtos/imp/index.php?page=consulta&action=var_list&tema=1&tabs=1&aba=tabela1&redir=>> (Acesso em Fev. 2015).

APENDICE – QUADRO SÍNTESE DOS ENTREVISTADOS

Relação de Entrevistados	Sexo	Mês/Ano	Local	UF de Origem	Páginas
José	Homem	mai/12	Jardim Popular, Matão/SP	Paraná	92,93
Luiz	Homem	mai/12	Jardim Popular, Matão/SP	Paraíba	95
Lúcio	Homem	jun/12	Jardim Popular, Matão/SP	Paraíba	95
João	Homem	jul/12	Jardim Popular, Matão/SP	Piauí	95,96
Lúcia	Mulher	jul/12	Feira do Bosque, Matão/SP	Piauí	98
Magda	Mulher	dez/13	Nossa Senhora das Mercês, Jaicós/PI	Piauí	99,118,119
Maria	Mulher	dez/13	Nossa Senhora das Mercês, Jaicós/PI	Piauí	101,119,139
Luiza	Mulher	jul/12	Jardim Popular, Matão/SP	Piauí	102,103, 104
Ana	Mulher	jul/12	Jardim Popular, Matão/SP	Piauí	132, 140
Francisca	Mulher	jul/12	Jaicós/PI	Piauí	111
Júlia	Mulher	jul/12	Picos/PI	Piauí	112
Eduardo	Homem	dez/13	Feira de Segunda, Jaicós/PI	Piauí	112,113
Donizete	Homem	dez/13	Comunidade Rural da Baliza, Jaicós/PI	Piauí	114
Dolores	Mulher	dez/13	João Melé, Jaicós/PI	Piauí	118,119
Edmundo	Homem	dez/13	Nossa Senhora das Mercês, Jaicós/PI	Piauí	119
Fabiana	Mulher	dez/13	Jaicós/PI	Piauí	120
Lourdes	Mulher	dez/13	Comunidade Rural do Barreiro, Jaicós/PI	Piauí	125,132
Rubem	Homem	jul/12	Jardim do Bosque, Matão/SP	-	133